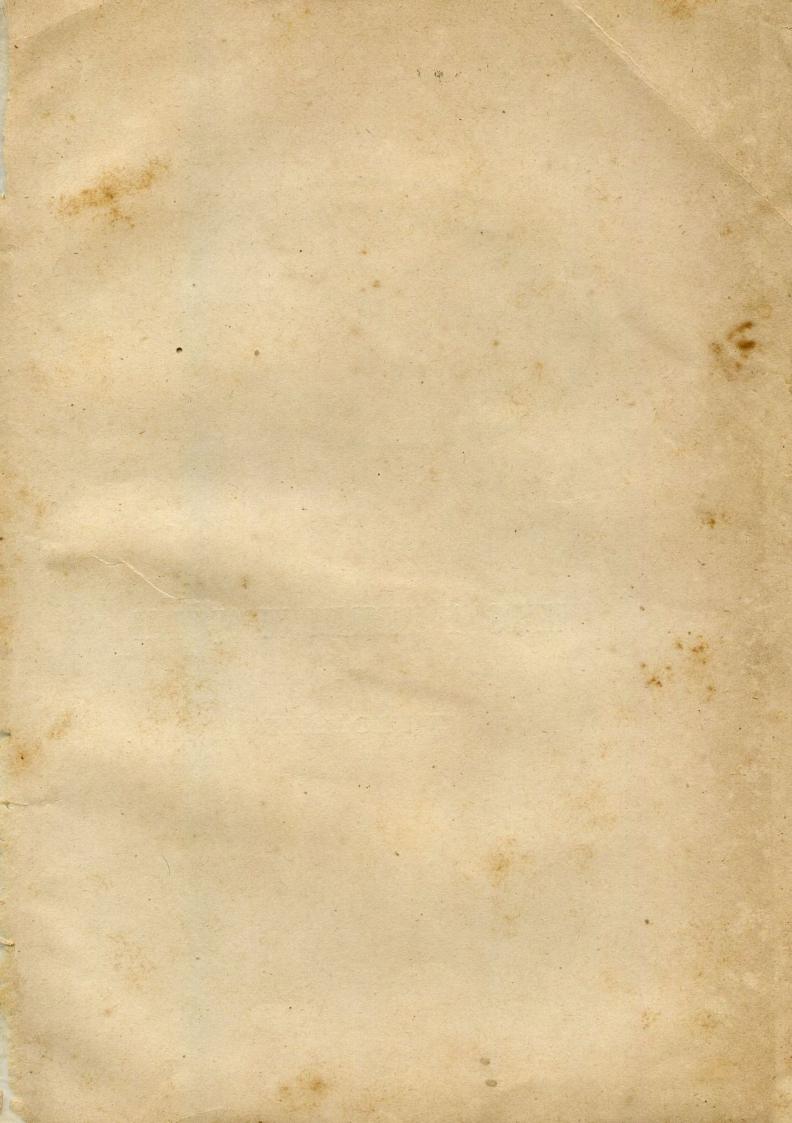


HISTORIA

DA

FUNDAÇÃO DA REPUBLICA NO BRAZIL









MANOEL DEODORO DA FONSECA,

Generalissimo do Exercito Brazileiro

Fundador da Republica dos Estados Unidos do Brazil

HISTORIA

DA

FUNDAÇÃO DA REPUBLICA

NO

BRAZIL

POR

ANFRISO FIALHO

Deputado ao Congresso Constituinte — Doutor em sciencias políticas e administrativas — Major honorario do exercito — Autor do Processo da monarchia brasileira ou Necessidade da convocação de uma constituinte (1886) etc.

RIO DE JANEIRO

Typographia Universal de Laemmert & C. - 66 RUA DO OUVIDOR 66

Q81.05 \$438 h

1891

Registro: 5853
Data: 24.06.02.

HISTORIA

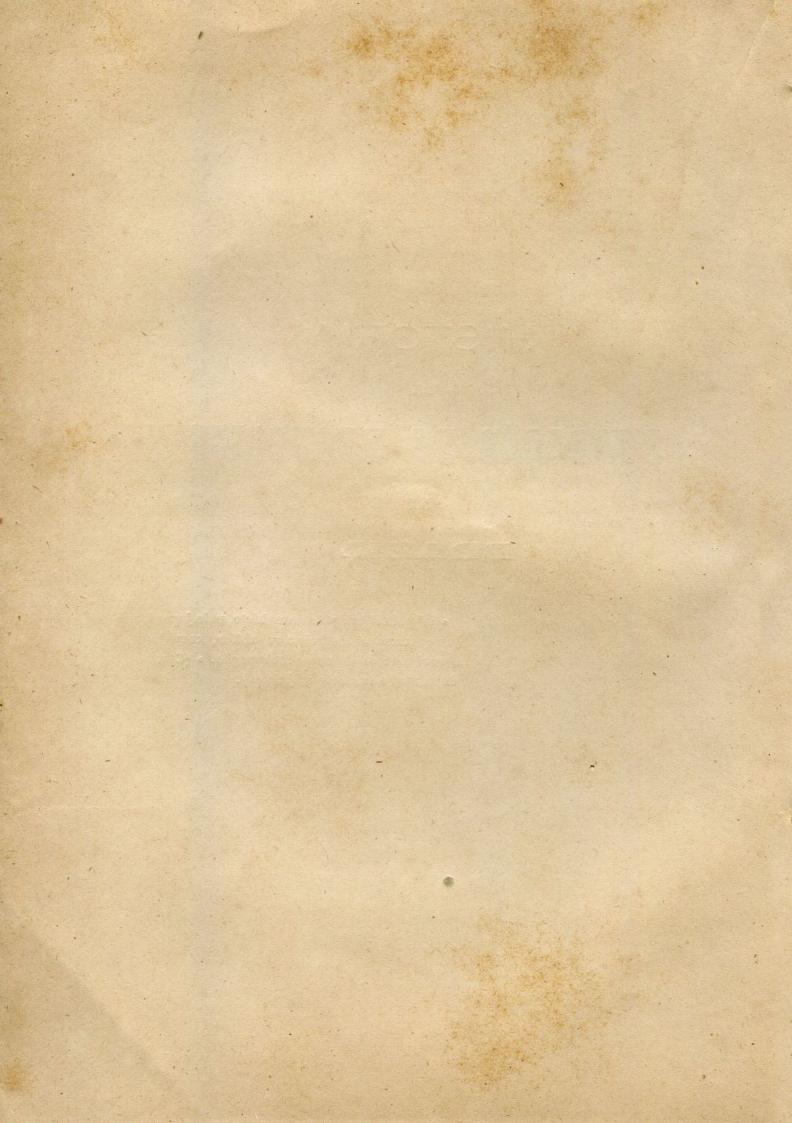
DA

FUNDAÇÃO DA REPUBLICA

NO

BRAZIL

« E' pelo livro, pelo pamphleto, pelo jornal que continuarei a servir a republica, como já a servia antes de sua proclamação. » (Carta do autor ao ministro da justiça).



AO GENERALISSIMO MANOEL DEODORO DA FONSECA

Generalissimo

No espirito d'aquelles que acreditam no governo providencial do mundo e conhecem a triste situação em que, ha um anno, se achava o Brazil, quando a democracia universal festejava o primeiro centenario da grande revolução franceza, que lançou os fundamentos dassociedades politicas modernas, affirmando os direitos do homem e instituindo definitivamente o governo do povo pelo povo; no espirito d'esses não póde pairar a mais leve duvida de que fostes o escolhido de Deus para realisar entre nós esse bem inapreciavel, que é a fonte perenne da felicidade das nações.

Na serenidade de vossa consciencia, isto é na sancção da lei moral, deveis ter a prova segura de que, abatendo a monarchia, essa arvore nociva em solo americano, para restituir aos vossos concidadãos o governo de si mesmos, obececestes á uma inspiração superior; na approvação unanime com que a nação

acolheu o vosso acto grandioso e cheio de civismo adquiristes a certeza de que satisfizestes os seus votos e as suas aspirações.

Se, para demonstrar a vossa abnegação pessoal, não fossem sufficientes o vosso passado e a limitação voluntaria do vosso poder dictatorial, ahi está o modo porque o exercestes durante um anno para vos servir de garantia contra os ataques dos ambiciosos, dos ignorantes e dos interessados na continuação da antiga ordem de cousas. Esses já vos têm causado e hão de causar-vos ainda grandes desgostos em quanto estiverdes na posição de sacrificio em que a Providencia vos collocou, porque não ha tarefa mais improba para o verdadeiro patriota e o homem de bem do que essa de governar os seus semelhantes, sobretudo quando elles foram propositalmente educados para servirem a uma familia, a quem a tolice ou a fraqueza humana deu attributos divinos sem os acompanhar do correctivo salvador que vem da omnipotencia parlamentar, como existe na Inglaterra:

Como soldado experimentado sabeis que não basta vencer, mas que é indispensavel assegurar e completar a victoria pela vigilancia e pela perseguição do inimigo, e não lhe dando absolutamente quartel.

Podeis deixal-o gritar, como o faziam os paraguayos antes da batalha na esperança de nos intimidarem; mas o que não fareis, com certeza, é consentir que se amesquinhe ou se torne odiosa a vossa victoria.

É este o complemento de vossa missão, e Deus

que vol-a inspirou, vos dará certanente as forças necessarias para cumpril-a até ao fim, a despeito dos esforços em contrario desses ambiciosos ou inimigos da patria, mais ou menos conscientes, mais ou menos disfarçados, que, sem attenderem ao imperio dos costumes e ás lei da natureza humana, querem ou fingem querer uma republica perfeita.

Foi no intuito exclusivo, generalissimo, de alentar a fé dos bons ou d'aquelles que estão comvosco de coração e alma, e que amam o Brazil acima de tudo, que resolvi arrostar a colera dos descontentes escrevendo ainda em vida dos seus heróes a historia da nossa gloriosa e incruenta revolução; e vos peço venia para dedicar-vos este pequeno trabalho como a mais sincera, a mais sentida e a mais respeitosa homenagem da gratidão que vos devo pelo bem immenso que fizestes á nossa patria.

Anfriso Fialho.



PREFACIO

Faz hoje um anno que na capital do imperio brazileiro rebentou a revolução de onde sahiu a Republica dos Estados Unidos do Brazil. Essa revolução foi, em seu principio, a repulsão antecipada do reinado de D. Isabel (filha do imperador D. Pedro II e herdeira presumptiva da corôa) por occasião do desenlace da chamada questão militar, que desde 1887 trazia suspensa a sorte da monarchia brazileira.

Era aquella princeza geralmente antipathica á nação e particularmente ao exercito, sobre cujos destinos ella exercia n'estes ultimos annos uma malefica influencia á sombra do velho imperador; por isso, quando o ministerio, que então dirigia os negocios do paiz, e que era considerado como o instrumento por ella escolhido para assegurar-lhe a transmissão do throno, foi, pelo exercito, derrubado na praça publica, arrastou elle em sua quéda esse mesmo throno, e, com elle, a dynastia reinante, que durante quasi tres quartos de seculo de governo apparentemente constitucional, não soube fazer-se amar por seus subditos.

As verdadeiras causas da revolução acham-se, pois, na politica dynastica, na perspectiva de um máo

reinado, que estava imminente, e no plano que tinha o ultimo ministerio imperial de abater o exercito, que era a unica força real do paiz.

Daremos á questão militar o maior desenvolvimento possivel, afim de mostrar como foi que o seu desfecho veio a ser a causa occasional da revolução. N'esta parte de nossa exposição publicaremos, além de outros documentos, duas cartas ineditas que o general Deodoro (au or da revolução) dirigiu ao imperador, assim como o resumo da correspondencia que elle, na qualidade de presidente e commandante das armas da Provincia do Rio-Grande do Sul, trocou com o barão de Cotegipe, presidente do conselho dos ministros.

Estes documentos projectam muita luz sobre a causa determinante da revolução e provam que, já desde o anno 1887, o general Deodoro estava resolvido a fazer em favor de sua classe o sacrificio de sua posição no exercito e até da propria vida, e que só decidiu-se a fundar a republica no dia em que convenceu-se que o exercito já não podia esperar justiça da monarchia.

No modo de tratar essas questões afastamo-nos profundamente da pratica seguida por nossos publicistas, os quaes, na analyse que têm feito da conducta dos nossos governantes nunca penetraram os seus planos ou os « motivos dynasticos », como os qualifica Bluntschli, referindo-se aos soberanos.

Nós não commetteremos esta fraqueza, que, demais, seria um erro grave : porque sem o conhecimento d'esses planos e motivos não ha critica

philosophica propriamente dita, e n'este caso a narração dos acontecimentos, por mais authentica que seja, não passa de uma simples chronica de nomes, numeros e factos, sem o menor proveito para os contemporaneos ou para as gerações vindouras.

Podemos, sem duvida, errar na apreciação que vamos fazer do mais importante acontecimento de nossa historia politica e dos homens que para elle concorreram, directa ou indirectamente; mas podemos igualmente garantir ao leitor que na indagação da verdade não nos animou outro desejo que não o de habilitar os nossos concidadãos a tirar da longa experiencia que fizemos com a monarchia as mais proficuas lições e o de fornecer ao mesmo tempo aos futuros historiadores dados positivos e fidedignos. D'ahi o resumo de historia patria que precederá a narração da revolução.

Nas obras de propaganda republicana, que publicamos antes da revolução, demos provas sobejas do nosso patriotismo e amor á verdade, por isso temos fé que agora, como então, juizes intelligentes e imparciaes nos farão plena e inteira justiça.

O AUTOR.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1890.

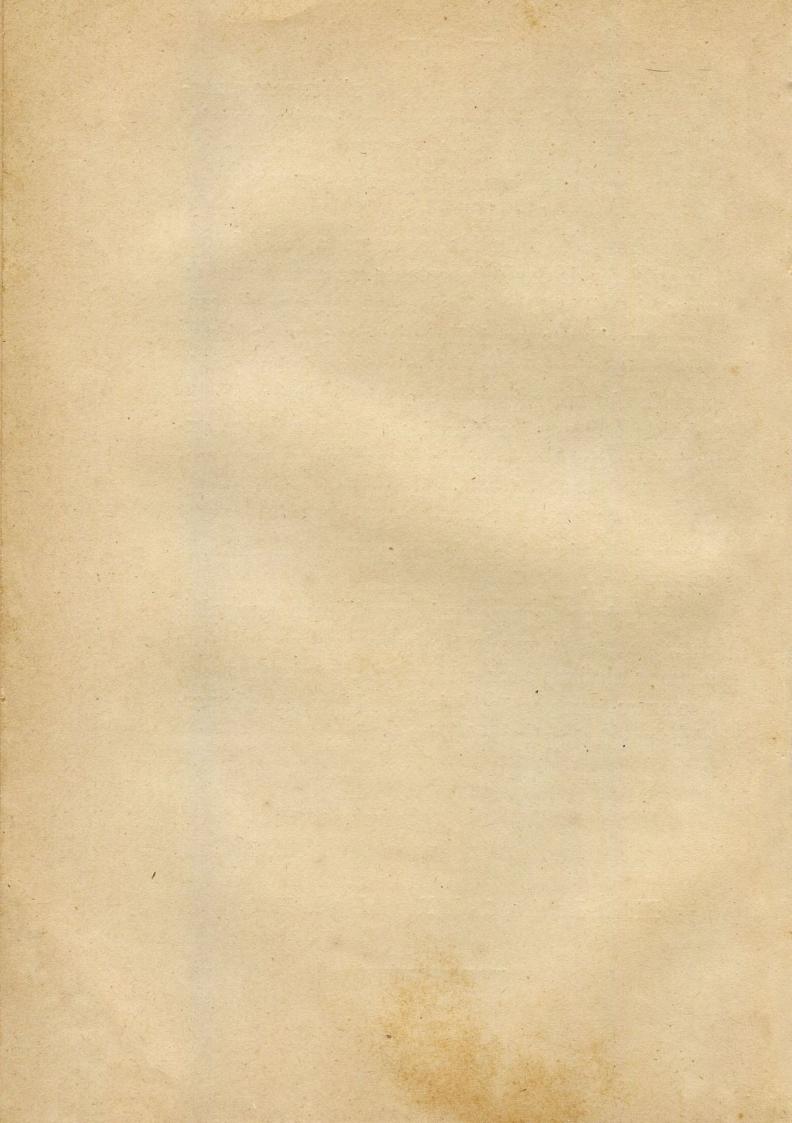
INTRODUCÇÃO HISTORICA

Descoberto no anno de 1500 pelo navegador portuguez Pedro Alvares Cabral, que ia em busca das Indias, o Brazil foi durante tres longos seculos colonia de Portugal.

Em 1807, o principe regente d'este reino, D. João de Bragança, no intuito de subtrahir-se ao jugo de Napoleão I sobre o continente europeu, retirou-se para o Brazil, que já em 1815 foi elevado á categoria de reino unido ao de Portugal. No anno immediato, por morte de D. Maria I, mãi do principe regente, foi este reconhecido rei sob o nome de D. João VI. A revolução, porém, que teve logar em Portugal em 1820, a exemplo de outros paizes europeus que, depois da paz resultante da queda de Napoleão, abateram o despotismo para inaugurarem o regimen constitucional, obrigou D. João a voltar em 1824 para Lisboa, ficando governando o Brazil seu filho mais velho D. Pedro na qualidade de principe regente.

Ambicioso e audaz, o joven regente soube, já no anno immediato, fingir que queria a independencia do Brazil, quando, na verdade, elle não desejava senão fundar um imperio do qual fôsse elle o senhor unico e absoluto.

Depois que se fez declarar imperador, governou como um soberano francamente despota. Dissolveu a



cama a constituinte que elle mesmo havia convocado, e outorgou uma constituição que, ao lado de certas disposições caracteristicas de um governo baseado na soberania popular, continha outras que na pratica p estavam-se maravilhosamente a grosseiras mystificações, e por isso devia, quando executada por um chefe d'Estado deshonesto, neutralisar completamente o que ella tinha de bom. Uma simples analyse d'essa constituição põe em manifesta evidencia o intuito occulto que teve seu autor de dar ao soberano uma preponderancia decisiva no governo da nação.

Tendencias taes deviam necessariamente provocar mais cedo ou mais tarde um sério conflicto entre o representante da monarchia absoluta de facto e a nação americana que já sentia os estimulos da liberdade que vinham de todos os lados da immensa America republicana, em cujo seio ella estava encravada. Esse antagonismo entre interesses diametralmente oppostos accentuou-se tão rapidamente e por tal fórma que já em 1831 fez explosão, sendo D. Pedro I forçado a abdicar a corôa em seu filho D. Pedro, então menor de 6 annos.

De 1831 a 1840, anno em que foi declarada a maioridade do joven monarcha, foi o Brazil governado por uma regencia em nome do imperador.

PRIMEIRA PARTE

Politica dynastica

Impedir o progresso nacional afim de dominar pela miseria — Exercito de empregados publicos — Duas politicas á semelhança dos imperadores romanos — « Oderint dum metuant » (podem odiar comtanto que tenham medo — « Reinado da mentira, da perfidia, da prepotencia, da usurpação » — Começo de resistencia na imprensa: O Constituinte, o Processo da Monarchia ou Necessidade da convocação de uma Constituinte.

Subindo ao throno por meio de uma conspiração de palacio, (1) D. Pedro II, que havia sido educado por um padre, o bispo de Chrysopolis, revelou desde logo um temperamento de rei absoluto, mas disfarçado por uma profunda hypocrisia.

Considerando que o Brazil era a unica monarchia da America, e sabendo que já em differentes épocas de sua historia e em diversas provincias haviam os brazileiros feito sérias tentativas para sacudir o jugo que os escravisava; tendo sob os olhos os exemplos das colonias inglezas e hespanholas do Novo Mundo, que se

⁽¹⁾ A constituição determinava que a maioridade do imperador devia ter logar aos 18 annos, e D. Pedro fez-se declarar maior aos 14 annos e meio.

D. Pedro adoptasse uma politica que estivesse de accôrdo com o meio em que vivia, com esses antecedentes historicos e com as circumstancias de sua posição excepcional na America. Elle e os seus conselheiros deviam, portanto, estar sempre dispostos a impedir por todos os modos a queda da dynastia reinante e o consequente advento da republica.

D. Pedro sabia mais que a republica no Brazil só podia estabelecer-se, ou pela violencia ou pelo progresso. (1)

Vigilante quanto ao menor movimento revolucionario, que elle sabia poder abafar, como abafou o de 1842 em Minas e S. Paulo, o de 1835 a 1845 no Rio-Grande do Sul e o de 1848 em Pernambuco, pela força, pela astucia ou pela corrupção, elle fez desde os primeiros dias do seu reinado convergir todos os seus esforços para impedir o progresso nacional. Para conseguir este desideratum organisou um plano admiravel, e o executou com uma tal habilidade de dissimulação, que merece ser comparado a Tiberio, Luiz XI e Cesar Borgia, o modelo que Machiavel apresenta aos principes.

E' por seus resultados que a politica de D. Pedro II deve ser julgada.

No fim de quasi meio seculo de governo apparentemente constitucional, mas na realidade profundamente absoluto, deixou elle o Brazil pobre, atrazado

⁽¹⁾ Victor Hugo-Napoléon le petit.

sem prestigio politico no exterior. Não creando a industria, nem animando os esforços dos seus subditos n'este sentido, antes impedindo-lhes e difficultandolhes a iniciativa individual, elle obrigava os brazileiros a viverem do emprego publico, o qual só por elle era distribuido, conhecendo bem a verdade d'este pensamento de Lamartine: « Os empregados publicos formam o exercito do rei. » Elle, que empregava toda a sua solicitude em fazer crer que promovia a instrucção publica, deixou mais de 90 º/o da população completamente analphabeta; um paiz como o Brazil. que vive exclusivamente da agricultura, não recebeu do governo imperial nem uma unica escola agricola, nem uma unica estrada de rodagem digna d'este nome; do augmento da população-o primeiro elemento da riqueza de um povo (1) nunca cogitou sinceramente; algumas linhas de estradas de ferro que o paiz possue absorvem (com excepção da Estrada de Ferro Central, antiga Pedro II), quasi o preço do producto por seu frete excessivo.

Se perguntassem a qualquer brazileiro qual a procedencia da materia prima dos objectos fabricados que lhe cobrem o corpo ou dos generos de primeira necessidade que elle consome, elle responderia inevitavelmente que tudo vem do estrangeiro. O monarchista mais dedicado á familia imperial não poderia apentar factos positivos ou medidas administrativas

^(!) Tocqueville—De la démocratie en Amérique.

revelando a existencia de um plano para o bem do paiz e cuja autoria pertença ao monarcha desthronado.

D. Pedro tinha duas politicas, uma para os brazileiros e outra para o estrangeiro, á semelhança dos imperadores romanos, que tinham uma norma de conducta para os romanos e outra para as provincias.

Em relação aos estrangeiros, toda a ambição do principe brazileiro era passar por sabio, liberal, philosopho, em uma palavra por ser o primeiro homem de seu paiz em todos os sentidos; e é forçoso confessar que elle conseguiu, ao menos na apparencia, fundar esta reputação entre os europeus, que só conheciam do Brasil o seu imperador e o vomito negro; em relação aos seus subditos, D. Pedro tomou como base de sua politica a maxima machiavelica: « A arte de governar os homens consiste em saber enganal-os », e esta outra dos imperadores romanos: oderint dum metuant (podem odiar comtanto que tenham medo). Tambem n'este terreno conseguiu elle o seu fim: era geralmente lisongeado e temido.

Aos olhos do observador intelligente e que estudou o longo reinado do segundo imperador do Brazil, é evidente que elle não tinha outro plano politico que não o de conservar o seu throno, fôsse por que meio fosse, plano este que exclue necessariamente as «boas intenções », que são sempre, em ultima analyse, al legadas para justificar ou absolver os criminosos poderosos ou os grandes da terra.

A politica do imperador, que ahi fica esboçada a grandes traços, foi, nos ultimos annos de seu reinado,

denunciada ao paiz pelos mais notaveis e fidedignos homens politicos do Brazil, dos quaes uns foram ministros e outros parlamentares eminentes.

Na camara dos deputados, por exemplo, foi a politica imperial caracterisada pelo Dr. Ferreira Vianna, por esta exclamação: «Quarenta annos de reinado, quarenta annos de mentiras, de perfidias, de usurpação, de prepotencia, de conspiração!... Liberaes e conservadores, republicanos, homens honestos de todas as seitas reunidas ao redor da liberdade constitucional, é tempo de sacudir o jugo d'essa omnipotencia usurpadora, que estragoutodas as forças vivas da nação!» (1882.) (1)

Já uns 15 annos antes da revolução, a obra de destruição emprehendida pelo rei americano estava concluida, e um dos symptomas da morte moral da nação brazileira era este que um notavel escriptor argentino, que visitou o imperio, consignou em as suas notas de viagem: no Brazil ha partidos sem orgão na imprensa, e jornaes sem partidos correspondentes.

Mas isso mesmo que o escriptor argentino chamava partidos politicos, não passava de grupos ou associações de homens que só visavam um objectivo: viver da exploração do poder. Tanto o partido liberal como o conservador eram criados humildes do imperante. Um ex-ministro, Sr. Silveira Martins, dizia

⁽¹⁾ O Dr. Ferreira Vianna era deputado monarchista conservador, e foi ministro no penultimo gabinete do imperio.

denunciada ao paiz pelos mais notaveis e fidedignos homens politicos do Brazil, dos quaes uns foram ministros e outros parlamentares eminentes.

Na camara dos deputados, por exemplo, foi a politica imperial caracterisada pelo Dr. Ferreira Vianna, por esta exclamação: «Quarenta annos de reinado, quarenta annos de mentiras, de perfidias, de usurpação, de prepotencia, de conspiração!... Liberaes e conservadores, republicanos, homens honestos de todas as seitas reunidas ao redor da liberdade constitucional, é tempo de sacudir o jugo d'essa omnipotencia usurpadora, que estragoutodas as forças vivas da nação!» (1882.) (1)

Já uns 15 annos antes da revolução, a obra de destruição emprehendida pelo rei americano estava concluida, e um dos symptomas da morte moral da nação brazileira era este que um notavel escriptor argentino, que visitou o imperio, consignou em as suas notas de viagem: no Brazil ha partidos sem orgão na imprensa, e jornaes sem partidos correspondentes.

Mas isso mesmo que o escriptor argentino chamava partidos politicos, não passava de grupos ou associações de homens que só visavam um objectivo: viver da exploração do poder. Tanto o partido liberal como o conservador eram criados humildes do imperante. Um ex-ministro, Sr. Silveira Martins, dizia

⁽¹⁾ O Dr. Ferreira Vianna era deputado monarchista conservador, e foi ministro no penultimo gabinete do imperio.

publicamente: « Os ministros só fazem o que o imperador quer! »

Alternando com as manifestações individuaes que de tempos a tempos appareciam na camara dos deputados ou na imprensa da capital contra a monarchia, surgia um ou outro jornal republicano, alli ou nas provincias. Mas todos esses orgãos de opposição radical tinham uma existencia ephemera, porque era profunda a descrença da nação quanto a uma mudança da fórma de governo; e por isso, ou o jornal morria por falta de assignantes e compradores, ou era perseguido pelos agentes do governo até suspender a sua publicação. Algumas vezes a policia mandava destruir-lhe a typographia por agentes á paizana, como aconteceu em 1873 com A Republica, que se publicava na capital do imperio.

Era esta a situação politica do paiz quando appareceu na capital, em Outubro de 1885, um jornal diario — O Constituinte — propondo-se a promover uma agitação em favor da convocação de uma camara constituinte, que viesse tomar contas ao imperador e reorganisar a nação como ella entendesse mais conveniente aos seus interesses.

Com um programma fóra do commum, redigido por um homem que não estava ligado a nenhum partido político e era destituido de ambições políticas, ex-major de artilharia do exercito nacional, em cujas fileiras havia feito as companhas do Uruguay e Paraguay (1864—1870), o Constituinte excedeu em vehemencia e audacia todas as folhas republicanas até

então publicadas no Brazil, sem descer ao insulto e á descortezia, e procurando convencer os seus leitores unicamente pela analyse severa dos factos que caracterisavam o reinado de D. Pedro II, analyse feita á luz das lições da historia e baseada nos proprios testemunhos dos mais notaveis e sinceros estadistas brazileiros.

- « Nós vamos demonstrar—dizia o redactor chefe do *Constituinte* em seu artigo programma— nós vamos demonstrar :
- « 1.º Que o governo pessoal do imperador, confessado pelos mais notaveis e insuspeitos ex-ministros e chefes dos partidos monarchicos, já não tem limites, e que «já nem sequer se salvam as apparencias», como disse o Sr. Affonso Celso na tribuna do senado. (1)
- « 2.º Que esse governo pessoal é o principal instrumento de que se tem servido o imperador para reduzir a nação ao estado de cadaver pela pobreza e pelo atrazo, pobreza e atrazo igualmente confessados pelos cehfes dos partidos que sustentam a monarchia, como por exemplo, o Sr. Saraiva, quando presidente do conselho.
- «3.º Que esse governo pessoal e os seus nefandos effeitos revelam a existencia de um plano politico concebido pelo imperador para mais seguramente consolidar o seu throno, unico na immensa America republicana, e onde, por conseguinte, a monarchia é planta exotica.

⁽¹⁾ O Sr. Affonso Celso é hoje visconde de Ouro-Prelo e era chefe do gabinete quando rebentou a revolução.

- «4.° Que é absolutamente necessario oppor uma barreira á omnipotencia do imperador; porque, como o disse Montesquieu, e Washington confirmou na sua celebre mensagem de despedida, « uma experiencia eterna mostra que o homem investido do poder vai até onde encontra limites ou uma barreira.»
- «5.º Que o meio pelo qual se poderá levantar uma barreira á politica imperial, é a ameaça que se fizer diariamente ao imperante de ser elle um dia chamado a prestar contas do seu reinado perante a nação soberana, reunida em assembléa constituinte, ou então de ver elle rebentar bruscamente a colera nacional como um volcão medonho e terrivel. Esse meio é unico, é o jornal diario. »

«Com effeito, um jornal que torne palpavel a existencia do plano concebido pelo imperador de oppôrse ao progresso do paiz; que prove a impossibilidade em que está a nação de reagir contra a execução d'esse plano; que faça dia iamente, por assim dizer, a photographia moral do monarcha; que prove de uma maneira irrefutavel e com factos que elle sabe melhor do que ninguem o que convém fazer para o bem e o progresso do paiz, mas que não quer fazel-o, nem consente que outros o façam; que explique todos os actos do governo imperial pelos principios que servem de base ao plano e á politica do imperador; que revele e commente quotidianamente perante a nação os attentados contra ella commettidos por seus governantes; que mostre os meios hypocritas e os artificios infames por que esses attentados são executados

sob a capa do bem publico; que demonstre que é a certeza da impunidade que os impelle até ao cynisno; que desperte todos os dias uma certa dóse, por pequena que seja, da indignação nacional pela exhibição das torpezas e dos crimes dos homens que nos governam; um jornal nestas condições, ou será supprimido violenta ou hypocritamente pelos autores d'essas torpezas e d'esses crimes, ou acabará por metter medo ao Sr. D. Pedro II.

«Mas para que um jornal possa produzir tão beneficos resultados, é necessario que elle seja redigido por quem conheça profundamente os nossos homens e as nossas cousas; por quem tenha um conhecimento exacto da situação do paiz e das suas mais urgentes necessidades e reformas; por quem conheça até em seus intimos detalhes a natureza do governo monarchico e com particularidade as condições de vida da monarchia brazileira; por quem conheça a fundo o systema politico que o Sr. D. Pedro II creou, e que com certeza será transmittido aos seus successores; por quem conheça as manhas e os manejos do autor d'esse systema que chamaremos a politica imperial ou mephistophelica; por quem tenha a coragem de desven dar ao paiz todos os segredos d'essa politica infernal e dizer-lhe toda a verdade sem a menor consideração com quem quer que seja; por quem não tenha outras aspirações politicas que não a gloria de ser dos seus concidadãos « o ministro da verdade » gloria real e infinitamente superior a de simples amanuense ou instrumento mais ou menos consciente durante alguns

mezes do Sr. D. Pedro II; finalmente, por quem jure no altar da patria, perante Deus e os homens, de não acceitar cargo algum dado pelo governo imperial.

«Eis ahi o programma do Constituinte.

«Encontraremos da parte dos nossos concidadãos a necessaria animação para perseverar ate ao fim no nosso patriotico empenho? Lembrem-se elles d'este pensamento de Edgard Quinet, que já reproduzimos em substancia: — a certeza da impunidade geru o cynismo. E' por causa da certesa que os nossos governantes têm de que tribunal algum os punirá, e tambem por falta de uma barreira que se opponha aos seus caprichos, que elles têm feito o que têm querido e continuarão a fazer o que quizerem, emquanto não nos levantarmos em face delles para bradar-lhes: Alto Lá, D'AQUI NÃO IRÁS ALÉM!

«Não aconselhamos aos nossos patricios a revolução, por que ella é irrealisavel, como já o dissemos no nosso folheto— programma; mas, recordando-lhes o proverbio que diz: quem quer os fins quer os meios, supplicamo-lhes, em nome do amor sagrado da patria, que ajudem-nos a soltar diariamente aquelle brado patriotico que produzirá inevitavelmente um d'estes dous effeitos: ou o medo na alma do Sr. D. Pedro II— o medo, diz Toullotte (1). é o segredo dos tyrannos— e então elle conter-se-ha, ou a mina da indignação publica, e n'este caso a explosão da colera nacional,

⁽¹⁾ Histoire des Empereurs.

é uma questão de tempo, podendo ser de annos, de mezes ou mesmo de dias.

«Estará tão completamente consumada a obra da monarchia, que não devamos ter o menor vislumbre de esperança? Estará tão apodrecido o cadaver do Brazil que nem mesmo galvanisado ainda pode ser? Não restará mais aos brasileiros um restinho de dignidade e de patriotismo para animarem, sem perigo e quasi sem onus, um patricio a realisar o ideal que concebeu de dizer lhes toda a verdade?

«Saibam aquelles que ainda o ignoram, que esse patricio já verteu o seu sangue por sua patria e saberá por ella morrer.— ELLE O JURA PERANTE DEUS!

Anfriso Fialho (1)

O Constituinte viveu somente um mez (Outubro de 1885), mas durante este curto espaço de tempo foi religiosamente cumprido o seu programma, e os seus principaes artigos de fundo tiveram a maior circulação por que foram transcriptos no Jornal do Commercio e na Gazeta de Noticias. Em uma serie de artigos d'aquelle orgão de propaganda republicana sob o titulo: Iustrumentos da tyrannia, nos quaes o autor mostrava como o governo imperial tinha ao seu serviço assassinos de profissão (capoeiras, navalhistas) e

⁽¹⁾ Autor desta monographia.

o proprio imperador fòra um certo dia ao quartel de policia garantir com a sua presença a impunidade e animar as delações d'esses agentes secretos, tomou elle para seu delenda Carthago esta oração final: « Oh, Brazileiros, o Sr. D. Pedro II, a semelhança dos imperadores romanos, diz-vos: tremei de medo! Nós vos dizemos: corae de vergonha!

A vida passageira d'esse jornal, destinado a sacudir a alma nacional, explicou-a o seu fundador na brochura—Causas da suspensão do Constituinte—e no artigo de despedida que escreveu no ultimo numero do jornal. N'esse artigo dizia elle: « Verificámos assim a efficacia d'esse systema politico que qualificámos de engenhoso, posto que diabolico, por meio do qual a monarchia reduziu a nação ao estado de cadaver, fazendo de todo brazileiro um escravo livre pela dependencia do emprego publico ou das graças e proveitos do poder. Em um tal paiz não podiamos contar em tão curto espaço de tempo com um grande concurso de assignantes ou de compradores de um jornal que se propoz atacar o supremo distribuidor de empregos, graças e proveitos, como o atacámos desde o primeiro dia até hoje.»

Mas nem por isso desanimou o fundador do Constituinte. Não podendo, por falta de recursos e de companheiros, continuar a bater diariamente a monarchia na cabeça, resolveu elle condensar em um livro os principaes factos do reinado de D. Pedro II, explicando-os pelos principios da politica jesuitica e machiavelica do imperador e mostrando como o

monarcha, em vez da felicidade dos brasileiros, não tinha outra cousa em vista senão a propria prosperidade e a de sua familia, e estava explorando o paiz de sociedade com meia duzia de chefes politicos.

Para este livro, a que deu o mesmo titulo do pamphleto com que havia annunciado a apparição do Constituinte, isto é, Processo da Monarchia Brasileira—Necessidade da Convocação de uma constituinte—procurou elle attrahir a attenção do Brazil inteiro, ora remettendo-o em consignação para ser vendido nas capitaes de provincia, ora transcrevendo nas columnas dos jornaes de maior circulação que se publicavam na capital do imperio as suas paginas principaes e o seu indice detalhado.

Referindo-se n'esse livro á possibilidade de fazerse a revolução, dizia o autor: « Ahi está a historia para provar que as revoluções só vingam quando são iniciadas pelo *exercito* ou quando vêm de uma brusca explosão da colera nacional...

« Não sendo possivel, por emquanto, este acto de patriotismo da parte do exercito, só resta tentar o outro recurso, isto é preparar a brusca explosão da colera nacional.

« Desenganem-se os brazileiros que ainda vivem illudidos: A comedia da monarchia com os seus lances tragicos continuará a representar-se no theatro americano até que, preparada a mina da indignação nacional, o povo, um bello dia, faça a esses comicos de

profissão e aos seus comparsas aquillo que o Sr. Sinimbú, quando primeiro ministro do Sr. D. Pedro II, queria que se fizesse aos colonos europeus: põl-os fóra da barra a cacete!

« Emquanto, porém, não chega esse dia abençoado, empreguemos contra a monarchia, os seus representantes e sustentadores, em uma palavra contra essa olygarchia exploradora, a artilharia do pensamento—a imprensa—mas o façamos com a maxima energia, sob pena de perdermos o nosso tempo, o nosso dinheiro e a nossa reputação, isto é sob pena de passarmos por imbecis, covardes ou cães que estão ladrando á espera de um osso da mesa imperial. Quem quer sinceramente os fins, quer os meios. Si queremos fazer cessar o effeito, eliminemos a causa. »

A principal preoccupação do autor do Processo da monarchia era implantar na consciencia de seus concidadãos a convicção de que o imperador, praticando a politica dos jesuitas, havia intencionalmente reduzido a nação ao estado de cadaver, afim de mais seguramente dominal-a.

Por isso, depois de provar esta these por meio de factos numerosos, pôde em um dos ultimos capitulos do seu livro dizer com segurança:

« Está plenamente consummada a obra da monarchia: O gigante brasileiro é um immenso cadaver; a morte moral do Brazil é uma dolorosa realidade! A figura desse colosso deitado que se desenha no horizonte pelo perfil das montanhas, á entrada da barra d'esta capital, que é a séde da monarchia, foi a triste

prophecia feita pela propria natureza d'aquillo que havia de ser este vasto continente americano nas mãos de um principe, sobretudo de um principe bragantino. O gigante de pedra deitado ou inerte é o symbolo d'este imperio, é a imagem da immobilidade d'esta China americana.

Ninguem desconhecerá que o Brazil teve uma morte prematura, e que, por ter sido premeditada, foi victima de um verdadeiro assassinato. O Sr. D. Pedro II, que foi o principal e o mais habil obreiro d'essa sinistra empreitada, póde agora tranquillamente abdicar em favor de sua filha. E é o que elle vai fazer brevemente, a julgar pelos preparativos por meio dos quaes a princeza tem procurado adquirir uma certa popularidade, já dando festas em seu palacio ou dirigindo as que se fazem no Cassino e em Petropolis, já visitando as provincias do Sul, onde o espirito republicano está mais accentuado (1), já, e principalmente, adulando o espirito militar por meio de sua presença aos exercicios da tropa, cousa que nuncad 'antes fizera.»

O Processo da Monarchia Brazileira foi publicado em Janeiro de 1886, isto é, quasi quartro annos antes da revolução. Esse livro, o jornal O Constituinte e outras obras de progaganda republicana do mesmo autor, e que foram publicadas em 1885 e 1886, exerceram uma certa influencia sobre o espirito publico,

⁽¹⁾ Tome nota o leitor de que a herdeira presumptiva da corôa antes desta viagem *nunca* tinha visitado uma unica das provincias do imperio, mas foi muitas vezes á Europa onde passou annos seguidos divertindo-se.

sobretudo nas provincias, em cujos jornaes eram esses escriptos commentados com honra para o seu autor e de onde enviavam-lhe as mais calorosas felicitações. (1)

⁽¹⁾ Na capítal do imperio um monarchista liberal e um dos mais distinctos escriptores e parlame ntares brazileiros, Sr. Joaquim Nabuco, disse ao autor do *Processo da monarchia* em 1888, depois da abolição da escravidão, e quando já se notava em todo o paiz uma grande agitação em favor da republica: « Eu nunca pensei, Sr. Fialho, que a semente que o senhor plantou brotasse com tanta rapidez: a meu vêr, a republica está feita.»

Perspectiva do reinado de D. Isabel

Educação politica da herdeira presumptiva da corôa. — Reinado provavel dos padres, Roma governando o Brazil. — Propaganda republicana. — Assédio geral da monarchia. — Um athleta da imprensa opposicionista. — Evaristo fez a maioridade, Ruy Barbosa fará a republica.» — Plano de salvação da monarchia.

A feição caracteristica da politica de D. Pedro II foi sempre o absolutismo disfarçado. Por isso, seguindo o preceito de Machiavel, que aconselhava os herdeiros presumptivos da corôa a continuarem no governo a politica de seu antecessor, resolveu o imperador encarregar-se elle mesmo da educação politica de sua filha.

Como meio pratico, deixou-a governar o imperio na qualidade de regente durante as viagens que elle fazia á Europa, a primeira em 1871, a segunda em 1876 e aterceira em 1887. Em todas estas occasiões elle tinha o cuidado de fazel-a recommendar-se á nação por meio de actos politicos de certa importancia de onde pudesse resultar-lhe uma certa gloria e prestigio, comtanto que não contrariassem o seu plano de governo. Foi assim que em 1871 coube-lhe a honrosa missão de

3

sanccionar a lei que dava o primeiro golpe apparente na escravidão, declarando que «a partir daquella data (28 de Setembro de 1871) todo filho de mulher escrava nasceria livre.»

Em 1876, na falta de medidas politicas limitou-se a princeza a fingir que deixava os ministros governar afim de fazer crer que, uma vez no throno, teriam os brazileiros a realidade desse governo contitucional que Thiers, em um impeto de opposição, inventou, disendo que «o rei constitucional reina e não governa.»

Em 1887, depois de ter a princeza dado ao ministerio Cotegipe, que era o mais terrivel adversario da escravidão, todo o apoio possivel, com o fim de não desgostar os fazendeiros, fez-se repentinamente abolicionista, quando vio que os escravos já estavam se libertando por si mesmos (pela fuga) e já não havia meio algum de conserval-os no captiveiro. Foi assim que em oito dias se fez a lei 13 de Maio de 1888, que abolio pura e simplesmente a escravidão no Brazil a partir dessa data.

Mas no fundo desta politica hypocrita, que só illudia os incautos, havia a verdadeira politica dynastica, a politica absoluta e ultramontana, praticada com todos os caprichos feminis e que augmentava o descontentamento nacional.

Era geral e profunda a crença entre os brazileiros de que o reinado de D. Izabel seria o reinado dos padres, Roma governando o Brazil. Por outro lado, o marido da princeza, o Conde d'Eu, principe

da familia dos Orleans (1), marechal do exercito por direito de casamento, não conseguia tornar-se querido, nem mesmo da parte do exercito que elle commandou no ultimo periodo da guerra do Paraguay.

A gente que compunha a roda da princeza era, com rarissimas excepções, profundamente antipathica aos brasileiros, que a conheciam de perto. A princeza tinha a convicção de que o povo brasileiro estava reduzido a um tal estado de submissão pela politica do imperador que elle era incapaz de rovoltar-se contra o jugo quasi quatro vezes secular da monarchia. Considerava-o um povo de escravos, e só dispensava as suas graças aos que a adulavam servilmente, aos favoritos e á gente d'igreja. Ao resto da nação tratava ella com um desprezo calculado, como o fazia o pai, embora sob as apparencias de uma affabilidade fingida.

Eis ahi a razão por que o prestigio que lhe adveio da abolição da escravidão foi de curtissima duração, mais official do que real; de modo que, apenas terminaram os festejos que a nação em peso celebrou por aquelle grande acto humanitario, começou logo contra a monarchia uma nova e mais encarniçada campanha, feita pelos republicanos, com o apoio moral dos fazendeiros, que assim protestavam contra o acto que os havia violentamente privado do principal elemento de trabalho, o escravo, que era ao mesmo tempo uma propriedade adquirida em virtude da lei.

⁽¹⁾ Filho do Duque de Nemours e neto de Luiz Felippe I.

« Depois da libertação dos negros, diziam os republicanos, queremos a liberdade para os brancos! » Assim, á antipathia que a princeza imperial já inspirava aos abolicionistas, por haver-se opposto quanto pôde (principalmente pela inercia que observou durante o ministerio Cotegipe) á libertação dos escravos, e aos brasileiros em geral por suas tendencias ultramontanas e seu favoritismo á gente de sua camarilha, veio ajuntar-se o grande e poderoso contingente dos republicanos e fazendeiros descontentes.

Em menos de um anno, a partir da data da lei que extinguia a escravidão no Brazil, fundaram-se em differentes provincias, principalmente nas de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes, que rodeavam a capital do imperio ou séde da monarchia, mais de 300 clubs republicanos e um grande numero de jornaes da mesma seita. A monarchia estava assim sendo sitiada por todos os lados, e ameaçada de um assalto geral.

Um facto que dá a medida do estado dos espiritos n'essa epoca (1888) deu-se na camara dos deputados, por occasião de lá apresentar-se um republicano eleito pela provincia de Minas Geraes, o Dr. Monteiro Manso, e ter elle recusado prestar o juramento regulamentar de fidelidade ao imperador. Os proprios deputados monarchistas e o ministerio julgaram prudente não insistir n'esta questão delicada, e consentiram na substituição do juramento por uma simples affirmação de bem servir á nação.

Esta transacção foi um revez para a monarchia.

Foi este o seu primeiro passo dado para traz em frente da republica.

A idéa republicana já se impunha visivelmente aos espiritos, fazendo proselytos em todas as classes da sociedade, quando surgiu na imprensa diaria independente um athleta do jornalismo para atacar com a ultima vehemencia, não a monarchia propriamente dita, mas a sua politica nefasta e anti-patriotica. Esse athleta foi o Dr. Ruy Barboza que, a testa do Diario de Noticias, tomou sobre os seus hombros tão ingente tarefa. (1) Quatro mezes de lucta porfiada, sem um só dia de tregoa, bastaram-lhe para derrubar o ministerio conservador João Alfredo, apezar do prestigio que este ministerio havia adquirido por haver decretado a lei da abolição da escravidão.

A monarchia sentia que o seu throno já começava a vacillar. Por isso o imperador, que desde a sua volta da Europa (agosto de 1888) parecia afastado dos negocios publicos, julgou que era chegado o momento de prevenir o golpe que a ameaçava, por meio da realisação de um plano longamente meditado. Este plano consistia em abdicar elle inesperadamente a corôa em sua filha, apoiando-se para este fim na guarda nacional, nos corpos de policia, em uma guarda civica expressamente creada e na guarda negra.

⁽¹⁾ O Dr. Ruy Barbosa é filho da Bahia, jornalista antigo e já havia sido deputado geral.

Fazia tambem parte d'este plano um conjuncto de medidas financeiras, destinadas a contentar aos fazendeiros, afim de retirar aos republicanos o ponto de apoio que n'elles tinham.

SEGUNDA PARTE

A questão militar

O desprezo com que era tratada a classe mililar—Um major mettido no xadrez—Os officiaes de um regimento obrigados a fazerem justiça por si mesmos, matando um especulador do jornalismo— «Humilhação do imperador perante a rebellião militar victoriosa»—Origem da questão militar.

Era um dos pensamentos capitaes da politica do imperador submetter ou dominar os brasileiros por meio do desprezo. Era esta tambem a politica de Cesar e Napoleão I.

O observador entendido que fosse ao paço imperial assistir a uma das recepções do imperador, notaria facilmente, através de uma cortezia de convenção, a indifferença real, mesmo um certo desprezo, com que o monarcha fallava ou tratava aos seus subditos.

A propria classe militar não devia escapar á acção d'essa tactica politica; antes convinha aos interesses da monarchia abater-lhe o orgulho e a nobre

altivez, naturaes nos paizes em que ella tem consciencia de sua propria dignidade (1).

Os ministros da guerra e marinha (quasi sempre civis, sobretudo nos ultimos annos do reinado de D. Pedro), convencidos de que correspondiam ás vistas politicas do imperante, procuravam até por meio de simples avisos ou regulamentos cercear os direitos que as leis e a constituição davam aos officiaes de terra e mar, tirando-lhes ou negando-lhes, sempre que o podiam fazer, a consideração a que tinhão direito.

Os dous factos seguintes mostram até que ponto havia chegado a desconsideração do exercito:

Em meiado do anno de 1882 foi conduzido á presença de um delegado de policia do Rio de Janeiro, por uma patrulha, um major reformado do exercito (Justino Pessôa de Andrade), pelo facto de ser encontrado nas ruas da cidade um pouco ulegre, mas não tanto que não podesse justificar-se perante a autoridade policial, allegando que era official superior do exercito. Não obstante esta circumstancia, o delegado de policia mandou mettel o no xadrez, onde passou a noite no meio dos vagabundos e desordeiros das ruas. O ajudante-general do exercito, fidalgo da casa imperial, devidamente informado pelo queixoso,

⁽¹⁾ O Constituinte publicou em seus numeros 10 e 17 de Outubro de 1885 dous artigos em que o autor citava factos para provar a existencia d'essa tactica imperial. O primeiro artigo tem o titulo: O desprezo do imperador para com os seus subditos.— O segundo: Rebaixamento da classe militar n'este reinado.

deixou impune tamanho attentado commettido contra um membro de sua classe!

Foi no anno soguinte que se deu o segundo facto. Publicava-se na capital do imperio uma folha hebdomadaria, que vivia da diffamação ou d'esse commercio ignobil que os francezes chamam chantage. «corsario» era o titulo da folha, e Apulcho de Castro o nome de seu redactor. Tomando por sua vez a officialidade do 1º regimento de cavallaria, pertencente á guarnição da capital, para alvo de suas diatribes, Apulcho de Castro levou a saa audacia ao ponto de escrever para os seus leitores esta infamia: « Quando virdes um official do 1º regimento de cavallaria, fugi d'elle como se foge de um gatuno! »

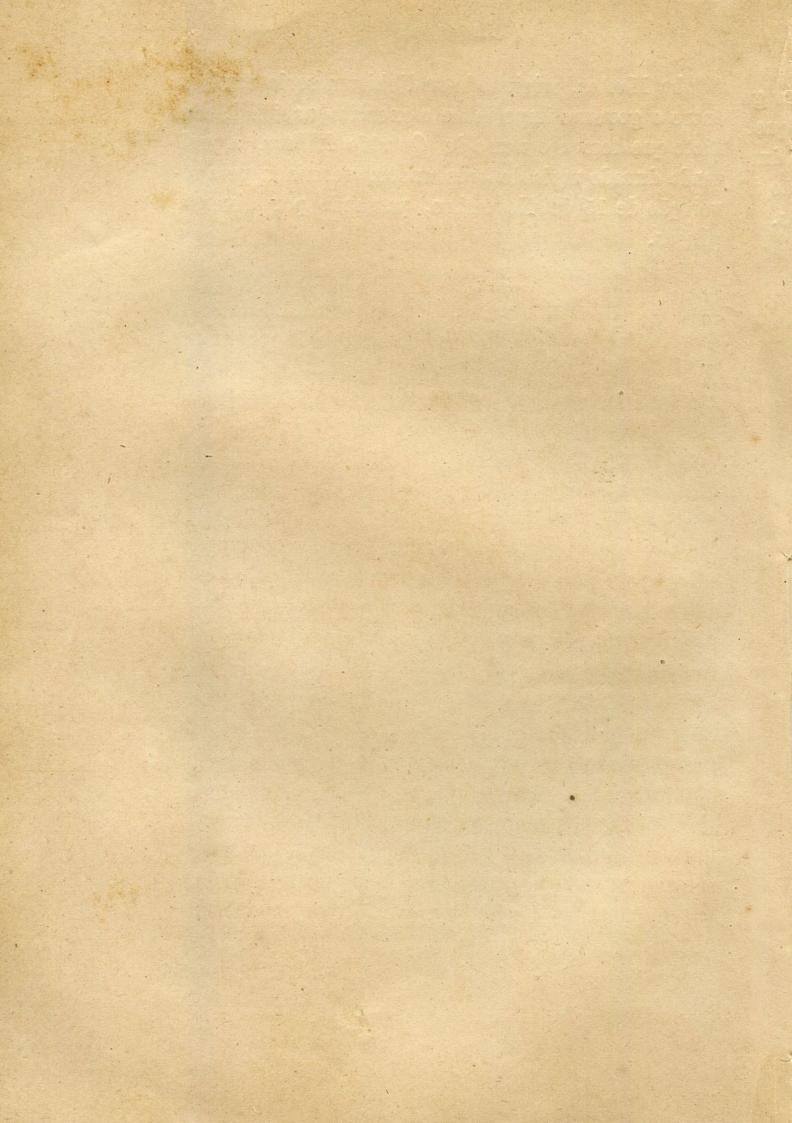
E taes infamias ficavam impunes, porque, sob pretexto de que a imprensa era e devia ser livre, o imperador prohibiu pessoalmente a dous chefes de policia de procederem administrativamente contra o autor d'ellas. Foi necessario que a repetição incessante de tão graves offensas impellisse os officiaes a fazerem justica por suas proprias mãos, e o fizeram com tanta resolução e coragem, que o castigo tão merecidamente infligido ao seu vil detractor tomou o caracter de uma verdadeira sentença: mandáram prevenir a Apulcho de Castro de que haviam resolvido matal-o publicamente e de dia. A pulcho se refugiou na repartição da policia, no proprio gabinete do chefe. Os officiaes e algumas praças—cerca de 100 homens ao todo, numero julgado sufficiente para impedir que a policia os demovesse do proposito em que estavam--

foram em busca do condemnado e postaram-se em frente á repartição da policia ao meio-dia em ponto. Em vão tentou o chefe de policia parlamentear com os officiaes indignados, e não teve outro remedio senão en tregar Apulcho á sua sorte. Ao sahir do edificio da policia acompanhado por um official, que por ordem do ajudante-general do exercito queria dar-lhe um salvo-conducto, foi elle apunhalado por diversos conjurados, os quaes retiraram-se em seguida com a calma de juizes que acabam de executar uma sentença merecida.

Este acto de dignidade militar deve ser considerado como o primeiro passo dado pelos representantes do exercito em desaffronta de seus brios offendidos no reinado de D. Pedro II. O imperador assim o devia ter comprehendido, porque julgou de bôa politica ir, tres dias depois, visitar o 1º regimento de cavallaria, a cujos officiaes tratou com uma amabilidade até então para elles desconhecida, tanto que despertou a attenção da imprensa. Um deputado, Sr. Andrade Figueira, referindo-se a este facto, exclamou na camara: « Essa visita do imperador é a humilhação da corôa perante a rebellião militar victoriosa! »

Sob um tal regimen não era, pois, para admirar que qualquer personagem politico, mesmo um simples deputado ou senador, se julgasse autorisado a tratar com desprezo os officiaes do exercito ou armada. Foi assim que, em meiado do anno de 1886, um deputado offendeu a um official superior do exercito, o coronel

Cunha Mattos, originando-se d'ahi um serio conflicto entre o governo imperial e o exercito nacional, conflicto que tomou o nome de *Questão Militar*, a qual, tendo durado mais de tres annos, terminou pela revolução de 15 de Novembro, passando por diversas phases.



Primeira phase da questão militar

Prisão e reprehensão do Coronel Cunha Mattos — 0 tenente-coronel Madureira, seus antecedentes, seu protesto — Adhesão geral ao protesto Madureira — 0 general Deodoro; seus paes — 0 barão de Cotegipe e o general Deodoro — Cartas do general Deodoro ao imperador — Politica de maromba — 0 enigma da molestia do imperador — Manifesto dos generaes Pelotas e Deodoro — Os arranhões á dignidade do governo — Nobre resolução do Club Militar.

Era então ministro da guerra um joven advogado e deputado conservador pela provincia do Rio de Janeiro, Alfredo Fernandes Rodrigues Chaves.

O coronel Cunha Mattos, que havia sido encarregado de inspeccionar uma companhia de infantaria estacionada n'uma das provincias do imperio, no relatorio que apresentou ao ministro da guerra, fez graves accusações ao commandante d'aquella companhia, o qual era amigo do peito de um deputado.

Tomando as dores pelo commandante da companhia, o deputado, em vez de limitar-se a defender o seu amigo, injuria atrozmente, do alto da tribuna parlamentar, ao coronel Cunha Mattos, chamando-o de traidor e covarde. Não estando ainda acclimatado o uso do duello no Brazil (e é por isso que ha tantas

scenas aviltantes entre homens da mesma categoria social), o coronel Cunha Mattos responde pela imprensa ao seu offensor, ameaçando-o de provar-lhe que não era covarde; e n'este mesmo artigo exprobra ainda que cortezmente, ao ministro da guerra o seu silencio em face do deputado que em sua presença tão descommunalmente havia atacado a honra militar na pessôa de um official superior do exercito.

O ministro, apoiando se em avisos e praxes até então admittidas, as quaes prohibiam aos officiaes discutir pela imprensa sem prévia licença do ministro da guerra, mandou prender e reprehender o coronel Cunha Mattos. Calando-se este, parecia terminado, mais uma vez desvantajosamente para o exercito, um conflicto que envolvia a dignidade militar.

Mas apenas erão decorridas algumas semanas, eis que surge no parlamento nacional novo incidente, d'esta vez entre um senador do imperio e um outro official superior do exercito. Quiz a Providencia que a nova victima escolhida pela prepotencia governamental fosse um militar que reunia no mais alto gráo todas as qualidades capazes de o constituirem o vingador de sua classe. Esse official era o tenente-coronel do corpo de estado-maior de primeira classe Antonio de Senna Madureira, nascido na provincia da Bahia, tão notavel pela intelligencia dos seus filhos (1).

⁽¹⁾ A maioria dos estadistas e oradores parlamentares brasileiros é formada de bahianos. Durante a monarchia rarissimo era o ministerio que não contava em seu seio pelo menos um filho da Bahia.

O tenente-coronel Madureira conquistou os seus primeiros postos na escola Militar da Praia Vermelha e na Escola Central, e tão brilhantes foram os estudos que ahi fez, que mereceu ser classificado no corpo de estado maior de 1ª classe.

Estava elle na Europa em 1864, em commissão do governo, quando rebentou inesperadamente a guerra do Paraguay. Regressando espontanea e immediatamente para o Brazil, marchou sem demora para o theatro da guerra, e ahi, durante os cinco annos que durou a campanha, distinguiu-se sempre por sua coragem, seu enthusiasmo militar e sua intelligencia superior.

O autor d'esta monographia, sendo então major de artilharía e servindo na commissão de engenheiros do exercito em operações no Paraguay, teve a fortuna de apreciar de perto os dotes militares de Madureira, quando este servia-lhe de ajudante na construcção das obras de fortificação da villa de Pirajú. A essas qualidades technicas reunia aquelle official uma susceptibilidade inexcedivel em materia de dignidade militar ou pessoal.

Depois da guerra exerceu elle em Berlim, durante cerca de tres annos, as funcções de addido militar, e dos estudos que fez na capital da primeira potencia militar da Europa, deu elle uma prova eloquente com a publicação de uma obra destinada a servir de base para a reorganisação do exercito brazileiro.

De volta ao Brazil, havia sido promovido a

tenente-coronel por merecimento e estava commandando a Escola de Tiro de Campo Grande, quando, por excesso de zelo por suas attribuições foi dimittido pelo ministro da guerra, o senador Franco de Sá (civil).

Já em 1883 teve o tenente-coronel Madureira uma primeira occasião de apparecer em publico para defender a sua classe, cuja independencia estava seriamente ameaçada por uma proposta de lei de origem evidentemente imperial, porque o seu autor, o senador marquez de Paranaguá, era tido como o mais dedicado amigo do imperador.

Por essa proposta de lei queria aquelle senador que o governo fundasse um monte-pio, do qual os militares fossem membros obrigados. Além de certas disposições altamente vexatorias e que na pratica diminuiam consideravelmente, e em certos casos até annullavam os beneficios promettidos, continha a proposta um artigo que, atacando de frente os direitos constitucionaes dos militares, os collocava sob a inteira dependencia do governo.

Dizia esse artigo: « Não será permittido ao governo d'ora em diante conceder aposentadorias, reformas, jubilações ou qualquer outra mercê pecuniaria aos empregados; e quando o bem do serviço publico o exigir, serão elles postos em disponibilidade ou demittidos.» Nada mais tyrannico do que esta ameaça constante, verdadeira espada de Damocles, pendendo sobre as cabeças dos officiaes do exercito, que assimficavam equiparados a simples empregados publicos, em contravenção desta disposição formal da constituição

brasileira: « Os officiaes do exercito e da armada não podem ser privados das suas patentes senão por sentença proferida em juizo competente. » (art. 149.)

Como se vê, o projecto do senador Paranaguá, se fosse traduzido em lei, tornava-se, nas mãos do governo imperial, uma arma terrivel que elle poderia empregar á sua vontade contra os militares que não se mostrassem doceis a tudo quanto elle quizesse impôr-lhes. « Ou te submettes, ou eu te demitto! » dizia-lhes o governo, parodiando a celebre apostrophe de Gambetta.

O grito de alarma partio da mocidade da Escola Militar, formando-se immediatamente um directorio para discutir a questão pela imprensa.

Eleito presidente deste directorio, Madureira escreveu uma serie de artigos no Jornal do Commercic analysando com maestria e coragem os fins patentes e occultos do plano imperial. « Para a classe militar, dizia elle no seu ultimo artigo, para a classe militar cujos interesses esse projecto mais de frente ataca, elle constitue um verdadeiro presente de grego... « Esperemos confiados na sabedoria e no patriotismo do senado brasileiro, que na proxima reunião do parlamento elle votará pela immediata rejeição de semelhante proposta de lei! »

Por outro lado, o concurso que Madureira e seus companheiros haviam pedido á classe militar não se fez esperar: os alumnos das escolas militares, os seus professores, a officialidade de diversos corpos e alguns generaes telegrápharam ou escreveram ao directorio,

offerecendo-lhe o seu apoio e enviando-lhe meios para sustentar a resistencia.

Tão nobre e resoluta attitude impôz silencio aos autores do perfido projecto do monte-pio: O senado abafou-o, não o deixando vêr a luz da discussão.

Mas a monarchia não desesperou de um triumpho final sobre o exercito, que acabava de infligir-lhe um primeiro revez; pelo contrario, d'ahi em diante ella não cessou de empregar todos os meios para assegurar esse triumpho. Um dos meios empregados fci a renovação da prohibição feita por simples avisos ministeriaes aos officiaes do exercito de discutirem pela imprensa sem prévia licença do ministro da guerra.

A prisão do coronel Cunha Mattos foi a consequencia da infracção d'essa prohibição. Quando esse facto teve logar (Junho de 1886), o tenente-coronel Madureira achava-se na provincia do Rio Grande do Sul, organizando a escola de tiro do Rio Pardo. Foi alli que, certo dia, lendo o discurso do senador Franco de Sá em que este incidentemente explicava a demissão que havia dado ao antigo commandante da escola de tiro do Campo Grande, dizendo, entre outras cousas, que aquelle commandante faltára com o respeito devido ao ajudante-general do exercito, o tenente-coronel Madureira publicou um artigo para justificar-se da accusação que o ex-ministro da guerra acabava de fazer-lhe no senado.

Esta simples justificação provocou da parte do ministro da guerra (o mesmo da questão Cunha Mattos) uma reprehensão ao brioso official, Madureira não

hesitou um só instante em protestar publicamente, dando ao ministro una resposta digna de si e da classe a que pertencia. « Eu acabava de chegar do serviço da linha de tiro — contou elle ao autor d'esta monographia; era quasi noite e eu estava muito fatigado. Ao lêr os jornaes da côrte e de Porto-Alegre deparei com a reprehensão que me inflingia o ministro. Sentindo então a indignação revoltar-me a alma, peguei na penna e escrevi o protesto que conheces. »

Este protesto deve aqui ser transcripto todo inteiro, por que as consequencias que d'elle resultaram deram-lhe um caracter tal que o historiador philosopho verá talvez n'elle o primeiro raio com que a Providencia resolveu fulminar a monarchia, que, para conservar-se de pé, julgava dever tudo abater.

O protesto indignado que o tenente-coronel Madureira atirou de um canto remoto do Brazil á face do agente imperial que humilhava o exercito nacional, foi talvez o germen inconsciente que produziu a Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Eis aqui este importantissimo documento historico:

Protesto

« Fui reprehendido por S. Ex. o Sr. ministro da guerra, em aviso dirigido ao ajudante-general do exercito, por ter-me defendido, sem licença prévia, pela imprensa, de accusações que de novo me foram atiradas do senado pelo Sr. Franco de Sá, ex-ministro da guerra da situação liberal.

Exercendo n'esta provincia uma commissão de toda a confiança do governo, ao ler o citado aviso pedi pelo telegrapho, como me cumpria, dispensa do encargo e ordem de S. Ex. para recolher-me ao meu corpo.

Aguardo ainda a decisão de S. Ex. Devo, entretanto, protestar desde já em nome dos brios e dignidade da classe militar, a que tenho a honra de pertencer, contra as idéas do actual Sr. ministro da guerra e as singulares theorias que tenta implantar no exercito.

Em que lei, em que artigo do regulamento disciplinar fundou-se o Sr. conselheiro Alfredo Chaves para reprehender, e do modo o mais severo, um official superior, atacado no que tem de mais precioso—a sua reputação de funccionario— pela defesa que apresentou em termos, contra a dezarrazoada accusação de um senador do Imperio?

Nos avisos que S. Ex. publicou, em relação ao seu acto contra o bravo e distinctissimo coronel Cunha Mattos? S. Ex. não citou, nem poderia fazel-o, uma só disposição de lei que prohiba a defesa aos militares, quando atacados em sua dignidade.

Conhecedor da legislação que rege o exercito, não me podia sujeitar—como não me sujeito—a imposições menos dignas dos brios, não só da classe militar, como de qualquer outra em que o cidadão se preze de ser honrado.

Póde S. Ex. reprehender-me quantas vezes quizer, por tão honroso motivo, que estarei sempre prompto a justificar-me perante um conselho de guerra da legalidade do meu proceder.

No dia em que fôr votada pelo poder competente uma lei que prohiba aos militares de se defenderem contra os membros do parlamento—que, parece, têm agora o privilegio exclusivo dos insultos—n'esse dia deixarei de pertencer ás fileiras do exercito.

O tenente-coronel Antonio de Senna Madureira. Rio Pardo, 23 de Setembro de 1886.»

Foi, na realidade, um verdadeiro raio este protesto inesperado, porque elle percorreu com a rapidez da electricidade o paiz inteiro, incendiando principalmente a provincia do Rio Grande do Sul, onde predomina o elemento militar. De todas as guarnições militares ou de qualquer região do imperio, onde havia um soldado de brio, expediram-se telegrammas approvando o « protesto Madureira.»

Estava n'essa occasião governando a provincia do Ric Grande do Sul e exercendo ao mesmo tempo as funções de commandante das armas o general Manoel Deodoro da Fonseca.

Para bem se apreciar o papel que nos ultimos annos da historia do Brazil tem representado este general, convem remontar aos acontecimentos politicos e militares em que tomou parte seu illustre pai, o tenente-coronel de infantaria Manoel Mendes da Fonseca, natural da provincia das Alagôas.

Em 1831 era Mendes da Fonseca major commandante do 16° batalhão de infantaria e commandante interino das armas na provincia das Alagôas. Promovido a tenente coronel nos ultimos dias do reinada de D. Pedro I, que tão impopular se tornára, foi-lhe cassada a patente por suspeito de devotamento a este principe, e por isso passou para o quadro dos avulsos.

Em 1836 era elle commandante geral das forças da provincia, na guerra contra os cabanos de Pernambuco; em 1839 accumulava a cargos militares os de conselheiro da provincia, juiz de direito, etc. Por um erro de vista oppoz-se tenazmente no mesmo anno de 1839, á mudança da capital da cidade das Alagôas para a de Maceió e chegou a prender no seu proprio palacio o presidente da provincia, Agostinho da Silva Neves.

Neves pediu soccorro ás provincias visinhas, e de Pernambuco e Bahia vieram tropas. O commandante Fonseca, porém, que não queria fazer correr o sangue de seus irmãos para sustentar a sua opposição á mudança da capital, retirou-se e foi entregar-se á prisão no Rio de Janeiro. O governo imperial conservou-o preso na fortaleza de Villegaignon.

Solto pouco depois, mandou elle buscar a familia que deixára na provincia das Alagôas, reformando-se em seguida. Reduzido ao pequeno soldo da reforma e á mais mesquinha tença da ordem de Aviz, foi n'essa situação que encontrou nas suas proprias faculdades naturaes e nas rarissimas qualidades de espirito varonil, pouco commum, de sua esposa D. Rosa Maria Paulina da Fonseca, os recursos de que

precisava para educar dez filhos, oito dos quaes eram do sexo masculino. (1)

Quando o tenente-coronel Fonseca falleceu (1859) deixou quasi todos os seus filhos, ou preparados para abraçar uma carreira qualquer, ou mais ou menos independentes: tres capitães de artilharia, tres subalternos, um medico, uma filha solteira, uma outra casada e um rapaz de 14 annos. D. Rosa sobreviveulhe 14 annos, deixando o mundo a 11 de Julho de 1873, feliz por seus filhos, dos quaes nem um só, nem uma só vez, causou-lhe o menor desgosto.

Por uma união inexcedivel entre si, pelo talento, pelo patriotismo, pela energia e pelo espirito militar de seus membros, parece que a familia Fonseca estava pela Providencia destinada a ser o seu cooperador na obra de regeneração da patria brazileira. (2)

A guerra que o Brazil teve de fazer e sustentar contra o Paraguay, de 1864 a 1870, foi a grande escola de ensinamento e provação d'essa familia privilegiada. Dos oito filhos varões, sete marcharam para

⁽¹⁾ Era de uma pequena horta, no quintal da casa que habitava, que D. Rosa tirava principalmente os meios de subsistencia para educar simultaneamente os seus dez filhos.

⁽²⁾ O espirito militar da familia Fonseca revelou-se até nas senhoras. Quando, depois da guerra do Paraguay, os batalhões voltavam á capital do imperio e ahi realisavam uma marcha triumphal, viu-se no meio do batalhão da provincia natal da familia Fonseca (Alagôas), um grupo de senhoras entre as quaes uma que carregava com um enthusiasmo todo marcial a bandeira do batalhão, que ellas haviam bordado. Era D. Amelia da Fonseca, uma das filhas de D. Rosa.

a longinqua campanha, cinco como officiaes de linha, um como medico militar e o setimo como voluntario da patria.

O oitavo, official reformado, não marchou porque assim resolveram os outros cujas mulheres e filhos ficavam em companhia de D. Rosa, sendo aquelle oitavo filho (tenente Pedro) o unico homem presente no meio dessa numerosa familia. Não obstante esta circumstancia, o tenente Pedro, de combinação com sua mãi, quiz mais tarde partir para o theatro da guerra, e n'este sentido escreveram aos parentes que já lá se achavam. Deodoro, irmão de Pedro, reuniu immediatamente os outros irmãos, e fazendo-lhes ver o grave inconveniente de ficarem no Brazil tantas senhoras e filhos menores sem a assistencia de um só homem, escreveu á sua mãi e a Pedro dizendo-lhes positivamente que se insistissem na annunciada resolução, elle Deodoro pediria ao governo para vir substituir Pedro no seio da familia, e accrescentou gracejando « Ha de ser muito bonito um official da primeira classe do exercito deixar os companheiros no theatro das operações para ser substituido por um reformade!»

No segundo anno da guerra morreram dous filhos de D. Rosa no mesmo combate (Curuzú) e no penultimo anno morreu um terceiro e foram feridos dous, todos na mesma batalha (Itororó).

Narra a historia que certa matrona romana, ao ouvir seu filho lastimar que fosse tão curta a sue espada de combate, dissera-lhe: « Dá mais um passo

para a frente, meu filho! » O estoicismo que D. Rosa mostrava ao receber as dilacerantes noticias da morte de seus filhos nos campos de batalha, prova que na matrona brazileira o amor da patria tambem sobrepujava o de mãi. Quando lhe chegava a noticia fatal, ella encerrava-se em um quarto afim de, longe das vistas das filhas e dos parentes que lhe restavam, cortir a dôr terrivel que a affligia.

A victoria das armas brazileiras em Curuzú foi insignificante; mas a de Itororó mereceu ser celebrada no imperio, e foi n'essa occasião que o patriatismo de D. Rosa attingiu a um gráo que a razão custa a conceber. Com effeito, depois de ter ella lido o boletim em que se mencionava a morte de seu filho Eduardo (major) e os ferimentos de mais dous filhos, Hermes e Deodoro (tenente-coroneis), sendo o deste ultimo gravissimo, escondeu-o cuidadosamente no bolso afim de que os outros membros da familia não o lessem, e em seguida tratou de fazer os preparativos para a illuminação da frente de sua casa, sem esquecer-se de içar a bandeira nacional na sacada da janella.

Emquanto fazia esses preparativos recebeu ella diversas visitas, que vinham naturalmente dar lhe os pezames pela morte e ferimento de seus filhos; mas todos esses visitantes retiraram-se sem ousal-o fazer, provavelmente porque suppunham que ella ignorava tão tristes acontecimentos. A' um dos visitantes, porém, disse ella: « E' o senhor mais um amigo que vem aqui para dar-me pezames, e talvez pense que

ignoro a sorte de meus filhos. Sei de tudo porque li o boletim da batalha. Talvez que a esta hora esteja Deodoro tambem enterrado. Mas hoje o dia é de gala por causa da victoria nacional. Amanhã chorarei a morte de meus filhos.»

Era esta respeitabilissima senhora a mãi do general Deodoro, um dos tres filhos do tenente-coronel Mendes da Fonseca que eram capitães de artilharia quando elle falleceu.

Filho de taes pais, o general Deodoro não podia deixar de proceder como procedeu n'esse duello de morte a que a monarchia egoista imprudentemente provocára o exercito nacional.

Nasceu o general Deodoro a 5 de Agosto de 1827 na provincia das Alagôas. E' alto, magro, moreno bronzeado, tem os olhos negros e penetrantes, labios finos, nariz pontudo e aquilino, narinas rasgadas: todos estes traços dão-lhe á physionomia uma apparencia de aguia e de grande energia. Usa toda a barba, curta, quasi branca; os cabellos ainda pretos e rarefeitos no alto da cabeça, formando uma calva em corôa irregular; tem hombros largos e quadrados, mantém-se direito como um soldado perfilado. Tem 63 annos de idade. Quer a pé, quer a cavallo, é uma figura imponente e altamente sympathica. Affavel sem ser expansivo, foi sempre querido e temido ao mesmo tempo por seus proprios companheiros e superiores. E' assim na paz e na guerra.

Sendo official de artilharia, fez as campanhas do Uruguay e do Paraguay servindo na infantaria, arma em que mais perigo corre o combatente, e por isso mesmo aquella em que um soldado bravo e ambicioso de renome melhor pode revelar a sua coragem e realisar os seus sonhos de gloria.

Era elle capitão no começo da guerra, e de lá voltou no posto de coronel e cheio de um tal prestigio que não podia deixar de attrahir as vistas do governo da monarchia, que tinha por programma «nivelar as papoulas do Brazil.» (1)

Do anno de 1870, em que terminou a guerra do Paraguay, até o anno de 1886, em que surgiu a questão militar, o general Deodoro teve apenas mais duas promoções, a de brigadeiro (general de brigada) e de marechal de campo. Durante este espaço de tempo exerceu elle importantes cargos de administração militar, na capital do imperio e nas provincias. O conflicto Madureira encontrou-o já no posto de marechal de campo.

Dando-se este conflicto, elle não hesitou em tomar a iniciativa na defesa de seus companheiros de armas, apezar de estar exercendo um cargo da mais alta conflança do governo imperial.

Apenas Madureira havia publicado a sua justificação em resposta ao senador Franco de Sá, dirigiu o ajudante-general do exercito um telegramma ao general Deodoro perguntando se elle havia dado permissão áquelle official para publicar o seu artigo

⁽¹⁾ O Sr. Christiano Ottoni, ex-senador do imperio, parodiando a celebre phrase de Tarquinio disse que «Dom Pedro II impedia as papoulas de *crescer*.»

justificativo. Deodoro responde immediatamente : «Não; em officio d'esta data tratarei da questão. »

E no officio que escreveu dizia elle: « Aos membros da assembléa geral, salvo os ministros da guerra e marinha e os officiaes militares não tem applicação os preceitos dos avisos ministeriaes e do regulamento disciplinar que tratam das discussões na imprensa pelos militares, e, portanto, não tem o tenentecoronel Madureira responsabilidade pela publicação do artigo a que se refere o telegramma de V. Ex.» (3 de setembro).

De modo que quando alguns officiaes da guarnição de Porto Alegre, inflammados pelo protesto do tenente-coronel Madureira, foram em fins de setembro pedir ao presidente da provincia e commandante das armas licença para tratarem do assumpto em reunião de officiaes, o general Deodoro, depois de dar-lhes o assentimento pedido, pôde dizer-lhes: « E fiquem sabendo que eu já estou tiroteando nos postos avançados.»

As reuniões de officiaes succediam-se umas ás outras, com o fim de deliberarem e tomarem uma resolução que deixasse bem patente a intenção em que estavam de oppôr uma resistencia energica á prohibição prescripta pelo governo imperial de se defenderem pela imprensa sem prévia licença.

Além do apoio que lhes dava a primeira autoridade civil e militar da provincia, veio em auxilio d'elles o tenente-general visconde de Pelotas, que havia tido a gloria de terminar a guerra do Paraguay aprisionando no Aquidaban os ultimos restos do exercito de Lopez, que nesse encontro achou a morte.

O visconde de Pelotas, que tambem residia em Porto Alegre, deu-se pressa em publicar no orgão do partido republicano de sua terra natal (o Rio Grande do Sul) a seguinte carta:

« Sr. redactor:

« Tive já occasião de dirigir-me á illustrada redacção d'A Federação, agradecendo-lhe cordialmente as palavras de apreço e de conforto de que se servio em relação ao dintincto tenente-coronel Madureira, que deve ser reprehendido em ordem do dia do commando das armas desta provincia, segundo determinou o Sr. ministro da guerra. Os factos que se reproduzem de desconsideração e menoscabo a distinctos officiaes, e que não pararam porque parece haver proposito de abater os brios do exercito, levam-me a pedir aos meus camaradas toda a resignação para o mal que soffremos e que seguramente não póde perdurar.

De certo tempo a esta parte parece haver o firme proposito de abater nesta illustre corporação o que ella mais deve zelar: a honra.

Hontem era o tenente-coronel Cunha Mattos recolhido ao estado-maior de um regimento, por ter repellido offensas á sua honra militar em pleno parlamento, e, o que é mais triste e doloroso, é que aquelle que lhe impunha castigo por não ter soffrido em-silencio o ferrete da ignominia, é o mesmo a quem cumpre zelar os fóros e a dignidade da classe que administra. Hoje é o tenente-coronel Madureira, vantajosamente conhecido no exercito pela sua bravura, illustração e dedicação ao serviço, e a quem o governo encarrega de uma commissão de alta confiança, que só por si revela o gráo de apreço em que são tidos os seus conhecimentos profissionaes, mandado reprehender severamente porque ousou pôr a limpo uma questão que podia lançar duvidas sobre os seus sentimentos de snbordinação e respeito que tributa a um illustre general.

Quem será amanhã? Quem poderá não sêl-o, quando se quer impôr ao exercito hoje, em plena paz, que não possúa os sentimentos que o devem animar, quando faz o sacrificio da vida pela patria nos dias cruentos de uma campanha? Quem poderá não sêl-o, quando se vê nos estimulos de brio uma transgressão da disciplina?

Não é só expondo a vida nos campos de batalha que se mostra valor; elle se ostenta ainda mais admiravel quando se soffrem com resignação os actos de ministros inconsiderados, que parecem ter a peito reduzir á insensibilidade completa aquelles que amanhã terão por dever bater-se com heroismo em defesa da patria.

Estão já esquecidos os louros deste exercito que durante cinco annos de guerra contra o Paraguay só contou victorias? Quem sabe se em um futuro mais ou menos proximo não terão de pedir-lhe igual abnegação nos sacrificios e igual valor deante do inimigo?

Esperemos com resignação, porque não é crivel que a direcção dada aos negocios publicos do nosso paiz continúe por muito tempo no sentido que vai. Visconde de Pelotas.»

Esta carta produzio o effeito do azeite que se atira a um incendio: augmentou extraordinariamente o enthusiasmo entre os militares.

A unidade de pensamento que servia de mobil aos generaes Deodoro e Pelotas não tardou a imporlhes a unidade de acção. Havia já algum tempo que estes dous generaes estavam em desintelligencia por causa de questões politicas. A offensa, porém, feita á dignidade de sua classe reconciliou-os. O encontro dos dois generaes teve lugar em uma das igrejas de Porto-Alegre por occasião da celebração de uma missa pela alma do general Osorio, gloria immorredoura do exercito brazileiro e de quem aquelles generaes haviam sido companheiros nas campanhas do Prata e do Paraguay. Os generaes Deodoro e Pelotas abraçaram-se cordialmente, como que jurando no altar da patria de lutarem por sua liberdade civil e pelos direitos de sua classe com o mesmo ardor com que já haviam lutado nos campos de batalha por sua honra e dignidade.

A partir deste momento, os dous generaes tornaram-se perfeitamente solidarios na resistencia que iam oppôr ao governo imperial.

O piloto que, na espectativa da borrasca que se approximava, empunhava o timão do Estado—já se

vê, sob as immediatas vistas do imperador — era o senador barão de Cotegipe, presidente do conselho. Envelhecido na administração do paiz, era tão maphoso na politica como o velho monarcha.

Tendo tido conhecimento da resposta que o general Deodoro enviara ao ajudante-general do exercito e na qual dizia formalmente «que o tenente-coronel Madureira nenhuma responsabilidade tinha» o primeiro ministro, admirado de tanta ousadia, ficou quedo a espera dos acontecimentos.

Um mez depois da recepção d'aquella corajosa resposta, e continuando ateado o incendio na provincia que o general Deodoro governava, resolveu o barão tomar a si a discussão da questão, e n'este intuito engajou com o seu delegado na provincia um verdadeiro tiroteio de telegrammas, cartas e officios por meio dos quaes procurava sondar a resolução que a coragem civica havia inspirado áquelle general ao ponto d'elle insubordinar-se contra o governo.

Barão de Cotegipe.— «Um diario publica telegramma de hontem, d'essa capital, communicando que em uma reunião militar houve protestos contra actos do governo e outras demonstrações inconvenientes. Estas noticias têm causado impressão, e para tranquilidade dos espiritos informe V. Ex. o que se passou.»

Deodoro. — «Justo e geral sentimento do exercito muito offendido. Officiaes pediram reunião calma, approvei e consenti.»

Barão de Cotegipe. -- «Recebi em resposta telegramma de hoje. Exercendo V. Ex. duplo cargo de presidente da provincia e commandante das armas (o que mostra a confiança do governo), era prudente não autorisar reuniões e deliberações collectivas, que podem trazer consequencias imprevistas. A erronea interpretação a actos já existentes e que em nada offendem os brios e direitos do exercito, que o governo é o primeiro a manter como elemento da ordem publica, mostra que ha exploração politica. V. Ex. como o primeiro dos militares na provincia e responsavel pela disciplina podia e póde representar ou pedir explicações. Recommendo a V. Ex., como exercendo a presidencia, que empregue sua autoridade e influenpara pôr termo a essa agitação dos espiritos. Aguardo communicação official do occorrido, cujos promenores o governo ignora.»

« Deodoro—Todos os officiaes, generaes e outros, se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatoria imposição de os privar de prompta e immediata defesa, e têm para isso sobeja razão... Ser privado e punido por discussões com pessôas alheias á classe militar e que não estejam revestidas de caracter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial... Soffre a dôr o que tem o callo pisado e não aquelle que pisa. Se como presidente e commandante das armas tenho deveres, como soldado offendido pela ingratidão para com a classe militar os tenho tambem, porque assim exigem a disciplina, a moralidade e o brio de soldados que defendem a

monarchia... Será uma desgraça a imposição illegal com que se quer opprimir o exercito... A corporação militar da provincia deposita em mim, como seu interprete, suas justas queixas e pede o valimento de V. Ex. »

Este telegramma, no fundo, já põe em jogo a monarchia; mas, satisfeito com o pedido final do altivo general, responde o

Barão de Cotegipe: « Tomando em consideração o que V. Ex. expõe em seu telegramma de 4 e o appello que no final faz a mim particularmente, o governo acaba de resolver que o conselho supremo militar apresente, com urgencia, um projecto de instrucção que regule claramente a materia que tem motivado as reclamações contra o rigor da doutrina dos avisos (aliás antigos) quando os militares tiverem de recorrer á imprensa... Convém, pois, que V. Ex. faça cessar quaesquer reuniões colcollectivas de militares, e confio que a ordem será mantida. »

Deodoro.—« Agradecido e satisfeito telegramma de hoje. »

Cotegipe.—« Recebi seu telegramma que muito me satisfez. »

Depois d'esta troca de telegrammas, recebeu o presidente do conselho o officio que em data de 6 de Outubro lhe dirigira o general Deodoro, e no qual este lhe dizia: « O aviso do ministerio da guerra de 4 de Setembro findo, com que S. Ex. o Sr. ministro da guerra reprehendeu o tenente-coronel Madureira,

causou a todos os militares profundo desgosto... Sou, por minha honra e dever militar, solidario com elles, e se não tomei a iniciativa na questão foi porque os cargos com que me honrou o governo imperial mandavão que eu só devia transmittir ao governo as justas queixas; se tambem não tomei parte integrante na reunião foi porque a minha presença tirava a virtude do acto, fazendo desapparecer-lhe a espontaneidade da classe militar... »

A este officio, que era a reproducção, em substancia, dos telegrammas anteriores e posteriores á sua data, respondeu o barão de Cotegipe, por meio de uma carta confidencial de 1° de Novembro, em que se refere á indisciplina do exercito no intuito evidente de justificar a demissão do cargo de presidente da provincia que muito geitosamente dava ao general Deodoro, nos seguintes termos: « Hoje se protesta contra os actos da primeira auctoridade militar, que é o ministro da guerra; amanhã protestar-se-ha contra a dos chefes, ou sejam generaes, ou commandantes de corpos; teremos, portanto, um exercito deliberante, o que é incompativel com a liberdade civil da nação. »... « Eu e o gabinete commigo sentimos que V. Ex., a quem demos somma de confiança maior do que a qualquer outro funccionario, nos creasse tão serios embaraços. Não obstante, nomeado um presidente que ora para ahi segue, esperamos que V. Ex. o coadjuvará em tudo quanto depender de suas attribuições, e contribuirá para que cesse de uma vez essa agitação... »

O general Deodoro, por sua vez, responde longamente: « O thema em questão, diz elle, é reuniões indisciplinares - tumultuosas - sediciosas, etc., por parte dos militares »... Houve motivos para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem estar sujeitos a offensas e insultos de Francos de Sá e Simplicios, (1) cuja immunidade não os auctorisa a dirigir insultos, nem os isenta da precisa e conveniente resposta. E o que houve, Exm. Sr., por causa d'esses insultos dirigidos por elles contra militares? Por parte do governo, permitta-me V. Ex. dizer, muita consideração aos insultantes, e assim não só approvou os insultos, como foi além: offendeu ainda mais, com publica reprehensão para conhecimento do mundo, a um velho servidor, homem criterioso, decente, correcto e distincto, sómente em satisfação a quem nenhuma auctoridade tinha sobre elles!

« Achará V. Ex. n'isso cousa de pouca monta? Não será amesquinhar o exercito, tirar-lhe o brio, a dignidade e o amor proprio, requisitos estes sem os quaes não haverá soldados, mas sim vis e despreziveis escravos?

« A ferida foi forte, cruel e mortal, e com justa razão sangrará emquanto Madureira e Cunha Mattos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram victimas... » E, depois de fazer largas considerações para provar que no exercito havia brio e dignidade e

⁽¹⁾ Simplicio é o nome do deputado que provocou a questão Cunha Mattos.

não indisciplina, continua assim: « Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar, no dia em que eu desconfiar que na frente de soldados não passarei de um commandante superior da guarda nacional, especial e simples vulto politico, quebrarei a minha espada e, envergonhado, irei procurar, como meio de vida, e a exemplo de muitos, uma cadeira de deputado para tambem poder iusultar a quem quer que seja. »

Concluindo, diz o digno general: « Pelo que fica expendido, conhecerá V. Ex. que prefiro ser desagradavel levado pela verdade e lealdade do que agradavel pela reserva ou mentira. »

Assim desenganado o primeiro ministro, e reconhecendo ao mesmo tempo o perigo que havia em deixar continuar a exercer o cargo de primeira auctoridade militar um general rebelde, resolveu chamal-o á capital do imperio, o que importava em dar-lhe tambem a demissão de commandante das armas. Por isso escreveu-lhe o seguinte officio em que transpirava todo o mau humor do governo imperial de envolta com as maiores precauções para não irritar ainda mais o brioso militar.

« Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1886.— Exm. Sr. marechal M. Deodoro da Fonseca—Recebi a carta de V. Ex., sem data, em resposta a que dirigi a V. Ex. em o 1º do proximo passado mez.

Deixando de parte, por estemporaneas, as razões com que V. Ex. justifica o procedimento

official que teve na questão qualificada—militar—
porque não tenho esperanças de convencêl-o (meu
principal fim na correspondencia trocada com V. Ex.)
devo declarar a V.Ex.que a divergencia entre o pensamento do governo e o de seu delegado de confiança
é tão profunda que nenhum dos dois póde permanecer
n'essa posição prejudicial em todo o sentido ao serviço
do Estado. Pelo que tenho o pezar de prevenir a
V. Ex. de que é substituido, e virá occupar o cargo
que exercia n'esta côrte. (1)

O Sr. presidente communicará a V. Ex. as disposições do governo para que sejam guardadas as attenções e conveniencias devidas á pessôa de V. Ex.

A interrupção de nossas relações officiaes em nada prejudicará, espero, as de perfeita estima e consideração com que sou

De V. Ex.

Amigo e attencioso criado (assignado) Barão de Cotegipe.»

Era evidente que o governo imperial temia uma revolução militar no Rio-Grande do Sul (provincia fronteira e militarisada) e cuja explosão não tardaria a estender-se ás provincias vizinhas, podendo mesmo chegar até á capital do Imperio.

Para impedir a realisação de semelhante eventualidade, começou o governo por tirar á tropa estacionada n'aquella provincia os principaes chefes que a podiam levantar. Foi assim que, juntamente com o

^{(1) 0} de quartel-mestre-general.

general Deodoro, foram chamados o tenente-coronel Madureira, o coronel José Semião de Oliveira, director da escola miitar e amigo dedicado do general visconde de Pelotas, o coronel Bernardo Vasques e outros. Não foi chamado o visconde de Pelotas por causa de suas regalias de senador do imperio e tambem por prudencia da parte do governo imperial.

A chegada do general Deodoro no Rio de Janeiro foi caracterisada por um incidente altamente significativo e que devia ter calado profundamente no animo do governo.

Era commandante da escola militar nessa capital um irmão do general Deodoro, o marechal de campo Severiano da Fonseca. O ministro da guerra havia ordenado a esse general que vedasse aos seos alumnos a sahida da escola no dia da chegada do general Deodoro; mas, não obstante a ordem do commandante, os alumnos sahiram em massa e foram receber o defensor de sua classe no caes do desembarque, fazendo-lhe nessa occasião uma ruidosa manifestação de apreço. Em consequencia deste facto, o general Severiano procodeu correctamente dando a sua demissão, a qual o ministro apressou-se em aceitar.

Como era natural, o commandante da escola tornou-se ainda mais querido dos alumnos, tanto que, quando mais tarde, os chefes do movimento julgavam que a lucta era inevitavel, foi aquelle general escolhido para commandar os alumnos.

Entretanto, havendo o governo submettido á apreciação do conselho supremo militar de justiça a

questão da legalidade dos avisos ministeriaes que prohibiam aos officiaes a discussão pela imprensa, e pedindo-lhe mesmo instrucções neste sentido, o venerando tribunal declarou que «segundo a constituição, os officiaes tinham, como outros quaesquer cidadãos, o direito de manifestaras suas opiniões pela imprensa.»

Com esta decisão ficaria o conflicto terminado se o governo imperial, conformando-se com ella, tivesse mandado cancellar as notas de censura infligida em ordem do dia ao coronel Cunha Mattos e tenente-coronel Madureira. Não o tendo feito, nem tão pouco querendo acceder ao pedido deste ultimo official para justicar-se perante um conselho de guerra (o que prova que o governo tinha consciencia da propria culpabilidade), resolve o general Deodoro convocar uma reunião dos officiaes da guarnição da capital para assim exercerem uma certa pressão sobre o governo, acto este de uma audacia nunca vista no já longo reinado de D. Pedro II. Maior, porém, que esta audacia era a confiança que o imperador tinha em a sua tactica politica. D'ahi em diante houve uma luta titanica, encarnicada e mysteriosa entre a habilidade do velho monarcha, de um lado, e a dignidade consciente de Deodoro, do outro lado.

Na reunião convocada por esse general (2 de Fevereiro de 1887) ficou elle investido de todos os poderes para defender perante o chefe do Estado os direitos de seus companheiros e de sua classe.

Tendo, porem, o general adoecido de um forte ataque de rheumatismo, decidiu-se elle a escrever ao

monarcha a seguinte carta, que dá a um tempo uma idéa perfeita do estado em que se achava a questão e dos seus sentimentos pessoaes em relação ao soberano:

« Senhor. — Conceda V. M. Imperial permissão a um dos vossos mais respeitosos, amantes e leaes subditos, de tomar vossos preciosos momentos em petição de justiça. E não venho eu só... é, por assim dizer, o exercito todo, toda a classe militar, que vem por minha voz deprecar a V. M. Imperial.

Senhor! Sabe V. M. Imperial da reprehensão que foi infligida a um coronel do exercito por sua justa e quiçá franca resposta a insultantes doestos de um deputado da Nação; e da maneira por que se tratou d'esse assumpto no parlamento, mesmo por parte do ministerio,, como que se fazendo proposital alarde em desprestigio do exercito.

Sabe tambem V. M. Imperial da reprehensão infligida a outro official superior do exercito, chamado a terreiro n'essas discussões alimentadas pelo proprio governo, que já não se contentava com o desprestigio da classe militar, que a rebaixava ante cidadãos que, não sendo governo, não podiam ser considerados superiores hyerarchicos de classe alguma, e que não sendo militares, com elles não entendem os preceitos disciplinares sobre discussões na imprensa, entre militares.

Sabe V. M. Imperial d'essas reprehensões injustas feitas com espalhafato, com publicidade em todos os

jornaes, e, por conseguinte, tornadas patentes á Nação e ao mundo inteiro, a dous officiaes superiores do exercito. No parlamento, que representa a Nação, rejubilavam-se, e quasi sem imputação, pela irresponsabilidade de que gozam, apraziam-se em molestar e insultar os militares!

Senhor, só quem não fôr soldado, só quem não tiver ou não comprehender a menor noção do brio e dignidade militar, só quem julgar que a farda do soldado é a libré do servilismo e da baixeza — poderá ver, sem corar de vergonha, sem estremecer de indignação, um tal procedimento, que já não é um desacato da autoridade, mas um insulto á classe militar.

Coube-me, Senhor, por minha posição especial no exercito n'essa occasião, o dever de solicitar d'essa autoridade superior que sobreestivesse em seus actos reconsiderasse suas decisões e resolvesse-as de conformidade com a razão, o direito e o bom bom senso. Essa resolução seria necessariamente em prol d'aquella classe. E era de razão e de prudencia.

O exercito tinha estremecido e anciava por uma decisão que olibertasse d'essa exposição ao menospreço publico, e que o mostrasse respeitavel e respeitado dentro dos limites da lei.

E não são exigencias de um pretenso pundonor: é a propria disciplina que o exige. A disciplina militar não permitte ao soldado receber affrontas e vilipendios; a disciplina quer no soldado—e isso no mais alto gráo — brio, dignidade e honra. A obediencia do

soldado não vai até o proprio aviltamento; o soldado é obediente, mas não servil; e aquelle a quem não repugnarem actos de baixeza e servilismo não é digno da classe a que pertence, não é digno da farda que veste, farda que é a mesma que V. M. Imperial honra trazendo-a.

O governo imperial, Senhor, por um acto de reflexão e justiça, mandou estudar a questão pelo conselho supremo militar, tendo por base avisos do ministerio da guerra, erroneos ou mal interpretados. A veneranda corporação não vacillou em seu juizo; velhos generaes, ainda lhes pulsa nos peitos corações de soldados; veteranos, conservam eterno o fogo sagrado do pundonor militar, alliado á hombridade do cidadão.

V. M. Imperial em sua alta justiça concordou com o parecer do venerando tribunal, e mandou executal-o em data de 3 de Novembro do anno passado; mas até hoje, Senhor, o exercito e a nação esperam essa execução. O exercito receia ser o ludibrio de uma procrastinação acintosa.

Eis porque, Senhor, eu que sou soldado e me honro em sêl-o, mas que no entretanto, sinto-me, como meus companheiros de armas, vexado, envergo-nhado, sob o peso do vilipendio; desilludido da attenção da autoridade, mas não desenganado, recorro a Vossa Magestade.

E, pois, Imperial Senhor, com o mais profundo respeito, venho em nome do exercito, em nome da

classe militar, pedir a V. M. Imperial se digne de attender a questão e resolvel-a com aquella inteireza e justiça que presidem a todos os actos de V.M. Imperial.

Senhor, a quem Deus Guarde. De V. M. Imperial,

o mais respeitoso, obediente, leal e amante subdito,

Manoel Deodoro da Fonseca

Rio de Janeiro, 5 de Fevereiro de 1887.»

Esta carta foi entregue ao imperador pelo ajudante de ordens do general Deodoro. O imperador, depois de a ter lido, disse « que havia de resolver acerca do seu objecto.»

Poucas horas depois era o general demittido, em conselho dos ministros presidido pelo monarcha, do cargo de quartel mestre-general.

Esta demissão, dada n'estas circumstancias, foi um golpe de mestre de D. Pedro. O fim evidente do discipulo de Machiavel era obrigar o pundonoroso general, offendido em seu amor proprio, a dar a sua demissão do serviço do exercito ou a pedir a sua reforma, como acontecera no passado a tantos outros companheiros seus. Mas elle estava prevenido contra o laço imperial, e não deixou-se apanhar. (1).

⁽¹⁾ A lguns dias antes do general Deodoro escrever esta carta ao imperador, o autor desta brochura, que já havia descripto esta tactica especial do monarcha no *Processo da Monarchi a Brazileira*, conjurou o general, em nome de Deus, para que *em caso algum* elle désse a sua demissão ou pedisse a sua reforma, e teve a inexprimivel felicidade de ouvir delle estas palavras tranquillisadoras. « Nunca; eu irei para onde me mandarem; não tenho filhos, e a minha mulher é como se fôra soldado.»

Não só o general não cahiu no laço imperial, como tomou, dias depois, em face do imperador, uma attitude mais decisiva e ameaçadora no fundo, ainda que sempre respeitosa na forma: escreveu lhe segunda carta e mandou-a entregar, pouco antes de uma nova reunião ministerial que devia celebrar-se sob a presidencia do monarcha.

Esta nova carta, que traz a data de 12 de Fevereiro (um intervallo de oito dias entre as duas) é do teor seguinte:

« Senhor. — Eis-me ainda, e sempre com o mais profundo amor e respeito e a maior lealdade, ante o throno de V. M. Imperial, deprecando por mim e por meus companheilos d'armas, a justica que nos falta.

Attendei, Senhor! O que os militares pedem é tão justo e é tão pouco: o reparo a uma injustiça que os affronta e os vilipendia! E a cousa tem tanto de justa e digna como de grave. E não somos só nós os militares que o sentimos: o povo tambem comprehende, e como que se associa ao nosso desgosto. A cousa é muito seria, Senhor, e sómente quem, por um lado, não tiver a intuição do brio e do pundonor natural e, por outro lado, não cogitar das consequencias a advir, poderá encarar descuidoso a tormenta que se annuncia!

Senhor, vosso ministerio vos atraiçõa! — pelo menos n'esta causa. Elle tem exasperado o exercito e o provoca a reacção. Eu, nascido e criado, como todos os de minha familia, no mais acrysolado devotamento ao Imperador; eu, que me prezo de ser fiel,

franco e leal: eu, que altamente confio em V. M. Imperial: eu espero de V. Magestade justiça, essa justiça que nos nega o secretario de Estado de V. Magestade nos negocios da guerra.

Eu me sinto receioso, pezaroso, de incorrer no desagrado de V. M. Imperial... Mas, Senhor, a ser negada a justiça que peço, terei vergonha da farda que visto, eu, que me orgulho de pertencer ao exercito; e n'esse caso ser-me-ha uma verdadeira graça, Senhor, minha exoneração do serviço.

De V. M. Imperial
Subdito o mais fiel, devotado
e reverente

Manoel Deodoro da Fonseca.

« Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1887. »

Por meio d'esta carta já o general Deodoro parecia dizer ao governo: ou dai-nos satisfação, ou nós faremos a revolução. Assim o comprehendeu o imperador, porque desde esse momento principiou elle a considerar o general como um homem perigoso. Por isso D. Pedro julgou prudente temporisar, e, para mais efficazmente enganar o altivo e corajoso general, fez justamente o contrario do que fizera poucos dias antes, isto é, recebendo elle n'essa occasião uma proposta do ministro da guerra para reformar o general Deodoro ou affastal-o da capital (internando-o), não só não acceden a este alvitre, como acceitou promptamente a demissão do proprio ministro da guerra, que lh'a offerecera em consequencia da repulsa de sua proposta;

rasgo profundo d'essa politica de maromba, que era o característico da tactica imperial em occasiões de apuro.

Esta demissão teria talvez produzido a paz se o successor do ministro, accedendo ao pedido do general Deodoro feito ao imperador, tivesse mandado trancar as notas de censura. Não o fez porque a isso se oppôz o imperador, que via n'esse acto a humilhação de seu poder.

Durante a trégoa que se seguio adoeceu D. Pedro repentinamente de uma congestão hepatica (28 de Fevereiro de 1887).

Esta molestia do monarcha brazileiro tornou-se para a quasi totalidade dos seus subditos um verdadeiro enigma, que até hoje ainda não foi decifrado publicamente. Ha, entretanto, sérios motivos para presumir que elle aproveitou o ensejo que lhe offerecia aquelle accidente passageiro, para melhor encobrir a sua intervenção na solução dos gravissimos problemas politicos e sociaes, que já n'essa época assoberbavam o imperio. A sua morte eventual, e, por conseguinte, a ascenção ao throno de uma princeza impopular; a abolição imminente da escravidão, que era o principal esteio da monarchia; o mal-estar geral dos brasileiros; o descontentamento profundo do exercito: todas estas questões eram outros tantos perigos que preoccupavam profundamente o velho imperador.

Elle mesmo, por essa época, externou esse estado do seu espirito dizendo ao barão de Cotegipe:

« Grandes cousas se approximam; mas eu estou preparado para tudo! »

Continuava mais agitada do que nunca, na imprensa e nas rodas dos officiaes, a questão de saber se as notas de censura seriam, ou não, cancelladas independentemente de solicitação da parte dos officiaes.

Achando-se o general visconde de Pelotas na capital do imperio, onde tinha vindo tomar parte nas sessões do parlamento, que se abrira no dia 3 de Maio, e tendo elle e o general Deodoro adquirido a convicção de que o governo não cancellaria expontaneamente aquellas notas, resolveram ambos atirar-lhe a luva, publicando na manhã de 14 de Maio o seguinte ultimatum em fórma de manifesto:

« Ao Parlamento e á Nação »

As recentes declarações ministeriaes no senado trazem a questão militar a uma crise, que impreterivelmente exige solação definitiva, immediata e diversa da que a ultima transformação do gabinete parece querer impôr-lhe.

Suscitada pelo arbitrio da administração no acto oppressivo que mandou reprehender em ordem do dia um official, por se haver defendido com isenção, pela imprensa, de arguições com que o ferira a palavra de um deputado, dir-se-hia tender para um fim, que todos applaudiamos, quando o governo sujeitou a controversia levantada pelo seu erro ao juizo do Supremo Conselho Militar.

Deixando o caminho normal de consulta ao conselho de Estado, em cujo seio uma secção especial conhece dos motivos concernentes á guerra, e submettendo os pontos debatidos á apreciação de um tribunal que emana em sua maioria das nossas fileiras, o ministerio apparentára confiar sem reserva na consciencia leal do exercito, e, pelas condições extraordinarias d'esse appello, offerecer a mais ampla satisfação ao direito offendido.

Oriunda d'essa corporação respeitavel, a sentença foi qual se esperava da sua complacencia, da sua independencia, da sua firmeza, denegando razão ao ex-ministro da guerra, proclamando que a faculdade de defesa pela imprensa, sob a sancção das leis penaes, é de direito commum a todos os cidadãos, e que d'esse direito não é licito privar os officiaes do exercito sem offensa da Constituição do Imperio.

Subscrevendo essa decisão, que provocára, pela declaração formal de que com ella se conformava, o governo induziu o paiz a crer que a pendencia estava finda, e que ao desassombro na confissão do desacerto se seguiria a logica da reparação, que o erro confessado lhe intimava.

Não quiz porem o ministerio dar esse exemplo de respeito a si proprio, aos seus actos solemnes, aos seus compromissos officiaes; e pelos publicistas que eram notoriamente, em certas folhas, os interpretes directos do gabinete, se fez saber que as notas de censura aos officiaes não se retirariam emquanto estes o não requeressem. Como se á auctoridade,

que de publico reconhece haver lesado a lei n'uma especie determinada e correcta, não tocasse, por nobreza, por decoro, por justiça estricta, por encargo especial de suas funcções, o dever de reintegral-a! Como, ainda, se as victimas da prepotencia fossem mais interessadas n'essa restituição do que a propria legalidade exautorada!

Humilhação tal era inadmissivel aos nossos brios. O governo sentiu-o na reprovação geral que acolheu a sua incongruencia; e o sacrificio do ministro da guerra, exonerado pelos seus collegas, veio outra vez persuadir a Nação de que o gabinete voltava á estrada legal, tirando francamente do seu acto a consequencia inevitavel.

Mas os mezes correram em vão; a molestia do imperador, sobresaltando profundamente os brasileiros, veiu pôr em todos os animos o receio de agravar pelas agitações de um conflicto, ainda que moral, o milindroso estado de sua saude, até que, na camara dos senadores, em sessão de 9 do corrente, o ministro interino da guerra, promovido a effectivo no dia seguinte, desenganou a todasas esperanças, declarando que o ministerio não se considerava ligado pelo aresto do Supremo Conselho, apezar de lhe haver dado o seu beneplacito; que as censuras inflgidas aos officiaes eram justa punição de infracções disciplinares e que o conselho de guerra requirido com insistencia por um desses officiaes em desaggravo de sua fé de officio, maculada pelo governo, nunca lhe seria concedido, porque autorisal-o equivalia o mesmo que sujeitar

o ministro, com o peticionario, á alçada do tribunal militar.

Principios taes, inauditos até agora, farião da boa fama dos officiaes brasileiros simples propriedade do governo, sem haver mais honra de militar que pudesse desaffrontar-se de uma nodoa immerecida, quando a parcialidade de um ministro deliberasse infligir-lhe mancha e recusar-lhe o desaggravo judicial.

Sob taes theorias juridicas não ha exercito, nem pôde haver patria; porque a primeira condição da patria é o pundonor dos defensores profissionaes de sua honra.

O que se agita portanto, não é uma questão de classe: o aviltamento do exercito envolveria a sociede e daria triste medida do caracter nacional.

Não é tambem veleidade de predominio militar o que nos move: a consciencia publica tem certeza de que o exercito brasileiro é a mais estavel segurança da paz, da legalidade, da organisação civil do Estado. Seja qual fôr a posição a que as circumstancias nos levem, a segurança individual, a tranquilidade publica, as instituições constitucionaes, as tradições livres da Nação encontrarão sempre no exercito um baluarte inexpugnavel e em cada peito de soldado uma alma de cidadão.

Mas a jurisprudencia do governo exclue da lei o exercito; e d'essa proscripção, intoleravel porque envolve a nossa vergonha, força é que haja recurso.

Para onde?

A recomposição por que acaba de passar o gabinete, chamando a effectividade na pasta da guerra o autor das declarações emphaticas de 9 d'este mez, imprimiu ao governo a mais accentuada feição de hostilidade aos brios militares. Ella evidencia que, longe de inspirar-se a destituição do ex-ministro d'essa secretaria de Estado no pensamento de rejeitar o ministerio a solidariede de collaborador nas medidas de reação contra o exercito, longe d'isso, o que se tinha em mente era buscar um reactor mais inflexivel e redobrar n'ella, tornal-a peremptoria, recusando em substancia e absolutamente o que até então se inculcara concedido apenas sob a condição de acquiescencia nossa a uma caprichosa formalidade. Assim veiu acabar na sorpreza de um desafio a politica de tortuosa vacilação, que desde o anno passado illude a nós e ao paiz.

Deploramos que a doença inquietadora de Sua Magestade não nos permitta invocar directamente o chefe do Estado. Sabe o exercito que o imperador nenhuma responsabilidade constitucional tem. E' lhe grato saber, que nos abusos de que se trata, não lhe cabe nenhuma responsabilidade real. Mas, em toda a parte, ainda nos paizes onde exemplarmente se pratica a monarchia parlamentar, o soberano, se é, como entre nós, um elevado espirito, tem sempre em si pela sua sabedoria, pela sua experiencia accumulada, pela superioridade de sua intuição, pela alta imparcialidade de seu cargo, uma immensa reserva de auctoridade moral, de influencia persuasiva sobre o animo

de seus ministros mais independentes, dos seus conselheiros mais austeros; e não lhe faltão occasiões como esta de exercel-a, com bemfazeja discrição, em proveito da justiça, da liberdade e da lei. Detem-nos, porém, neste momento o zelo pelos dias de Sua Magestade, o temor de arriscar a sua preciosa saude, talvez até a sua existencia, pondo em contribuição a actividade, quando a medicina indica o repouso e o povo anceia pelo seu restabelecimento.

Não obstante, não seriamos leaes ao principe honrado e patriota que reina sobre nós, se pactuas-semos com o vilipendio de uma posição, que nos ludibria, arrancando-nos a dignidade de cidadãos armados, para não nos deixar mais que a subserviencia de janizaros.

Não nos resta, pois, senão recorrer para a opinião do paiz, que desde o principio esposou a nossa causa, identica á d'elle, endereçar ao parlamento esse derradeiro appello e protestar que havemos de manter-nos no posto de resistencia á illegalidade, que é o do nosso dever, do qual nada nos arredará emquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena.

Havemos de ser consequentes, como quem não conhece o caminho por onde se recúa sem honra.—
Visconde de Pelotas,—Manoel Deodoro da Fonseca. »

Um dos mais importantes resultados d'este manifesto, com relação ao enigma da molestia do imperador, foi a revelação feita no senado pelo visconde de Pelotas de ter elle sido convidado por um intimo da familia imperial, o marquez de Paranaguá, para ir tratar da questão das notas de censura com o proprio imperador, o que autorisa a supposição de que o monarcha seguia attentamente a marcha do conflicto entre seu governo e o exercito, decidido a intervir quando visse perigar a causa da monarchia.

O visconde de Pelotas não accedeu ao convite do marquez «por ter elle sido feito em particular.»

Falhando este recurso, lançou o governo mão de um expediente mais prompto, no qual ainda era visivel a iniciativa ou combinação imperial: um senador, Sr. Silveira Martins, propoz ao senado uma moção por meio da qual « o ministerio era convidado a cancellar as notas de censura. »

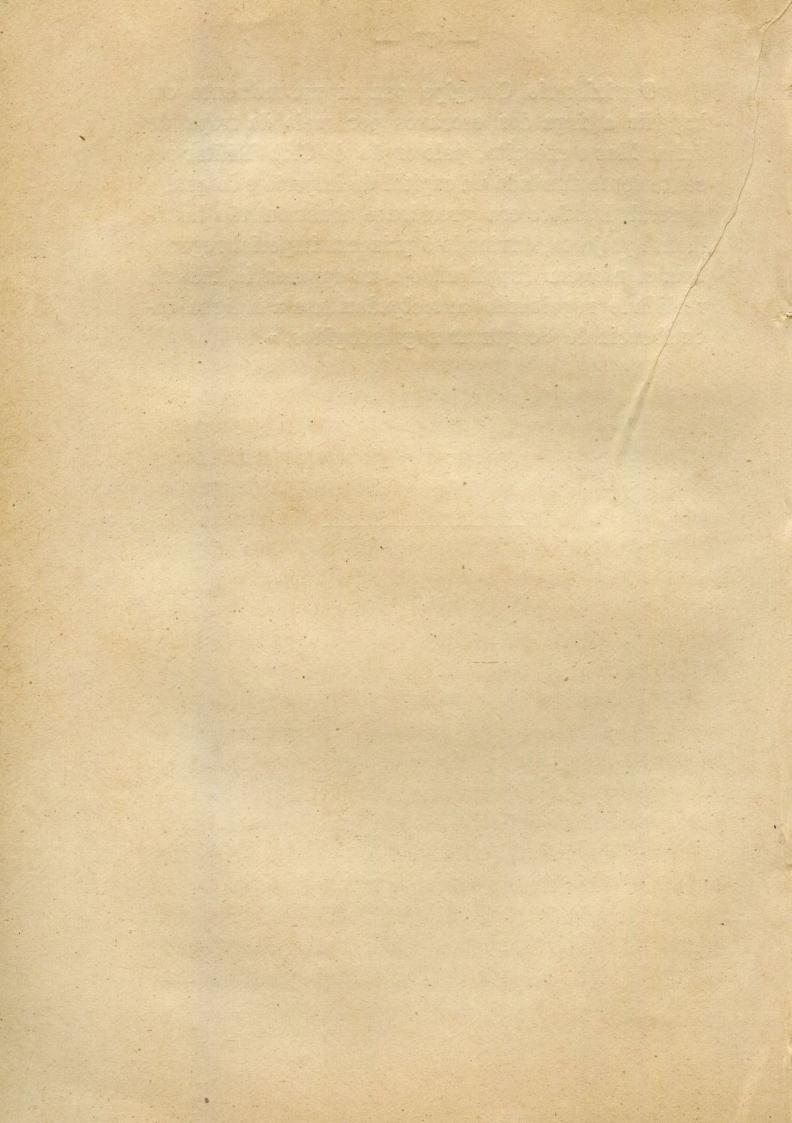
O governo cedeu immediatamente, ainda que com alguns « arranhões em sua dignidade », segundo o proprio conceito do presidente do conselho.

Desembaraçado por este lado, dedicou o governo os seus mais solicitos cuidados a uma outra ordem de idéas que constituiam um grave problema a resolver e causavam as mais serias apprehensões á monarchia: a abolição da escravidão.

De todos os meios que os agitadores da abolição empregavam para forçar o governo a realisar a grande e humanitaria medida de restituir á liberdade perto de um milhão de escravos, o mais efficaz e que foi o ultimo recurso em desespero de causa, foi o conselho e auxilio que lhes deram para fugirem em massa para o littoral.

Este movimento começou na provincia de S. Paulo.

O ministerio Cotegipe pensou um momento em impedir a fuga dos escravos por meio da tropa de linha. Mas o exercito, pelo orgão do Club Militar recentemente fundado na capital do imperio e do qual o general. Deodoro era presidente, frustrou tão humilhante projecto, enviando á princeza imperial regente uma mensagem supplicando-a na apparencia, mas na realidade regeitando antecipadamente a indigna incumbencia de « capturar negros fugidos. »



Segunda phase da questão militar

« E' sómente agora que vai começar a guerra.»—Prisão arbitraria e máo trato infligido ao capitão-tenente Leite Lobo, que é mettido em um xadrez de policia—Chicana do governo.—O governo só cede em presença da attitude ameaçadora dos clubs militar e naval.—Alijamento do ministerio como um instrumento que tornou-se inutil.

Aquillo que aos olhos do publico parecia a conclusão da paz, não passava de um simples armisticio. D'esta opinião eram, entre outros, dous deputados monarchistas, o Sr. Andrade Figueira, conservador, e o Sr. Affonso Celso Junior, liberal. Com effeito, tendo o primeiro dito do alto da tribuna: « E' sómente agora que vai começar a guerra »—respondeu-lhe o segundo: « Apoiado. A questão militar está, quando muito, adiada; morta, não.

Infelizmente ambos elles tinham razão, porque, como os acontecimentos ulteriores vieram provar, a monarchia continuava secretamente, hypocritamente, a empregar os meios que lhe pareciam mais efficazes para supplantar definitivamente o exercito, removendo deste modo o maior, senão o unico obstaculo que se oppunha á realisação dos seus planos dynasticos.

O proprio ministerio encarregou-se de provar por actos positivos que a paz não estava feita com o exercito, pois não tardou a perseguir os officiaes e alumnos da Escola Militar que mais se haviam distinguido contra o governo durante o conflicto militar, ou que mais ligados estavam aos chefes da resistencia. Foi assim que elle mandou suspender o curso dos estudos de muitos alumnos, e retinha na capital officiaes superiores que haviam sido chamados do Rio Grande do Sul (entre outros e coronel José Simeão de Oliveira), ou os enviava para provincias remotas em insignificantes commissões militares, como aconteceu ao tenente-coronel Madureira, que foi incumbido de ir inspeccionar uma companhia de infantaria na provincia de Sergipe.

Era esta a situação, toda cheia de incertezas e apprehensões, quando em fevereiro de 1888 annunciaram os jornaes da manhã que na noite anterior o capitão-tenente Leite Lobo, da marinha nacional, havia sido maltratado e recolhido preso a um xadrez de policia, onde ainda se achava detido. Averiguadas as cousas, soube-se que aquelle official, achando-se durante a noite, em traje civil, em uma casa de mulher livre, na visinhança de uma estação policial, o alferes commandante d'esta estação o mandára expulsar d'aquella casa. D'ahi uma luta corporal entre Leite Lobo e os soldados de policia, que o espancaram e recolheram ao xadrez, apesar de suas repetidas affirmações de ser elle official de marinha.

Na prisão ainda soffreu máus tratos negando-selhe até agua para beber, que elle pedia com verdadeiro desespero. Soube-se mais que tendo um ajudante de ordens do ajudante-general da armada se apresentado por ordem d'este, na estação policial para reclamar a soltura de Leite Lobo, e tendo tambem feito a mesma coisa um official superior do exercito (parente do detido), o alferes commandante da estação ousou tratal-os com desprezo antes de resolver-se a soltar o preso, conducta esta tão insolita e descomunal que só podia explicar-se pela certeza que aquelle official da policia tinha da impunidade.

Este facto causou grande indignação na armada, cujos officiaes estacionados na capital resolveram pedir uma reparação ao governo por intermedio do Club Naval.

O governo, em vez de corresponder promptamente ao pedido feito em nome da moral administrativa de uma corporação tão respeitavel, protelou e chicanou o mais que poude. Por fim ordenou que se fizesse um *inquerito*, o que importava em não dar credito ás affirmações do ajudante-general da armada e de um official superior do exercito, que havia dado ao commandante do corpo de policia uma parte circumstanciada do desprezo com que elle havia sido tratado pelo alferes de policia.

O Club Militar, tambem indignado e ainda queixoso por causa das pequeninas vinganças exercidas pelo ministerio contra seus companheiros, enviou uma mensagem ao Club Naval, dizendo «que contasse com o seu apoio». Ao tempo que isto se passava tinham logar nas ruas da cidade continuas rixas entre soldados de policia e da marinha ou do exercito, chegando essa irritação de animos ao ponto de vêr-se o governo obrigado a prohibir á força policial de sahir dos quarteis, e a mandar policiar a cidade por soldados de linha.

Foi sómente depois que as cousas chegaram a este estado, e que o Club Naval declarou-se em sessão permanente até que satisfação fosse dada pelas offensas feitas ao capitão-tenente Leite Lobo, que o governo resolveu demittir o alferes commandante da estação policial.

Este segundo triumpho alcançado pela força armada em luta com o governo não podia deixar de impressionar fortemente aos representantes damonarchia

O ministerio escravocrata do barão de Cotegipe estava evidentemente gasto, e tinha-se tornado profundamente impopular á força armada. Era, pois, tempo de mudar os actores do scenario politico, o que produz sempre um bom effeito sobre os espectadores.

Por outro lado, a libertação dos escravos impunha-se imperativamente, e, como já não pudesse mais prestar serviços o instrumento ministerial, era de necessidade alijal-o de conformidade com a politica dos reis.

Foi, portanto, resolvida a demissão do ministerio. O pretexto achou-o a princeza regente impondo aos ministros a demissão do chefe de policia da capital, que era o agente da mais intima confiança ministerial. O governo preferio, como estava previsto, dar a sua propria demissão, e assim sahiram todos, ministros e chefe de policia.

Terceira phase da questão militar

Conflicto entre o chefe de policia de S. Paulo e o 17.º batalhão de infantaria. — Defesa do batalhão pelo general Severiano (irmão do general Deodoro e servindo de ajudante general do exercito). — Carta do ministro da guerra para evitar a demissão do general Severiano. — Plano de vingança do governo. — Partida do general Deodoro para Matto-Grosso. — Morte traiçoeira do general Severiano.

O novo ministerio, presidido pelo senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, herdou do seu antecessor o descontentamento que reinava na classe militar, principalmente nas fileiras do exercito permanente. Apezar de sua grande prudencia, e mesmo de um certo esforço para dissipar antigos resentimentos, elle não soube impedir que a reproducção de um facto já habitual e sem grande importancia em si mesmo degenerasse em um novo conflicto entre o governo e o exercito.

Em fins de dezembro de 1888, na capital da provincia de S. Paulo, por occasião de um encontro, á noite, entre soldados de linha e de policia, foi um d'aquelles espancado por estes ultimos. Os companheiros da victima tiraram a desforra e recolheram-se ao quartel. Mas tendo o chefe de policia tido conhecimento do occorrido, encaminhou-se para o quartel

do batalhão (o 17º de infantaria), e, ahi penetrando até ao estado-maior, dirigiu-se ao official de serviço e companheiros alli presentes e exprobrou-lhes em linguagem violenta a conducta de seus soldados, chegando ao ponto de dizer, entre outras cousas, que o batalhão era um composto de bandidos; e retirou-se proferindo a ameaça «que o batalhão receberia ordem superior para sahir da provincia. »

Este procedimento do chefe de policia provocou da parte do commandante do batalhão, tenente-coronel Honorato Caldas, uma ordem do dia em que elle dizia aos seus officiaes «que o chefe de policia devia ter sido posto fóra do quartel a couce d'armas».

O ministro da guerra mandou effectivamente retirar o batalhão, realisando d'esta fórma a ameaça feita pelo chefe de policia. Os officiaes appellaram para o ajudante-general do exercito, general Severiano da Fonseca (irmão do general Deodoro), o qual lhes prometteu justiça. Emquanto, porém, a justiça do governo se fazia esperar, a opposição aproveitava habilmente o ensejo para exaltar de novo o espirito de classe no exercito. Os officiaes queriam a demissão do chefe de policia e que ella fosse dada a bem do serviço publico, e o governo, depois de alguma hesitação, queria apenas exoneral-o pura e simplesmente. Era este o nó gordio. Tendo sido muito debatida a questão na imprensa, appareceu afinal a noticia da demissão do chefe de policia, sem nenhuma outra declaração. Os jornaes da opposição insinuavam que essa demissão, sendo a pedido do chefe de policia,

não era uma satisfação dada ao batalhão que elle havia offendido. O ajudante-general tambem assim o entendeu, tanto que apressou-se a enviar sua demissão ao ministro da guerra, o que complicava singularmente a questão.

Em tão difficil conjunctura, o ministerio achou um meio termo, e o fez saber immediatamente ao ajudante-general por intermedio de um amigo commum e funccionario superior do ministerio da guerra, a quem escreveu esta carta:

«Illm. amigo senhor...—Acabo de ser surprendido com o officio do ajudante-general solicitando sua exoneração. O motivo de tal deliberação é a exoneração do chefe de policia de S. Paulo. O Paiz de hoje insinúa que essa autoridade fôra demittida a pedido. O general Severiano deve estar prevenido contra as intrigas e mexerico dos noveleiros, que estão explorando o que elles chamam Nova questão militar.

Sabendo que o general está doente, peço-lhe que o procure de minha parte, manifestando minha grande sorpreza. Póde assegurar ao conselheiro Severiano que o chefe de policia foi demettido por decreto de 1 do corrente, não *a pedido*, mas por conveniencia ou a bem do serviço publico.

Confio que melhor informado, elle retirará seu pedido de demissão, se o motivo porque o fez é, como diz em seu officio, a demissão do chefe de policia.

Hoje estarei cedo na secretaria. Seu amigo obrigado.—(Assignado) Thomaz Coelho.

Cosme Velho, 4 de Dezembro de 1888.»

Publicada a demissão do chefe de policia com a clausula exigida pelos officiaes, deram-se estes por satisfeitos e o conflicto foi considerado como acabado.

Os factos posteriores, porém, não tardaram a mostrar que apenas se havia atirado uma nova camada de cinza sobre o fogo da questão militar.

Com effeito, o governo não podia estar de bom grado resignado, e tudo autorisava a acreditar que elle premeditava uma desforra. Deve datar deste momento a resolução tomada pelo imperador de afastar da guarnição da capital uma bôa parte da tropa de linha, que já em tres occasiões differentes havia provado que ella coustituia um serio perigo para a dynastia reinante, e que seria imprudente contar com o exercito para uma eventualiade em que as suas sympathias ou o seu apoio fosse necessario. A internação da tropa de linha era uma operação arriscada, e por isso demandava muito tacto.

Depois de fazer correr boatos—verdadeiros balões de ensaios – relativamente á transferencia de um ou outro batalhão para as provincias, o governo aproveitou o pretexto que lhe offereceu uma desintelligencia entre a republica do Paraguay e a da Bolivia (dous estados tão enfraquecidos que mal podiam desembainhar a espada) para enviar para a longinqua provincia de Matto-Grosso, fronteira d'aquelles Estados, uma força de observação sob o commando do general Deodoro.

A partida d'este general e de dois batalhões (tirados da guarnição da capital) para Matto-Grosso alguns dias depois de haver o governo se submettido, por carta, ao ajudante-general do exercito, e sobretudo a futilidade do pretexto allegado, são indicios certos de que a expedição era o resultado de um plano político. Correu, em verdade, n'essa occasião o boato de que o governo, por indicação do conde d'Eu, tinha in mente acabar com o prestigio dos dous generaes, um que era o chefe official (Severiano) e o outro reconhecido pelo exercito (Deodoro), os quaes, reunidos como irmãos que eram, poderiam impôr a sua vontade ao governo. Após este boato appareceu outro, segundo o qual, uma vez Deodoro em Matto-Grosso, Severiano seria impellido a demettir-se do lugar de ajudante-general. Isto foi ouvido de um ex-ministro, amigo do ministerio.

Mas para evitar qualquer suspeita da parte da victima ou para preparar elementos para a defeza contra alguma accusação que n'este sentido pudesse apparecer mais tarde, empregou-se um meio caracteristico da politica imperial: deram préviamente um titulo honorifico ao general Severiano, o de Barão das Alagôas.

De facto, já em Março começou o ministro da guerra a desgostar profundamente ao general Severiano, por meio de successivas emendas feitas ao regulamento das escolas militares, de cuja confecção estava elle incumbido. Em uma conferencia que no dia 17 d'aquelle mez teve com o general, que andava adoentado, assegurou-lhe o ministro que certas disposições do regulamento por elle lembradas seriam

consideradas definitivas, e o autorizou a garantil-o aos interessados.

Na manhã de 19, porém, ao ler o Diario Official, viu Severiano que o ministro havia feito precisamente o contrario do que havia promettido na ante-vespera. « Isto é uma infamia! » exclamou o general, rubro de colera e atirando o jornal ao chão. Em seguida, por habito e também para acalmar a agitação que lhe produzira tamanha contrariedade, foi tomar o seu banho (banho morto), e ahi, sentindo-se muito afflicto, chamou por auxilio. Acudiu-lhe um dos filhos, e depois a esposa, que já o achou muito mal. Carregaram-o para um quarto proximo, e ahi não tardou a expirar.

E asssim realisou-se a maxima de Caro: (1) La ruse est plus meurtrière que la violence — a astucia é mais mortifera do que a violencia.

⁽¹⁾ Membro da academia franceza.

INTERREGNO

O chefe degabinete visconde de Ouro Preto — Programma de abafar o movimento republicano — Effeito das declarações ministeriaes — A manifestação das laranjas — Victoria eleitoral do governo — Juramento dos republicanos — Projecto de execução do plano imperial.

Com a morte de Severiano, o general Deodoro já não parecia tão perigoso á monarchia, e como, por outro lado, tivesse cessado entre os governos paraguayo e boliviano a divergencia que motivara a expedição para Matto-Grosso, foi aquelle general autorisado a recolher-se ao Rio de Janeiro com os dous batalhões que o acompanharam.

Entretanto, os golpes certeiros e profundos que n'essa época estava o Diario de Noticias desfechando sobre a monarchia abalavam seriamente os alicerces d'este monumento quatro vezes seculares. (1)

D. Pedro, sem ainda perder a confiança immensa que tinha em seus innumeros recursos, mas convencido de que não tinha tempo a perder, resolveu executar promptamente seu plano de salvação, baseado na inesperada abdicação da corôa em sua filha.

⁽¹⁾ O Sr. Joaquim Nabuco dizia pela imprensa : « Evaristo fez a maioridade, Ruy Barbosa fará a Republica.»

D'esta tarefa foi incumbido o partido liberal sob a direcção do novo presidente do conselho, o senador visconde de Ouro Preto.

Filho da montanhosa provincia de Minas Geraes, é o visconde de Ouro Preto dotado da energia caracteristica dos homens habituados a lutar contra a natureza em busca do bem-estar. Alto, cheio de corpo, cabeça oval, meio calvo, nariz fortemente aquillino. usando pince-nez, bigode e longas suissas já grisalhas, apresenta um todo sympathico e insinuante. Era ainda muito moço quando, em 1866, durante a guerra do Paraguay, foi nomeado ministro da marinha, em cujo cargo revelou talento, illustração, energia e muita aptidão administrativa.

Muito trabalhador e estudioso, era animado de um grande estimulo: ambição do poder, de glorias e, infelizmente, tambem de riquezas. Para chegar aos seus fins sabia escolher os meios, vencer os obstaculos e os vencia principalmente empregando uma grande audacia no ataque, no qual revelava immensa facilidade de escrever ou fallar.

Recostado em uma cadeira do parlamento ou na poltrona de ministro, conservava a cabeça sempre alta, ligeiramente inclinada para traz, como em attitude de quem está em guarda contra adversarios; caminhando nas ruas da cidade, empunhando um bengalão e olhando de vez em quando para o céo, parecia desafiar a propria Divindade. Exellente alliado e terrivel inimigo, todos o temiam, grandes e pequenos, ricos e pobres, co-religionarios ou adversarios

politicos. Não se empenhava facilmente na luta, mas quando a acceitava, era para esmagar sem piedade o seu contendor. O proprio imperador devia temel-o, e com certeza sabia qual o partido que podia tirar de tantas qualidades reunidas.

Ministro pela segunda vez em 1879 (na pasta da fazenda) no primeiro ministerio da situação liberal que acabava de inaugurar-se, atravessou o periodo de governo do seu partido (1878 – 1885) sem ter voltado ao ministerio, quando houve outros membros do partido que foram ministros até tres vezes, e mesmo chefe de gabinete, sem que para tanto os recommendassem precedentes conhecidos ou uma superioridade evidente.

Afastando-o do governo ostensivo do paiz, o imperador parecia obedecer a um plano; dir-se-hia que elle queria aguçar-lhe o appetite ou desejava poupar esse homem excepcional para uma occasião também excepcional.

Como o Tiberio de Roma, D. Pedro II do Brazil sabia preparar com longa antecedencia os grandes e terriveis golpes destinados a livral-o para sempre de um inimigo (ou amigo) perigoso.

Ao sahir do governo em 1880, o altivo visconde deixou a mais dolorosa impressão no espirito do povo por ter creado um imposto altamente vexatorio — o chamado imposto do vintem sobre passagens nos bonds — e por haver mandado a tropa de linha atirar sobre a população desarmada que tinha vindo protestar na praça publica no dia em que aquelle imposto devia ser cobrado.

Talvez fosse a energia cruel revelada pelo ministro de 1880 o motivo que o recommendava ao imperador para chefe de um gabinete no dia em que fosse preciso esmagar alguma nova resistencia á vontade de seu governo. Como quer que seja, o visconde de Ouro Preto acceitou a incumbencia de formar um ministerio de salvação, e depois de conferenciar separadamente com o imperador e com a princeza imperial ácerca do programma governamental e dos homens que o deviam executar, apresentou-se elle á camara dos deputados na sessão de 11 de Junho.

Já n'esse primeiro encontro com os representantes officiaes da nação revelou elle, com uma audacia incrivel, a sua terminante intenção de « abafar o movimento republicano que se manifestava no paiz ». E accrescentou astuciosamente. « Pela violencia? Não; unicamente por meio de reformas liberaes para mostrar que as instituições monarchicas têm bastante elasterio para as comportar ». Os factos, porém, bem depressa vieram provar que o ministro não fôra sincero em suas declarações. Tambem só os incautos e inexperientes em materia de programmas politicos se deixaram illudir. Mas foi sobretudo a composição do seu ministerio que fallou mais alto que as suas emphaticas declarações, mostrando a olhos penetrantes os fins occultos da politica que ia inaugurar-se.

Havia com effeito n'esse ministerio tres membros que despertaram immediatamente uma desconfiança geral. Eram elles o barão de Loreto (ministro do imperio), o principal valido da princeza imperial, a alma de sua camarilha; o general visconde de Maracajú (ministro da guerra), pessoa intimamente ligada
a familia do ministro do imperio e dedicado á dynastia, e o vice-almirante barão do Ladario (ministro
da marinha), que não entretinha, é verdade, relações
com a côrte, mas que, por sua energia, era considerado
capaz de conter os seus companheiros de classe no circulo de seus deveres monarchicos.

A má impressão causada pela organisação do novo ministerio, manifestou-se immediatamente na imprensa independente com grande vehemencia.

« A organisação ministerial, com que acabamos de ser sorprehendidos, disse o Diario de Noticias, constitúe um tal portento, uma tal quinta essencia de palacianismo, que excede os limites da imaginação nos espiritos mais pessimistas. Os novos ministros da guerra e do imperio não representam nada n'este paiz, senão a côrte imperial, com a qual tambem se acha em relações de semi-afinidade o terceiro ministro extra-parlamentar, que, na pasta da marinha, concorre para a formação do estupendo gabinete.

« Ainda não tornámos a nós do espanto d'essa noticia, que derrama sobre este novo periodo politico uma triste claridade reveladora de futuras lutas, das quaes ha de sahir, em muito menos tempo do que até hontem se suppunha, a revolução republicana...»

Esta má impressão da imprensa repercutiu com força na camara dos deputados. Não ha nos annaes do parlamento nacional vestigio de um igual levantamento

de broqueis. Os adversarios politicos do gabinete que formavam a grande maioria da camara, assim como o publico que enchia as galerias e havia invadido o proprio recinto privado dos representantes da nação, uão cessaram um só instante de fazerem còro com os oradores que rompiam em opposição ao novo ministerio, sublinhando por meio de ruidosas manifestações as passagens mais frisantes. De todos os cantos da sala choviam apartes significativos da indignação que ia na alma dos patriotas alli reunidos. «Ministerio aulico! Commissão do Paço! Governo pessoal! etc.,» eram as settas atiradas contra a monarchia na pessôa de seus ministros. N'essa occasião resolveram passar para a opposição republicana dois deputados de um certo valor nos partidos em que haviam até então militado. Eram elles o deputado liberal Cesario Alvim e o conservador padre João Manoel. Este ultimo, depois de ter caracterisado a constante hypocrisia da politica imperial, qualificando o imperador de grande artista, terminou a declaração de sua nova fé politica exclamando com energia: Abaixo a monarchia! Viva a republica!

Não se póde descrever o delirante enthusiasmo que esta exhortação final despertou no auditorio.

O primeiro ministro, pallido e visivelmente impressionado por tão descommunal recepção, mas sempre de cabeça alta, levantou-se para revelar mais uma vez o seu grande talento de orador e a sua inimitavel coragem na tribuna. Respondeu elle com muita energia aos oradores que acabavam de fallar;

mas foram vãos os seus esforços e inutil a sua habilidade empregada para destruir o effeito que os ataques contra a monarchia e o ministerio haviam produzido no recinto da camara e deviam echoar no paiz. No conceito dos juizes competentes a luta entre a monarchia e a republica estava por tal fórma travada que uma d'estas duas entidades tinha necessariamente de desapparecer da scena politica dentro de brevissimo espaço de tempo.

Analysando no dia seguinte a sessão de apresentação do ministerio, o Diario de Noticias escrevia estas palavras que foram uma prophecia: « Os acontecimentos precipitam-se para a republica, mais depressa do que se despenhavam para a abolição. A federação era o preservativo. Retardando-o, o gabinete actual está destinado a ser provavelmente o eliminador do terceiro reinado, derradeiro ministerio da monarchia. »

Armado de todos os poderes, não sendo homem para recuar deante de escrupulos quando se tratava de uma questão de vida e morte, o visconde de Ouro Preto—cuja divisa era res non verba—metteu resolutamente mãos á obra. Agindo por partes e com prudencia, o seu primeiro empenho foi procurar abater a republica no terreno legal, isto é, por occasião das eleições para deputados, que deviam ter logar no dia 31 de Agosto proximo. Entretanto, approximava-se o dia 14 de Jnlho em que a democracia universal ia festejar o primeiro centenario da grande revolução franceza do fim do seculo passado.

O governo imperial devia naturalmente presumir que os republicanos brasileiros não deixariam de pagar o seu tributo de sympathia ao feito mais glorioso da humanidade nos tempos modernos, e dispóz-se a aproveitar esta primeira occasião que se lhe offerecia para intimidal os. Falhou, porém, esse plano, porque os republicanos limitaram-se a pronunciar em um salão particular alguns discursos que nada tinham de incendiarios, e nenhuma repressão autorisavam por parte do poder publico.

Ante tamanha prudencia recorreu o governo á astucia. Na noite do dia immediato, 15 de Julho, um rapazola (um menor) de origem portugueza, Alexandre Valle, caixeiro desempregado, introduzindo-se no corredor de um theatro por onde devia sahir o imperador, ahi e na occasião em que passava o monarcha, gritou: Viva a republica! O publico não se commoveu, tal era o habito em que já estava de ouvir semelhante grito. O plano, entretanto, estava bem estudado, e tudo est ava previsto. Por isso, mallogrando-se mais esta provocação a uma tentativa de sedição que devia fornecer ao governo occasião para prescrever medidas terroristas, foi Valle para a rua, e ahi, depois de ter deixado passar o carro do imperador, deu um tiro para o ar e entrou no café mais proximo, que estava brilhantemente illuminado e repleto de gente. Não conseguindo fazer-se prender, começou a vangloriar-se em alta voz de haver atirado contra o imperador, promettendo voltar á carga visto ter errado o alvo! Nem mesmo assim foi elle preso, porque ninguem acreditava na seriedade de semelhante tentativa, comprehendendo todos instinctivamente que, ou Valle era um doudo, ou um instrumento da policia.

Mas o rapaz não desanimou. Ao sahir do café encontrou um grupo de tres moços, entre os quaes dous jornalistas, e não só contou-lhes o caso, vangloriando-se sempre, como deu-lhes o seu cartão de visita. Assim continuou elle o seu trajecto pelas ruas da cidade até que foi preso por um subdelegado de policia a quem um dos jornalistas foi contar o caso.

Do processo que lhe moveu a justiça publica, em segredo, nada se deprehendeu de positivo, mas sempre se soube que Valle, ora declarava que havia sido incitado por um moço republicano (o mesmo que o foi denunciar á policia!) a dar vivas á republica no corredor do theatro, ora que o haviam convidado para tomar bebidas alcoolicas de diversas qualidades antes do attentado.

Tornou-se então evidente que o acontecimento da noite de 15 de Julho, fôra uma comedia arranjada pela policia imperial para fornecer pretexto não só para se fazerem grandes ovações ao imperador durante a viagem que ia fazer á capital da provincia de Minas, como para o governo poder adoptar na capital do imperio medidas repressivas de qualquer manifestação que pudesse dar logar a uma rebellião.

Com effeito, já no dia seguinte publicou o chefe de policia um edital por meio do qual elle prohibia, sob pena de processo, dar vivas á Republica. Conjuntamente com esta prohibição mandava a policia

agentes secretos em companhia de soldados de marinha percorrerem, ao anoitecer, as ruas mais frequentadas gritando alternadamente: Fóra a Republica! Viva a monarchia! — e brandindo navalhas abertas, facas de ponta e cacêtes no intuito evidente de estabelecer-se o terror. O escandalo chegou ao ponto de serem esses provocadores da desordem escoltados por patrulhas de cavallaria para protegêl-os contra os republicanos.

Essas excitações imprudentes só serviam para mostrar a convicção que tinha o governo do perigo que corriam as instituições monarchicas, não se lembrando elle que por taes meios entretinha-se, em vez de extinguir-se, o espirito de revolta.

Um symptoma caracteristico dos receios que tinha o governo e que prova a sua inhabilidade em previnir conflictos, um verdadeiro fructo do tempo, foi o seguinte: Tinham os estudantes da faculdade de medicina por habito ajuntarem-se nos intervallos das lições, em um largo que fica em face da faculdade, para comerem laranjas que compravam a uma quitandeira. Estavam alguns estudantes assim reunidos em certo dia quando passa o carro do ministro do imperio. Os rapazes aproveitam a occasião e dão uma vaia ao ministro. No dia immediato foi prohibida á quitandeira a venda de laranjas no local habitual.

Sabendo d'esta ordem dada pelo subdelegado de policia, e tomando-a pelo lado do ridiculo, os estudantes organizaram uma grande passeiata pelas principaes ruas da cidade, levando cada um d'elles uma

laranja espetada na ponta da bengala ou do chapéo de sol e dando vivas á laranja. A quitandeira, uma mulher de côr e trajando á bahiana, fazia parte do grande prestito, que teve um immenso successo.

Foi esta a chamada manifestação das laranjas.

Entretanto, o governo não se descuidava das eleições, que iam ter lugar. Sob pretexto de auxiliar a lavoura, soccorrer as populações flagelladas pela secca e subvencionar a colonisação, distribuio elle por diversos bancos, com autorisação para emprestar aos fazendeiros cerca de cem mil contos de réis ; deu titulos de nobreza e postos da guarda nacional a quantos individuos julgava ser influente na politica de sua localidade; deu empregos e commissões a quem podia servil-o; um presidente de provincia (Minas-Geraes), a mais republicana do imperio, deu tantas concessões industriaes e agricolas e com taes favores especiaes do governo que um jornal serio (o Diario de Noticias), poude dizer que se tinha posto a provincia em leilão; na occasião das eleições foram comprados votos a dinheiro, ou foram obtidos pela fraude, pela seducção, pela ameaça e até pela violencia.

E por esta fórma conseguio o governo vencer em toda a linha, obtendo uma camara quasi unanime; mas ainda assim verificou-se que em todos os circulos eleitoraes appareceram votos republicanos, e tão numerosos em alguns d'elles que a victoria do governo só foi devida a alliança que contra os republicanos formaram os partidos monarchicos e os fazendeiros

que haviam recebido dinheiro dos cofres publicos a titulo de emprestimo.

Essa victoria do visconde de Ouro Preto, uma verdadeira victoria de Pyrrho, parecendo-lhe decisiva, estimulou-lhe o orgulho e a ambição. A ambição impelliu-o principalmente para o campo das especulações financeiras, o orgulho cegou-o ao ponto de convençêl-o que, para executar o plano de abdicação inesperada do imperador, podia impunemente abater o exercito, terminar para sempre os conflictos militares, e assim conquistar o ultimo florão para sua corôa de louros.

A familia imperial e o seu ministerio sabiam que o proposito dos republicanos era tentar fazer a revolução no momento da morte do imperador. Um dos mais denodados tribunos do povo, o Dr. Silva Jardim, terminou uma das suas conferencias publicas exclamando com enthusiasmo diante de numeroso auditorio: Juremos, meus patricios, que não deixaremos a Sra. D. Isabel subir ao throno! (Junho de 1888.) Muitos officiaes do exercito e alguns da armada eram republicanos convictos ou estavam dispostos a secundar um movimento popular n'este sentido. (1)

⁽¹⁾ O autor d'esta brochura conversando em certa occasião com o chefe de divisão Eduardo Wandenkolk, e dizendo-lhe que alnda esperava vel-o um dia representar no Brazil o papel que o almirante Topete representou em 1868 na revolução que expulsou Isabel II da Hespanha, ouviu d'elle esta resposta: « Não em vida do velho (o imperador) porque gosto d'elle. Sou assim, que queres tu? Mas logo que elle morrer havemos de acabar com esta monarchia de....»

Era esta a disposição geral dos espiritos contra o ministerio do visconde de Ouro Preto, que era considerado como uma creatura ou instrumento da princeza imperial. D'ahi a resolução decidida em que estava o governo de, por todos os meios, aparar o golpe que os ameaçava.

Pelo triumpho completo que o visconde acabava de alcançar nas urnas eleitoraes parecia estar realisada a primeira parte do seu programma: o abatimento dos republicanos no terreno legal. Faltava a segunda parte, isto é a submissão dos alliados d'esses adversarios da monarchia, o exercito e a marinha.

A data escolhida para a abdicação do imperador era ainda um segredo d'Estado; mas as medidas tomadas pelo governo indicavam o dia 2 de dezembro, anniversario natalicio do imperador, por cuja occasião costumava haver uma parada das tropas da guarnição da capital e da guarda nacional no tempo em que ella existia.

Estando esta milicia do povo extincta na occasião em que o visconde de Ouro Preto tomou as redeas do poder, um dos seus primeiros cuidados foi a resurreição d'essa velha instituição, e estava reorganisando-a com a maior presteza, dizendo abertamente que desejava vel-a formar ao lado do exercito no dia 2 de dezembro proximo futuro. Ao tempo que fazia resuscitar a guarda nacional, o governo creava a guarda civica, dando á esta, como àquella, uma organisação igual à do exercito; augmentava consideravelmente a policia da capital e arregimentava em

segredo a guarda negra composta quasi toda de capoeiras ou navalhistas e caceteiros ao soldo do governo.

Por outro lado, quando o general Deodoro, de volta de Matto-Grosso, foi apresentar-se ao imperador, este, recebendo-o com familiaridade, disse-lhe entre outras cousas: « Espero vel-o brevemente commandando uma grande parada.» Do confronto d'estes factos se póde concluir que a abdicação do imperador estava realmente proxima, e que havia o projecto de dar-se o commando de todas as forças formadas em parada ao general Deodoro para lisongeal-o. « Mas o homem põe e Deus dispõe.»

Quarta phase da questão militar

Prisão e reprehensão de officiaes de marinha — Volta do general Deodoro de Matto Grosso — Prisão do tenente Carolino — Conflicto entre o chefe de policia de Minas Geraes e o 9º regimento de cavallaria — Demissão do coronel Mallet a bem do serviço publico — Nobre protesto do tenente-coronel Benjamin Constant — Ordem de partida para o 22º batalhão de infantaria — Memoravel sessão do Club Militar.

Deodoro voltou de Matto Grosso com o coração ainda sangrando pela morte traiçoeira de seu irmão Severiano.

A principal difficuldade que se oppunha á realisação do plano do imperador consistia na reducção da guarnição militar da capital, isto é na sahida de alguns corpos de linha para o interior do paiz sem despertar a desconfiança do exercito. Era, pois, conveniente achar pretextos que justificassem a internação desses corpos afim de que no dia 2 de Dezembro as forças organisadas pelo governo para garantir a execução de seu plano, estivessem em grande maioria ou constituissem uma superioridade esmagadora. O proprio visconde de Ouro Preto se encarregou de achar esses pretextos, resolvido, no caso em que não fosse possivel diminuir ainda mais a guarnição de

8

linha, a usar de rigor para intimidar os chefes militares rebeldes, para o que era indispensavel provocar um novo conflicto militar.

O primeiro attrito do visconde no terreno tão desejado, foi com tres officiaes de marinha que se achavam sentados em uma sala de espera no ministerio da marinha. Ahi apparecendo o primeiro ministro, os officiaes o comprimentaram levantando-se e depois sentaram-se guardando na cabeça os bonets, o que é proprio de militares. Vendo isto, o ministro estranhou esse procedimento e por sua queixa foram os officiaes presos e reprehendidos. (Isto teve logar em Julho). A imprensa opposicionista censurou a conducta do ministro, mas o incidente não teve outras consequencias.

A segunda provocação do presidente do conselho foi dirigida a um official do exercito que estava commandando a guarda do thesouro nacional. A hora em que se deu o conflicto, o logar, o modo e os factos subsequentes: tudo contribue para autorisar a crença de que houve premeditação da parte do ministro.

Com effeito, acabava de chegar de Matto-Grosso o general Deodoro, ao qual os seus companheiros de armas, inclusive todos os alumnos da Escola Militar, fizeram uma brilhante recepção.

« Logo que o paquete em que vinha o illustre e bravo militar ancorou em nosso porto (escreveu e Diario de Noticias de 14 de Setembro) foram a bordo recebel-o em lanchas a vapor muitos officiaes, tendo ficado no cáes grande numero de cidadãos e militares distinctos, contando-se entre elles muitos dos que têm as mais elevadas patentes. Esteve tambem a bordo o marechal Floriano Peixoto ajudante-general do exercito. No cáes de desembarque, á espera do benemerito brazileiro, achava-se toda a officialidade do 23 batalhão de infantaria, tocando na occasião da chegada de S. Ex. uma grande marcha guerreira a banda de musica do mesmo batalhão».

Foi na tarde d'esse mesmo dia que deu-se entre o presidente do conselho e o commandante da guarda do thesouro um novo confilicto. Ao entrar o visconde no ministerio da fazenda e não vendo á testa da guarda, que se formava para fazer-lhe as continencias do estylo, o official commandante, perguntou por elle. Responderam-lhe que o official estava no quarto resérvado ao commandante da guarda. « Diga-lhe que me venha fallar no meu gabinete », ordenou o ministro. sado o official, dirigiu-se immediatamente ao pavimento superior á presença do ministro, que o recebeu com esta apostrophe: « O Sr. estava dormindo!...» -« Desculpe-me V. Ex., eu não estava dormindo, achava-me occupado no gabinete reservado » — « Não senhor, replicou-lhe o ministro; o senhor estava dormindo, e um official não dorme na guarda. Recolhase preso ao quartel, e já. »

O official desceu a escada em obediencia á ordem do ministro, mas dispunha-se primeiramente a mandar aviso d'esta occurrencia ao official superior de dia á praça para ser rendido por outro official, quando o ministro, descendo immediatamente depois d'elle e vendo-o ainda no vestibulo do edificio, exprobra lhe, irritado, a demora em recolher-se preso ao quartel. Em vão lhe pondera o official que só aguardava a chegada do seu successor no commando da guarda para cumprir a ordem de prisão que recebera. O ministro aproveitando a presença de um capitão que vinha fallar-lhe no thesouro, mandou por elle conduzir preso o commandante da guarda, tenente Carolino.

Quando se medita em todas as circumstancias que rodeiaram este incidente, é impossivel não admittir que a prisão do commandante da guarda do thesouro foi inventada unicamente para provocar um conflicto, que envolvesse o general Deodoro e assim fornecesse o desejado ensejo de reformal-o arbitrariamente, como já o havia tentado o ministro da guerra da primeira questão militar. O proprio visconde de Ouro-Preto confessou em seu manifesto publicado em Lisbôa, depois da revolução, que dois dias antes da revolução fallára ao seu collega ministro da guerra da reforma forçada do general Deodoro.

A prisão do tenente Carolino, nas condições em que foi effectuada, tornou ainda mais intenso o desgosto que já lavrava no exercito contra o governo imperial, e particularmente contra o conde d'Eu, a cujas inspirações, diziam, obedecia o presidente do conselho.

Duravam ainda os effeitos da questão Carolino quando na capital de Minas-Geraes teve logar uma nova rixa entre soldados de policia e do 9° regimento de cavallaria que alli estava de guarnição.

O provocador d'essas rixas era um alferes do corpo policial, que commandava uma estação em um dos arrabaldes da capital da provincia chamado Barra, e onde moravam os soldados do regimento que eram casados ou que estavam desarranchados. O commandante interino do regimento (major Virgilio de Carvalho), no intuito de fazer cessar essas provocações, propoz ao presidente da provincia e ao chefe de policia a substituição do alferes provocador por um outro official; mas não conseguio o seu louvavel intento, o que faz suppor que havia plano em conservar este official. A penultima rixa entre soldados d'aquelles corpos rivaes deu em resultado a prisão de dous soldados de cavallaria, os quaes em vez de serem conduzidos ao seu quartel, como é de praxe, foram levados para a cadeia commum, guardada pela policia.

Uma vez presos, o proprio chefe de policia mandou avisar ao commandante do regimento da prisão dos seus soldados, convidando-o a «mandal-os buscar, » Sendo já 11 horas da noite, o commandante considerou esse convite como um laço, e por isso esperou que o dia amanhecesse para reclamar regularmente a entrega dos presos. Mas como «o que fica adiado não está perdido », deu-se poucos dias depois um novo e mais serio conflicto, provocado directamente pelo chefe de policia em pessôa.

Estando este de passeio, á noite, e encontrando alguns soldados de cavallaria ordenou-lhes que se recolhessem ao quartel; e como não fosse obedecido

promptamente ordenou aos soldados de policia que por alli passavam, por acaso, que os prendesse; os soldados do regimento resistiram e rechassaram os policiaes, os quaes foram procurar refugio junto á guarda da cadeia. A guarda recebeu-os, mas quando d'ella se aproximaram os soldados de cavallaria, deu-lhes uma descarga que produziu diversos ferimentos. Este facto forneceu ao governo imperial o pretexto para mandar sahir da capital do imperio para a capital de Minas Geraes o batalhão 23° de infantaria, o mesmo cujos officiaes haviam feito uma brilhante recepção ao general Deodoro por occasião de sua volta de Matto Grosso.

D'esta forma «com uma só cajadada matava o governo dous coelhos»: diminuia a guarnição da côrte e punia os officiaes que haviam feito uma ovação ao general Deodoro.

Apenas eram decorridos alguns dias, praticou o governo imperial mais um acto de prepotencia contra um dos officiaes superiores e dos mais distinctos do exercito. Dir-se-hia que o governo tinha pressa de chegar aos seus fins. Esse novo arbitrio governamental foi a demissão, a bem do serviço publico (pena infamante e não prescripta pelas leis militares), dada ao director da Escola Militar do Ceará, coronel Mallet, um dos companheiros de Deodoro na campanha do Paraguay, por ter elle solicitado sua demissão, em termos cheios de dignidade em telegramma dirigido ao ministro da guerra, demissão que pedia porque, depois de haver o ministro recusado

áquelle director uma nomeação por elle proposta para um cargo subalterno, nomeou o mesmo individuo para um cargo superior independentemente de proposta do director. Esta circumstancia e o facto de, em vez de acceder ao pedido da demissão do director da escola, dal-a acompanhada de uma clausula offensiva, poem em evidencia as intenções bellicosas do governo.

O plano ministerial parecia ser este: ou os seus actos arbitrarios com relação aos officiaes do exercito seriam supportados com resignação, o que seria uma hamilhação para o general Deodoro, que até então se apresentava sempre como defensor d'elles, e portanto a subsequente desmoralisação d'este general em face do exercito, ou o conflicto se estabelecia, e n'este caso tinha o governo um pretexto para reformar subitamente o general—talvez mesmo prendel-o—ou, ainda, em caso de luta, vencel-o e inutilisal-o para sempre.

O general Deodoro e os seus mais intimos camaradas advinharam as intenções do homem que tinha tomado a peito garantir á esposa do conde d'Eu a ascenção ao throno. Por isso, já tres dias depois da demissão do coronel Mallet (23 de Outubro) e por occasião da visita que os officiaes do encouraçado chileno Almirante Cockrane fizeram á Escola Militar da Praia Vermelha, um amigo inseparavel do general Deodoro nas anteriores questões militares, o professor tenentecoronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, aproveitou o ensejo para, em presença do proprio ministro da guerra, defender com a maior dignidade os

direitos de seus camaradas « protestando contra a pécha de indisciplinados, insubordinados e desordeiros, que os partidarios do governo ativaram constantemente á face do exercito, e accrescentando que elles seriam sempre cidadãos armados, nunca jámais janisaros. »

Este protesto vehemente valeu ao digno professor uma chuva de fi res da parte dos alumnos. N'esse mesmo dia os alumnos da Escola Superior de Guerra enviavam ao general Deodoro (que havia estado gravemente enfermo) uma commissão para « saudal-o e felicital-o por haver entrado em convalescença, accrescentando a commissão que aproveitava a occasião para expressar-lhe, em nome de seus camaradas, os mais intimos sentimentos de amor e veneração. »

Estes mesmos alumnos, reunidos a muitos officiaes da 2ª brigada (composta dos 1º e 9º regimentos de cavallaria e 2º regimento de artilharia), fizeram no dia 26 uma esplendida manifestação ao mesmo professor Benjamin Constant, no edificio da escola « em agradecimento pela defesa que tres dias antes elle havia feito do exercito na Escola Militar da Praia Vermelha. »

Taes explosões do espirito militar das escolas e dos regimentos que formavam a segunda brigada não passavam ainda de simples demonstrações contra o ministerio perseguidor dos militares. O objecto do desejo geralmente manifestado era, em verdade, a quéda do inimigo que tinham diante de si, e sómente

poucos já projectavam n'essa occasião ou procuravam meios de derrubar tambem a monarchia para a inteira tranquillidade de sua classe.

O general Deodoro votava uma certa amizade pessoal ao imperador, e por esta razão hesitava em pronunciar-se francamente contra a monarchia. Além d'isso elle temia que a republica trouxesse o desmembramento do Brazil (1).

Quando, porém, em Matto-Grosso, longe da agitação enganadora da imprensa e da influencia de amigos mais ou menos illudidos e interessados na conservação da monarchia, elle teve occasião de meditar sobre a marcha politica de sua patria e os destinos de sua classe, ao receber a noticia da morte subita de seu irmão Severiano e das circumstancias que a tinham

⁽¹⁾ Na vespera da partida do general Deodoro para Matto-Grosso (fins de Dezembro de 1888), o autor d'esta brochura, encontrando-se com elle, disse-lhe: « Então, seu Deodoro, V. vai para Matto-Grosso!? E' muito fino este Pedro II; elle vê as cousas de longe; como Tiberio, elle sabe prevenir com antecedencia os golpes que receia; elle não quer que um general Deodoro esteja na Côrte por occasião dos festejos que aqui vão celebrar-se em honra do primeiro centenario da grande revolução franceza. » O general comprehendeu immediatamente o pensamento de seu interlocutor, e respondeu com muita vivacidade: « A republica no Brasil, Fialho, traria o desmembramento do nosso territorio, porque os chefes politicos hão de querer o seu predominio nas provincias, João Alfredo em Pernambuco, Cotegipe na Bahia, Silveira Martins no Rio Grande, e assim por diante. Eu só vejo um homem que me merece confiança para presidente da republica « é o Benjamin. » (0 interlocutor do general Deodoro apressou-se a communicar ao di mo professor da Escola Militar esta confidencia, que era da maior importancia para um republicano).

precedido, não poude conter esta exclamação: « Morreu a unica pessõa que podia ainda me conter! » A partir d'este momento preoccupava-o mais do que nunca a idéa de tornar a sua classe respeitada e revestil-a do prestigio e consideração a que tinha direito. Mais de uma vez sentiu o impulso da impaciencia, e chegou a pensar seriamente em fazer embarcar na flotilha que estacionava em Matto Grosso a tropa de que era commandante, afim de com ella vir desembarcar no Rio Grande do Sul, estabelecendo n'esta provincia a base de suas operações contra o governo imperial.

A sua bôa estrella fel-o esperar, e o proprio governo, que jáo não temia, autorisou-o a voltar á capital.

Deodoro chegou ao Rio de Janeiro soffrendo ainda mais de uma molestia que já o perseguia ha tempos — arterio-sclerose, endurecimento das arterias — o que provocava repetidos e fortissimos ataques de dyspinca (lifficuldade de respirar). Esta circumstancia e, talvez, o sentimento da responsabilidade do grande acto que meditava, e que devia exercer uma influencia decisiva sobre os destinos de sua patria, o traziam apprehensivo e triste. Sómente muitos dias depois de sua chegada foi elle apresentar-se ao imperador e comprimental-o.

A republica «estava no ar.» A mocidade das escolas militares e a officialidade da 2ª brigada já haviam sellado um pacto de aliança para a defesa dos interesses de sua classe, e sabiam que podiam contar com che es como Deodoro e Benjamin. A deposição do ministerio era uma cousa por todos desejada; mas

quando veio a resolução inabalavel de a executar, veio tambem a reflexão sobre as suas consequencias immediatas. Foi então que sentiram a necessidade de deporem igualmente o imperante, como o unico meio de impedir a transmissão do throno á herdeira presumptiva, de quem o exercito não podia esperar justiça.

Compenetrado d'esta verdade, o Dr. Benjamin só aguardava uma occasião opportuna para decidir o general Deodoro a fazer a republica. Esta occasião não podia deixar de apresentar-se, mais cedo ou mais tarde, e a propria impaciencia dos governantes, interessados na realisação do plano de abdicação do imperador, forneceu-a.

De conformidade com este plano, baseado na reducção da guarnição de linha da capital, o governo ordenou que o 22° batalhão de infantaria embarcasse para o extremo norte do Brazil, a provincia do Amazonas, e transferiu para este batalhão o tenente Carolino, o que era mais um castigo infligido a este official e uma nova provocação ao exercito. E para mostrar que nada temia, fez espalhar que outros corpos receberiam igualmente ordem para sahir da capital.

Estando o general Deodoro prostrado no leito de dôres, o Dr. Benjamin comprehendeu que não convinha precipitar o movimento e resolveu, de accordo com o general, deixar o 22° batalhão embarcar, reservando toda sua acção para quando apparecesse uma nova ordem de embarque para outro corpo da guarnição da capital.

Em consequencia convocou uma reunião secreta de alguns membros do club militar para o dia 8 de Novembro e outra, ostensiva, para o dia immediato, vespera da partida do 22° batalhão.

Na reunião de 8 ficou assentado, por proposta do tenente-coronel Jacques Ourique, que na do dia seguinte se daria ao Dr. Bemjamin carta branca para fazer uma ultima tentativa junto ao governo, no intuito de fazer cessar a perseguição contra o exercito.

A reunião na noite de 9 coincidiu com um grande e pomposo baile que, em uma das ilhas da magnifica bahia do Rio de Janeiro (a Ilha Fiscal), offerecia o governo imperial aos chilenos.

Emquanto a familia imperial, o ministerio, os grandes do imperio, a officialidade da nova guarda nacional, os titulares recentemente fabricados e os representantes da grande lavoura e do commercio dançavam, riam e folgavam ao estoirar do champagne e ao som melodioso de escolhida orchestra, tudo isso em um meio realmente feerico pelo deslumbramento da luz irradiada por innumeras lampadas electricas e por tudo quanto póde arrebatar a imaginação, o general Deodoro lamentava mais que nunca a fatalidade que o prendia ao leito, e o Dr. Benjamin exhortava seus camaradas do Club Militar a usarem de calma e a empregarem todos os esforços para que o embarque do 22º batalhão se fizesse em paz. Elle concluiu sua locução n'estes termos de sublime eloquencia patriotica: «Tenhamos confiança, meus senhores - disse elle - nos nossos proprios esforços; e se

n'estes oito dias o governo não nos tiver feito justiça e cessado de nos perseguir (aqui a voz do orador tornou-se tremula, compassada e entrecortada por uma profunda emoção, que communicou-se a todo o auditorio), então eu abandonarei a familia e irei cumprir o meu dever na praça publica ao vosso lado! » O grito tres vezes repetido de Viva o Dr. Benjamin! foi a resposta unisona com que os seus companheiros electrisados o acclamaram estrepitosamente.

A's 9 horas da noite retiraram se todos tranquillamente do club, uns para as suas casas, outros para continuarem os conciliabulos preparatorios da luta.

O baile da Ilha Fiscal—que custou centenas de contos de réis—parecia a orgia de Balthazar. (1) O orgulho do visconde de Ouro Preto não podia reflectir-se mais imponentemente. A sua physionomia radiante de vaidade e arrogancia lembrava a celebre phrase do Rei Sol, Luiz XIV: L'État c'est moi. A familia imperial estava como sempre, risonha e accessivel a todos. Entretanto, aos olhos do observador intelligente essa alegria e o ar de segurança do primeiro ministro eram mais estudados do que reaes.

Essas manifestações ruidosas e intermitentes da expansão dos convivas, no meio dos clarões scintillantes produzidos pelos raios da luz electrica, pareciam relampagos percursores de grande tempestade. Ella desabou, em verdade, setenta e tantas horas depois,

⁽¹⁾ Depois da revolução houve quem comparasse as palavras mané, thecel, phares, com os tres nomes do general que fez a revolução: Manoel Deodoro da Fonseca.

isto è dentro do prazo prescripto pelo Dr. Benjamin aos seus camaradas para apresentarem-se na praça publica.

Tudo conspirava contra os homens do governo e as instituições que elles representavam. Se o Visconde de Ouro Preto, tão audacioso e perspicaz como era, aproveitando o pretexto que lhe offereciam os innumeros symptomas de rebellião, tivesse tomado uma dessas resoluções que caracterisam os verdadeiros estadistas e grandes capitães em presença do inimigo, mandando, por exemplo, prender secretamente o general Deodoro e os seos principaes collaboradores, talvez conseguisse fazer abortar a revolução. A operação era, sem duvida, arriscada; mas dada a irresolução de alguns corpos de linha e a presença de 2.000 homens de policia, se ella fôsse executada com energia, promptidão, intelligencia e previsão, haveria certamente mais probalidades de ser coroada de bom exito do que seguida de revez.

A verdade é que, ou faltou ao visconde de Ouro Preto, antes do dia 15, a coragem que elle revelou na occasião do perigo, ou não lhe faltou essa coragem e previsão, e n'este caso deve-se attribuir a sua inercia antes d'aquelle dia á intervenção de uma vontade superior á sua.

Phase aguda da questão militar

A republica se propõe a expulsar da terra americana a monarchia intrusa. — Entrevista do Dr. Benjamin Constant com o general Deodoro. — «Leve a breca a monarchia!» — Reunião dos conjurados em casa do general Deodoro — Heroismo da mocidade militar — Alliança do exercito com a marinha — Preparativos e auxiliares — Contingente posthumo de Tobias Barreto.

No dia immediato ao do baile da Ilha Fiscal (domingo 10) o batalhão 22 atravessou o centro da cidade no meio de um silencio profundo e foi embarcar para o Amazonas.

A partida d'este batalhão acabou de encher a medida de indignação do Dr. Benjamin, o qual, sabendo que o general Deodoro estava debaixo da mesma impressão desagradavel, foi propor-lhe um plano de acção immediata, não só contra o ministerio, mas tambem contra o proprio imperante em cujo nome e no interesse do qual estava o exercito sendo perseguido.

Era a Republica que se dispunha a expulsar da terra americana a monarchia intrusa.

« Em casa do general, no Campo da Acclamação, o Dr. Benjamin expoz-lhe a verdadeira situação em que se achava a nação inteira; mostrou-lhe como, em vista dos acontecimentos, esse descontentamento profundo, impossivel de remediar com paliativos, e que

agitava toda a classse militar, sedenta da desaffronta de seus brios tantas vezes ultrajados, de sua dignidade tantas vezes escarnecidas, nada mais era do que a repercussão do mesmo grito pungente de revolta que suffocava o povo tão opprimido, tão vilipendiado quanto o exercito.

- « Fez-lhe ver que qualquer outra solução seria uma simples sedição monarchica e infructifera, á semelhança do 7 de Abril; que em tempo opportuno os mesmos opprobrios voltariam, revestidos de novas fórmas, tomadas outras cautellas, etc., etc.
- « O general conservava-se meditativo na cadeira de balanço e subitamente fez-lhe esta pergunta : E o velho? (o imperador.)
- « A revolução, respondeu o Dr. Benjamin, não pode absolutamente parar respeitosa ante seu throno; mas, se vencermos, o imperador ha de ser tratado com todas as attenções devidas ao seu estado de saude e a sua idade, e sua familia será tambem tratada de modo condigno; não movemos guerra ás pessõas; elles seguirão incolumes e com a subsistencia garantida para onde bem entenderem.
- « Além d'isso, não é mais elle quem governa este infeliz paiz, tão digno de melhor sorte; é essa camarilha sem patriotismo, que pretende a todo transe, sem escrupulos, sem olhar os meios, locupletar-se e firmar seu predominio no terceiro reinado, essa monstruosidade que, para honra nossa, a propria maioria dos proprios monarchistas, repelle indignada, porque seria a ruina e a eterna vergonha de nossa patria.

« O Dr. Benjamin pediu ao general que meditasse bastante na magnitude e gravidade da resolução que iam tomar, accrescentando que já não se poderia evitar a Republica; que se elle a acceitasse seria mais uma prova ingente de seu patriotismo, porque avaliava quanto deveria magoar o seu coração sincero e leal esta separação; que era o interesse supremo da patria que reclamava esse magno sacrificio, e que elle, que tanto a havia servido, não lh'o podia recusar evitando d'este modo jorros de sangue de irmãos, que provavelmente iria correr, se elle não continuasse á testa do movimento...

« Depois, querendo que o general meditasse sobre a proposta que acabava de fazer-lhe, retirou-se para a sala de jantar, onde demorou-se a conversar com a Exma. esposa do general.

« Quando voltou encontrou-o na mesma posição taciturna e meditativa.

«Benjamin—disse afinal com resolução o general Deodoro—o velho já não regúla, porque se elle regulasse, não haveria esta perseguição contra o exercito; portanto, já que não ha outro remedio, leve á breca a monarchia! Nada ha mais que esperar della; venha, pois, a Republica! » E fez um gesto de quem lava as mãos.» (1)

⁽¹⁾ Carta dirigida á *Gazeta de Noticias* pelo capitão de artilharia José Bevilaqua, deputado ao Congresso Nacional pelo estado do Ceará, e á quem o proprio Dr. Benjamin narrou a sua entrevis'a com o general Deodoro.

Desde este momento trataram ambos de preparar o triumpho da revolução.

Para a preparação deste triumpho tiveram elles dedicados e intelligentes auxiliares, não sómente entre os officiaes da 2ª brigada e de outros corpos, como entre os alumnos das escolas militares e officiaes de marinha. Serviam de pontos de reunião os proprios Clubs Militar e Naval; mas tambem celebravam conciliabulos aonde o acaso os reunia, aos dous, aos tres, e até nos cafés e botequins.

Ao elemento militar quizeram os chefes da revolução associar tambem o elemento civil, não sómente para assegurar a victoria no caso de luta, como tambem para tirar á revolução o caracter exclusivamente militar.

Para este fim o Dr. Benjamin, que já havia tido uma entrevista com o director do partido republicano, o Sr. Quintino Bocayuva (1), foi convidar, além deste, o Dr. Ruy Barbosa (que no Diario de Noticias continuava a desfechar diariamente os mais rudes golpes na monarchia e no ministerio), o Sr. Francisco Glycerio, um dos chefes do partido republicano de São Paulo e o Dr. Aristides Lobo, batalhador na imprensa da capital.

⁽¹⁾ Obedecendo ao mesmo intuito, já o major Solon, commandante do 9º regimento de cavallaria e que teve uma parte importante no movimento revolucionorio, havia entabolado relações com um membro proeminente do partido republicano, o Dr. Aristides da Silveira Lobo.

Esta conferencia teve logar em casa do general Deodoro no dia 11 á noite. Houve no começo da sessão um silencio profundo e prolongado. Os conspiradores estavam perfeitamente compenetrados do alcance da resolução que iam tomar, e por isso sentiam antecipamente todo o peso de sua responsabilidade.

Rompeu alfim o silencio o Dr. Benjamin para expôr o objecto da reunião, e, mais no intuito de annunciar aos republicanos presentes e ao Dr. Ruy Barbosa a resolução já tomada na vespera de mudar-se a fórma de governo, do que de obter um assentimento, dirigio elle ao general Deodoro esta allocução:

- « General, disse, a força publica não póde intervir na politica interna do paiz, derribando e erguendo ministerios.
- « Seria esse um papel sedicioso, incompativel com a lealdade militar e missão natural do exercito.
- « Póde, porém, e deve, quando são conspurcadas pela tyrannia as liberdades publicas, quando são falseadas as garantias constitucionaes e o poder constituido se torna um inimigo da nação, intervir, como libertador da patria, para uma transformação politica. »

Sendo esta theoria acceita unanimemente pela pequena assembléa, ficou desde logo resolvido que os republicanos civis secundariam o movimento militar. O Dr. Ruy Barbosa manifestou então a intenção de fazer no dia seguinte publicamente uma profissão de fé republicana, o que não foi approvado por temer-se que, deste modo, se despertaria a desconfiança do governo.

Nada se discutio quanto ao dia da explosão, por causa do máo estado de saude do general Deodoro.

Os dias subsequentes empregou-os o Dr. Benjamin em organisar os elementos com que podia contar para a revolução. Desenvolveu-se então entre os officiaes subalternos de diversos corpos e das escolas militares um tal enthusiasmo, que chegou até ao heroismo. Alguns d'esses officiaes tomaram voluntariamente a resolução de assignar o compromisso de morrerem, se necessario fosse, pela causa da patria, ao lado do Dr. Benjamin. Este nobre exemplo de patriotismo foi imitado por muitos outros, formando-se assim diversas listas de conjurados.

Todas ellas foram successivamente entregues ao Dr. Benjamin, o qual, ao recebel-as, agradecido e profundamente commovido, tranquillisava os respectivos signatarios dizendo-lhes « que essas listas seriam confiadas á sua esposa, a qual as saberia guardar como um thezouro, de modo que em caso de mallogro da revolução, elles nada tinham a temer.»

Esta prova da mais elevada coragem civica d'esses moços lembra a resolução igualmente heroica de alguns parlamentares e jornalistas francezes (Les quarante cinq, os quarenta e cinco) que, depois de haverem redigido um protesto violento contra as famosas ordenações de Carlos X, ao ouvirem Thiers dizer-lhes: « Agora, meus senhores, a unica cousa que falta embaixo d'este protesto são cabeças! »—o assignaram sem hesitação e com grande enthusiasmo.

Para assegurar o concurso da armada o Dr. Benjamin procurou entender se com os officiaes d'essa corporação que elle conhecia pessoalmente afim de com elles combinarem o que julgassem mais conveniente Serviram-lhe de intermediarios para as conferencias que deviam ter lugar o capitão-tenente Garcez Palha, assiduo frequentador do club militar, e o major Serzedelo Corrêa, companheiro inseparavel nas quéstões militares.

No dia 12 o Dr. Benjamin, procurou o capitão de fragata Frederico Lorena, que inspirava-lhe grande confiança, e encarregou-o de dizer ao chefe Wandenkolk que desejava ter com elle uma conferencia. Esta conferencia realisou-se no Café do Rio, rua do Ouvidor, n'essa mesma tarde. Um pouco depois conferenciou o Dr. Benjamin na confeitaria Paschoal outra vez com o chefe Wandenkolk, o capitão de fragata Nepomuceno Baptista e capitão tenente Garcez Palha.

Na tarde do dia 13 Wandenkolk entendeu-se com alguns officiaes da armada, entre outros com os 1°s tenentes Francisco de Mattos Retumba, Santos Matta e Cunha Gomes.

Entre o Dr. Benjamin e o chefe Wandenkolk ficou combinado que se encontrariam na noite de 14 no Club Naval e com mais alguns officiaes.

N'essa reunião, como na que se effectuou na mesma noite, immediatamente depois, em casa do general Deodoro, ficou decidido que o o movimento teria logar, ou quando o governo ordenasse de novo a sahida de algum corpo da guarnição, ou quando o estado de saude do general Deodoro o permittisse.

Por seu lado, o general Deodoro já havia, desde a vespera, 13, tido uma entrevista com o commandante do 1º regimento de cavallaria, tenente-coronel João Baptista da Silva Telles, e com o proprio ajudante-general do exercito, o marechal de campo Floriano Peixoto, entrevista pedida por aquelle general afim de sondar o espirito d'estes camaradas.

Deodoro fallou a cada um em separado, mas a ambos declarou positivamente que o seu fim era vingar o exercito destituindo o governo perseguidor de sua classe. O tenente-coronel Telles annuio immediatamente á resolução do general promettendo-lhe toda a sua coadjuvação. O general Floriano Peixoto, que estava preso ao ministerio pelo laço da mais immediata confiança, fez as seguintes reflexões: « Seu Manoel—disse-lhe familiarmente o prudente general - eu não julgo que as cousas tenham chegado ao ponto em que você deva recorrer á este extremo. Ainda póde haver um meio de entender-se com o ministerio. Você sabe que eu estou occupando um cargo de confiança, mas se eu suspeitasse um só momento que o governo persegue intencionalmente a minha classe, eu daria immediatamente a minha demissão, e o meu logar seria aolado de vocês. Não precipitemos as cousas; vamos vèr o que se poderá fazer para evitar esta grave resolução. Em todo o caso você sabe que antes de tudo eu sou soldado e seu companheiro. » A honra, o

patriotismo e o espirito de classe não podiam dictar linguagem mais correcta, nem conducta mais nobre.

Na vespera (12) o general Deodoro, obedecendo ao plano concebido de associar o partido republicano á revolução, mandou convidar, por intermedio de seu irmão Pedro Paulino, o illustrado republicano professor da Escola Polytechnica, Dr. Ennes de Souza, afim de com elle conferenciar ácerca da situação. O Dr. Ennes prometteu empregar em favor de um movimento armado toda a influencia que exercia sobre os operarios da Casa da Moeda, da qual elle havia sido recentemente director e cujo logar perdera por haver defendido com grande ardor os direitos de um d'elles, contra as arbitrariedados do chefe de policia.

No dia immediato foi ainda o Dr. Ennes convidado a tomar parte na reunião que o Sr. Quintino Bocayuva havia convocado no salão de redacção do Paiz e a que assistiram os Srs. Glicerio e Dr. Aristides Lobo, os quaes resolveram enviar instrucções e emissarios para os republicanos de S. Paulo, pedindolhes o concurso que pudessem prestar ao movimento que estava imminente.

Na tarde de 14 celebraram os militares mais uma conferencia sob a presidencia do Dr. Benjamin, com o fim de avaliarem os meios de acção de que dispunham. N'essa occasião o major Frederico Solon que, juntamente com o capitão Adolpho Menna Barreto, o tenente Sebastião Bandeira e outros, já havia

consideravelmente influido na preparação do movimento revolucionario, communicou á reunião que recebera ordem superior para ir no dia immediato aquartellar o seu regimento na Escola Militar da Praia Vermelha (a quasi duas leguas distante dos outros corpos da 2ª brigada). « E' indispensavel, disse-lhe o Dr. Benjamin, adiar, sob um pretexto qualquer, a execução d'esta ordem, ainda que seja por espaço de 24 horas! »

Perguntando-se ao coronel Candido Costa quaes os meios de acção que elle poderia trazer, respondeu:

«Actualmente, como sabem, não tenho commando algum; mas peço para mim o logar mais arriscado.»

Na noite do mesmo dia 14, ás 10 horas, o general Almeida Barreto, convidado pelo Dr. Benjamin, teve uma entrevista com o general Deodoro em casa d'este, e ahi, esquecendo uma pequena divergencia antiga que o separava de seu velho camarada, garantio-lhe todo o seu apoio.

Na imprensa, era do Diario de Noticias de onde vinham os mais terriveis golpes contra a monarchia, verdadeiras centelhas electricas destinadas a provocar a explosão da mina de indignação militar. Os Srs. Ruy Barbosa e Aristides Lobo tratavam da questão política. O tenente-coronel de engenheiros Jacques Ourique discutia a questão militar propriamente dita pondo em relevo a perfidia do governo. O capitão de artilharia Antonio Vicente do Espirito

consideravelmente influido na preparação do movimento revolucionario, communicou á reunião que recebera ordem superior para ir no dia immediato aquartellar o seu regimento na Escola Militar da Praia Vermelha (a quasi duas leguas distante dos outros corpos da 2ª brigada). « E' indispensavel, disse-lhe o Dr. Benjamin, adiar, sob um pretexto qualquer, a execução d'esta ordem, ainda que seja por espaço de 24 horas! »

Perguntando-se ao coronel Candido Costa quaes os meios de acção que elle poderia trazer, respondeu:

«Actualmente, como sabem, não tenho commando algum; mas peço para mim o logar mais arriscado.»

Na noite do mesmo dia 14, ás 10 horas, o general Almeida Barreto, convidado pelo Dr. Benjamin, teve uma entrevista com o general Deodoro em casa d'este, e ahi, esquecendo uma pequena divergencia antiga que o separava de seu velho camarada, garantio-lhe todo o seu apoio.

Na imprensa, era do Diario de Noticias de onde vinham os mais terriveis golpes contra a monarchia, verdadeiras centelhas electricas destinadas a provocar a explosão da mina de indignação militar. Os Srs. Ruy Barbosa e Aristides Lobo tratavam da questão política. O tenente-coronel de engenheiros Jacques Ourique discutia a questão militar propriamente dita pondo em relevo a perfidia do governo. O capitão de artilharia Antonio Vicente do Espirito

Santo aconselhava abertamente a rebellião. Na folha de 9 de Novembro (na manhã do baile da Ilha Fiscal e da reunião do Club Militar) exclamava este ultimo: «Camaradas, o momento é supremo! O Sr. presidente do conselho pretende aniquilar o exercito. Estamos sob a pressão de um dictador ousado e ambicioso!»

A 11, Ruy Barbosa, em artigo de fundo, dizia: « O exercito foi posto fóra da lei, como a lei foi posta fóra da administração. Só ha uma realidade, a vontade dos ministros ao serviço da conspiração do terceiro reinado ».

N'esse mesmo dia o capitão Espirito Santo termina o seu artigo com esta apostrophe saturada de patriotismo: «Tyranno presidente do conselho, a oppressão é um crime! a usurpação do governo é um crime de alta traição! Camaradas, álerta em defesa da patria!»

Chega a manhã de 14, aurora da revolução. Tudo, até o acaso e a Providencia se revoltavam contra a monarchia. N'essa manhã appareceu no Paiz uma poesia inedita, que um grande philosopho republicano brasileiro, Tobias Barreto, havia, poucos annos antes de sua morte, feito e dedicado ao general Deodoro por occasião de seu anniversario natalicio, e que, por um acaso realmente providencial, foi na vespera da revolução encontrada no espolio litterario do auctor, vindo assim a ser publicada na occasião mais propicia.

Eis aqui esse precioso contingente posthumo do patriotismo do illustre poeta sergipano!

Ao marechal Manoel Deodoro da Fonseca

Entre os actores do drama, Do vasto drama da historia, Sobre o palco das batalhas Que illumina o sol da gloria.

E' bello o papel d'aquelles, Dos poucos que são felizes, Em mostrar nos peitos nobres O brazão das cicatrizes.

Vós sois do numero d'esses, Que, em prol da patria adorada, Abrem caminho ás estrellas Com a ponta da sua espada:

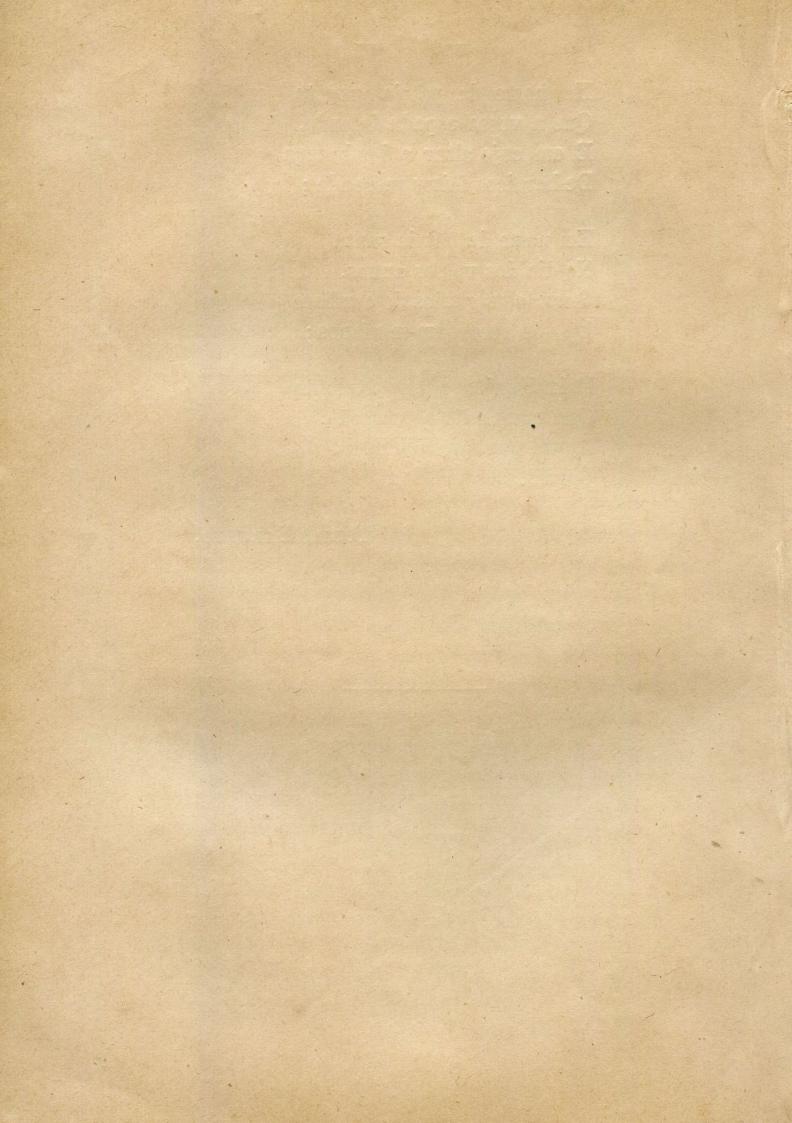
Gladio ardente, que envolvido Da guerra nas nuvens pretas, Percorre a orbita immensa Mais depressa que os cometas.

Vós sois do numero d'esses, Que dizem ao raio: — Vamos! E a victoria com seus anjos Responde rindo: aqui'stamos! Em nome da patria augusta Qne a vossa espada defende, E em cujo altar a lembrança De heroicos feitos rescende;

Em nome da patria santa No dia dos vossos annos, Quando os genios do combate De vós recordam-se ufanos;

Deixai qu'eu pague o tributo Que mais falla ao coração, Aguia sem rapacidade, Grande heróe sem ambição!

TOBIAS BARRETO.



TERCETRA PARTE

A jornada de 15 de Novembro.—A noite da vespera.—O major Solon.—Aprestos para a luta de ambos os lados.—O movimento p sychologico.—Ferimento do ministro da marinha.—Ordens fratricidas do presidente de conselho.—Patriotica resolução do general Almeida Barreto.—Exemplo de coragem civica do tenente Felippe Camara.—Ultima cartada do presidente do conselho.—Resposta patriotica do general Floriano Peixoto.—Acclamações populares em favor da republica.

Ao cahir da noite do dia 14 o major Frederico Solon estando muito apprehensivo por causa dos graves inconvenientes, e mesmo do perigo, que podiam resultar do adiamento da execução de um projecto que já devia ser suspeitado pelo governo, sentio-se irresistivelmente impellido a precipitar os acontecimentos.

Com effeito, desde a manhã d'esse dia havia o governo adquirido a convicção de que se achava « sobre um vulcão ». A felicidade dos revoltosos foi a crença em que estava o governo de que o movimento só devia rebentar na noite de 15, quando os ministros estivessem reunidos em sua conferencia semanal, em cuja occasião deviam todos ser presos.

O modo quemais expedido pareceu ao major Solon para antecipar os acontecimentos, foi o espalhar elle mesmo na rua do Ouvidor — coração e ouvidos do Rio de Janeiro — o boato de haver o governo ordenado a prisão do general Deodoro e Dr. Benjamin, esperando por esta fórma reunir os conjurados civis e republicanos que quizess em fazer causa commum com o exercito. Tendo assim lançado o rastilho que devia prender fogo á mina, foi aos quarteis da 2ª brigada, e ahi entendendo-se com os officiaes começaram a apromptar os respectivos corpos.

Logo depois chega ao quartel do 1º regimento o seu commandante, tenente-coronel Telles, o qual, por sua graduação, assumio o commando da brigada emquanto não vinham os chefes da revolução.

Em seguida, concordaram os officiaes em que se mandasse um emissario dizer ao general Floriano Peixoto: « que a 2ª brigada estava prompta a marchar, e que aguardava as suas ordens », querendo, por esta fórma, dar áquelle general uma prova da certeza que tinham de que no momento psychologico elle não abandonaria os seus companheiros.

O general Floriano mandou então chamar á sua presença o commandante Telles para uma conferencia, sempre convencido que se devia procurar uma solução pacifica ao conflicto que estava imminente.

Eram já 2 horas da madrugada, e como não chegassem a um accôrdo, principalmente por causa da presença do ministro da guerra, voltou Telles para collocar-se á testa de sua brigada.

Entretanto, o Dr. Benjamin, depois da conferencia do Club Naval, na noite de 14, e da entrevista

que em seguida teve com o general Deodoro em casa d'este, havia se retirado para a sua residencia deixando o general no leito procurando combater um fortissimo ataque de dyspnéa por meio de causticos energicos.

Do lado do governo passavam-se as cousas assim: O mesmo boato de prisão contra o general Deodoro e Dr. Benjamin e os preparativos da 2ª brigada deram o alarma no acampamento imperial. Um habil chefe de policia, Dr. Basson Osorio, havia tudo presentido, e estava tomando as medidas que o caso exigia. Avisados por elle, cerca de 11 horas da noite, os ministros dirigiram-se successivamente para a repartição da policia, arsenal de guerra e arsenal de marinha. Foi n'este ultimo logar que estiveram quasi todos reunidos pouco antes de alvorecer o dia 15.

Do arsenal de marinha foram todos para o quartel-general do exercito (ministerio da guerra), que tem um grande pateo no interior e a frente para o Campo da Acclamação.

N'este pateo e na frente do quartel-general formaram as forças com que o governo contava, cerca de 2.000 homens, inclusive soldados de marinha.

A's 4 horas da madrugada, os officiaes da 2ª brigada, depois de ouvirem a exposição que o commandante Telles fizera de sua entrevista com o general Floriano, dizendo-lhes que este aconselhava-lhes a maior prudencia, resolveram elles mandar chamar o general Deodoro e o Dr. Benjamin para commandal-os.

Este ultimo já estava dormindo quando recebeu o chamado de seus companheiros. Levantando-se immediatamente e sabendo que a 2ª brigada estava prompta para combater, disse com voz firme ao seu cunhado, tenente Bittencourt Costa, e ao irmão, major Marciano Botelho de Magalhães: « E' chegado o momento de cumprirmos o nosso dever! » — e mandou o cunhado avisar ao general Deodoro, e o irmão buscar os alumnos da Escola Militar da Praia Vermelha. Em seguida, a propria esposa ajudou-o a vestir-se, tendo o cuidado de dar-lhe o sobretudo afim de encobrir o uniforme militar, e um chapéu alto para substituir o bonet, que elle levava na mão embrulhado em um jornal. Ao despedir-se, recommendou-lhe ainda a previdente senhora que se o interrogassem em caminho, respondesse « que era medico e que ia visitar um doente. » Metteu-se depois em um carro e seguio para a 2ª brigada, que estava aquartellada em S. Christovão (1).

Quando lá chegou e avistou o commandante do 1º regimento, exclamou com alegria: « Ora, graças a Deus, que chegou o dia em que havemos de mostrar que o exercito tem dignidade. » E dirigindo-se aos officiaes, que o vieram rodear, disse-lhes: « Meus

⁽¹⁾ Um dos auxiliares do Dr. Benjamin, o major Serzedello, avisado tambem do movimento, correu á sua casa para fardar-se e, em caminho, acordou seu amigo engenheiro José Napoles Telles de Menezes (ex-capitão do exercito) afim de, por seu intermedio attrahir ao campo da luta os republicanos da freguezia em que, aquelle engenheiro era figura saliente.

senhores, preparemo-nos para vencer ou morrer; mas guardemos o ultimo cartuxo para fazermos saltar os miolos, caso sejamos infelizes na luta contra este governo infame! »

O Dr. Benjamin estava seriamente compenetrado da realidade da acção que ia travar-se.

Marchando a cavallo no meio de um estadomaior espontaneamente formado por alumnos e officiaes da Escola Superior de Guerra e outros, entre os quaes o tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca (irmão do general Deodoro), elle rompeu o silencio para dizer ao major Serzedello, que vinha a seu lado: « Um pensamento me acabrunha, é quando penso que estes rapazes que agora me acompanham cheios de vida, vão, talvez, se sacrificar d'aqui a poucos instantes. »

N'esse interim havia o emissario do Dr. Benjamin chegado á casa do general Deodoro, que tinha passado uma noite de horriveis soffrimentos. Ouvindo o seu parente, tenente Augusto Cincinato de Araujo, que fora « fazer-lhe quarto » dizer que a 2ª brigada estava em armas e que o esperava para commandal-a, exclamou o general admirado:

« E' mentira! Isso é uma cilada do governo! » Mas quando o tenente Cincinato lhe disse que o portador da noticia era o cunhado do Dr. Benjamin, respondeu o general immediatamente: «Então, apromptemo-nos e partamos! » E com a rapidez de um homem inteiramente são, levantou-se, fardou-se de pequeno uniforme, metteu elle mesmo os arreios de

sua montaria em um sacco de lona, um revólver no bolso (não cingio a espada por não poder supportar-lhe o peso, nem pressão sobre o ventre), entrou com o tenente Cincinato no carro que mandara buscar e o mandou seguir em direcção da brigada revoltada.

Encontrando-a já em marcha, e achando bôa a disposição de combate tomada pelo commandante Telles, acompanhou-a ainda de carro até perto do campo da Acclamação. Ahi montou á cavallo, e desembocando no campo mandou o tenente-coronel Telles postar toda a força parallelamente ao quartel general e formando martello no flanco direito. O effectivo d'esta gente orçava em 1.000 homens, mais ou menos. Era chegado o momento psychologico.

Estava isto feito quando appareceu n'aquelle flanco um carro de ministro dirigindo-se para o quartel-general. Vendo-o e reconhencendo o ministro que ahi vinha, exclamou o general Deodoro para o seu estado-maior: « E' o Jozé da Costa (1); prendam-n'o! » Era, com effeito, o ministro da marinha que vinha reunir-se aos seus collegas, e que se havia demorado por causa das ordens que teve de dar no arsenal de marinha relativamente á luta que estava imminente no campo da Acclamação.

Para cumprir a ordem de prisão dada pelo general Deodoro foram ao encontro do ministro os ajudantes de ordens tenentes Adolpho Peña e Lauro Müller.

⁽¹⁾ José da Costa Azevedo é o nome do barão do Ladario, então ministro da marinha.

Quando elles se approximavam do ministro, já este havia sahido do carro e seguia em procura da porta lateral do quartel-general.

- « Sr. Barão, disse-lhe o tenente Peña, V. Ex. está preso!»
- « O que!? » replicou o barão, e tirando do bolso uma pistola, dá um tiro na direcção do official. Este, por sua vez atira sobre o barão. Nenhum dos tiros pegou. O barão puxa outra pistola e a dispara novamente contra o tenente Peña. N'esse interim o general Deodoro se havia approximado do logar do conflicto, o que fez com que os soldados de seu piquete pensando que o barão havia atirado sobre o seu general, principiassem a atirar contra o barão, ferindo-o em tres logares, e chegando um dos soldados a dar-lhe uma pancada no alto da cabeça com o couçe da arma. Ao ouvir os tiros de seu piquete gritou o general Deodoro: « Não atirem! Não matem este homem! »

O barão, vacillando, foi procurar um abrigo a uma loja que estava proxima, mas já encontrou-a fechada, e cahio sobre a calçada. O tenente Müller, que o havia acompanhado, deu as primeiras providencias para a sua retirada do logar do combate.

Já antes do general Deodoro vir assistir a prisão do barão do Ladario, havia enviado o tenente-coronel Telles ao ministerio para intimal-o a render-se. Apenas aquelle commandante penetrou na sala aonde estavam os ministros e o general Floriano, dirigio-lhe o visconde de Ouro Preto esta pergunta: — « Os

senhores o que querem? » — « A brigada quer a retirada do ministerio », respondeu o commandante Telles. — Sr. ajudante-general, disse então o visconde em tom imperativo ao general Floriano, faça retirar o general Deodoro. Em que caracter vem elle aqui com força armada? Disponha da força que ahi está, Sr. general! »

O general Floriano procurou temporisar indo e vindo da sala dos ministros para a varanda contigua ou percorrendo a cavallo a frente da força estacionada no pateo do quartel-general, fallando ora a um chefe ora a outro, e pedindo informações, tudo isso emquanto não tomava uma resolução de accordo com os seus sentimentos de soldado da nação, como elle mesmo timbrava em qualificar-se nos dias de agitação que precederam a revolução.

Vendo a especie de indecisão do ajudante general, dirigio-se então o primeiro ministro ao general Almeida Barreto, que acabava de ser investido do commando de uma brigada formada ás pressas; e no intuito manifesto de seduzil-o pela ambição, disse-lhe de um modo significativo: « General, ahi está o general Deodoro revoltado contra o governo; faça-o retirar d'aqui; cumpra o seu dever, que eu saberei cumprir o meu.»

— « V. Ex. verá como eu sei cumprir os meus deveres », respondeu o general Barreto dando á sua voz um tom de ironia, e retirou-se para collocar-se á testa de sua brigada, firmemente resolvido anão trahir os seus camaradas.

A temporisação do general Floriano Peixoto, e a inacção do general Barreto impelliram o visconde de Ouro Preto a fazer as mais energicas tentativas para vencer o general rebelde. Dirigio-se de novo ao general Floriano, juntamente com o ministro da guerra (visconde de Maracajú), e ambos ordenaram-lhe positivamente que rechaçasse o general Deodoro. Ao ouvir esta ordem fratricida o joven tenente de cavallaria Felippe Camara, ajudante de ordens do ajudantegeneral e filho do visconde de Pelotas, voltando-se para o ministro sedento de sangue, disse-lhe com vivacidade: «Sr. ministro, V. Ex. já reflectiu bem sobre as ordens que está dando? Ellas podem produzir uma horrivel e inutil carnificina! » — « Este official, disse o primeiro ministro ao seu collega da guerra, este official faltou ao seu dever; cumpra V. Ex. o seu» — insinuando assim a prisão immediata do tenente Camara.

Sendo sómente então informado do cargo que este official exercia junto ao ajudante general, e concluindo d'ahi que tambem este alto funccionario, de quem n'aquelle momento supremo parecia depender o desenlace do conflicto, devia estar animado dos mesmos sentimentos de benevolencia para com os seus camaradas revoltados, sentio cahir a venda dos olhos, e comprehendeu todo o alcance do perigo que corria o governo e, talvez, a propria monarchia.

Julgando-se perdido, atirou a sua ultima carta n'este jogo desesperado, procurando estimular os brios e o amor proprio do general Floriano por todos os meios possiveis. « General — disse-lhe o primeiro

A temporisação do general Floriano Peixoto, e a inacção do general Barreto impelliram o visconde de Ouro Preto a fazer as mais energicas tentativas para vencer o general rebelde. Dirigio-se de novo ao general Floriano, juntamente com o ministro da guerra (visconde de Maracajú), e ambos ordenaram-lhe positivamente que rechaçasse o general Deodoro. Ao ouvir esta ordem fratricida o joven tenente de cavallaria Felippe Camara, ajudante de ordens do ajudantegeneral e filho do visconde de Pelotas, voltando se para o ministro sedento de sangue, disse-lhe com vivacidade: «Sr. ministro, V. Ex. já reflectiu bem sobre as ordens que está dando? Ellas podem produzir uma horrivel e inutil carnificina! » - « Este official, disse o primeiro ministro ao seu collega da guerra, este official faltou ao seu dever; cumpra V. Ex. o seu» — insinuando assim a prisão immediata do tenente Camara.

Sendo sómente então informado do cargo que este official exercia junto ao ajudante general, e concluindo d'ahi que tambem este alto funccionario, de quem n'aquelle momento supremo parecia depender o desenlace do conflicto, devia estar animado dos mesmos sentimentos de benevolencia para com os seus camaradas revoltados, sentio cahir a venda dos olhos, e comprehendeu todo o alcance do perigo que corria o governo e, talvez, a propria monarchia.

Julgando-se perdido, atirou a sua ultima carta n'este jogo desesperado, procurando estimular os brios e o amor proprio do general Floriano por todos os meios possiveis. « General — disse-lhe o primeiro mini tro dando á sua voz e á sua physionomia uma expressão de diabolica malicia—general, já o senhor no Paraguay era um valente e tomava boccas de fogo ao inimigo; faça agora outro tanto tomando aquellas que alli estão» (apontando para as que commandava o general Deodoro). O general Floriano deu n'esta occasião ao ministro anti-patriotico a mais feliz resposta, que o patriotismo podia inspirar: « As boccas de fogo do Paraguay, Sr. ministro—replicou elle - eram inimigas; aquellas que S. Ex. está vendo são brazileiras, e eu sou antes de tudo soldado da nação brazileira. Fique V. Ex. sabendo mais, que estes galões que trago nos punhos foram ganhos nos campos de batalha, e por serviços prestados a nação e não a ministros.»

Esta resposta cathegorica dissipou as ultimas duvidas que podiam ainda existir no espirito do primeiro ministro. Convencido elle proprio que a resistencia era inutil, que as suas ordens de ataque contra o general Deodoro não seriam obedecidas, e ouvindo o ministro da agricultura (Lourenço Cavalcante de Albuquerque, homem honesto mesmo em politica) aconselhar novamente que o ministerio désse a sua demissão, ainda assim o pertinaz visconde interrogou um por um os seus collegas de ministerio, e foi somente depois de optarem unanimemente pela demissão immediata que elle dirigio ao imperador, que estava em Petropolis, o seguinte telegramma:

« Senhor. — O ministerio sitiado no quartelgeneral da guerra, á excepção do Sr. ministro da marinha, que consta estar ferido em uma casa proxima, e deante das declarações dos Srs. generaes visconde de Maracajú. Floriano Peixoto e barão do Rio Apa, de que não inspira confiança a força que têm, não ha possibilidade de resistir com efficacia á intimação de exoneração feita pelo marechal Deodoro, apesar das ordens que para a resistencia se deram, vêm depôr nas mãos de Vossa Magestade o seu pedido de exoneração. »

Já ao romper do dia, e antes que o general Deodoro se apresentasse para intimar ao ministerio a sua demissão, o visconde de Ouro-Preto havia enviado ao monarcha este telegramma: « Dous batalhões revoltados. Venha. » Mas este telegramma não chegou ás mãos do imperador senão juntamente com aquelle outro, ás 10 horas da manhã.

Apenas o general Floriano vio o primeiro ministro redigir o telegramma para o imperador dandolhe parte da deposição do ministerio, foi elle mesmo communicar ao general Deodoro a agradavel noticia e convidal-o para subir até a sala em que se achavam os ministros demissionarios. Ahi chegando, o general dirigio-se directamente ao visconde de Ouro-Preto, e, qual Cromwell ao despedir os membros do Longo Parlamento, censurou-lhe a conducta e a de seus companheiros de ministerio, dizendo-lhes : « V. Ex. e seus collegas estão demittidos por haverem perseguido officiaes do exercito e revelarem o firme proposito em que estavam de abaterem ou mesmo dissolverem o proprio exercito. Os senhores não têm, nem

nunca tiveram patriotismo. Patriotismo tem tido o exercito, e d'isso deu provas exuberantes durante a campanha do Paraguay, onde soffreu vicissitudes de toda especie, a fome e o cansaço, atravessando banhados e expondo sempre a vida em defesa dos direitos da patria...»—« A vida politica, Sr. general, tem tambem os seus dissabores, -respondeu o visconde de Ouro-Preto – e a prova a tenho agora mesmo. V. Ex. me fará justiça um dia. »

O general Deodoro enumerou então, exprobrandolhe em termos severos, todos os casos de perseguição
ou provocação do seu governo contra os officiaes do
exercito, e terminou disendo-lhe, assim como a seu
alter ego no ministerio, o senador Candido de Oliveira,
o qual havia sido um dos autores dos avisos que prohibiam aos officiaes a discussão pela imprensa: « Os
senhores dous ficam presos e serão deportados para a
Europa. »

Tendo, porém, o general Floriano intervindo em favor da liberdade d'elles, foi-lhes concedida a faculdade que aos outros já havia sido dada de retiraremse em paz.

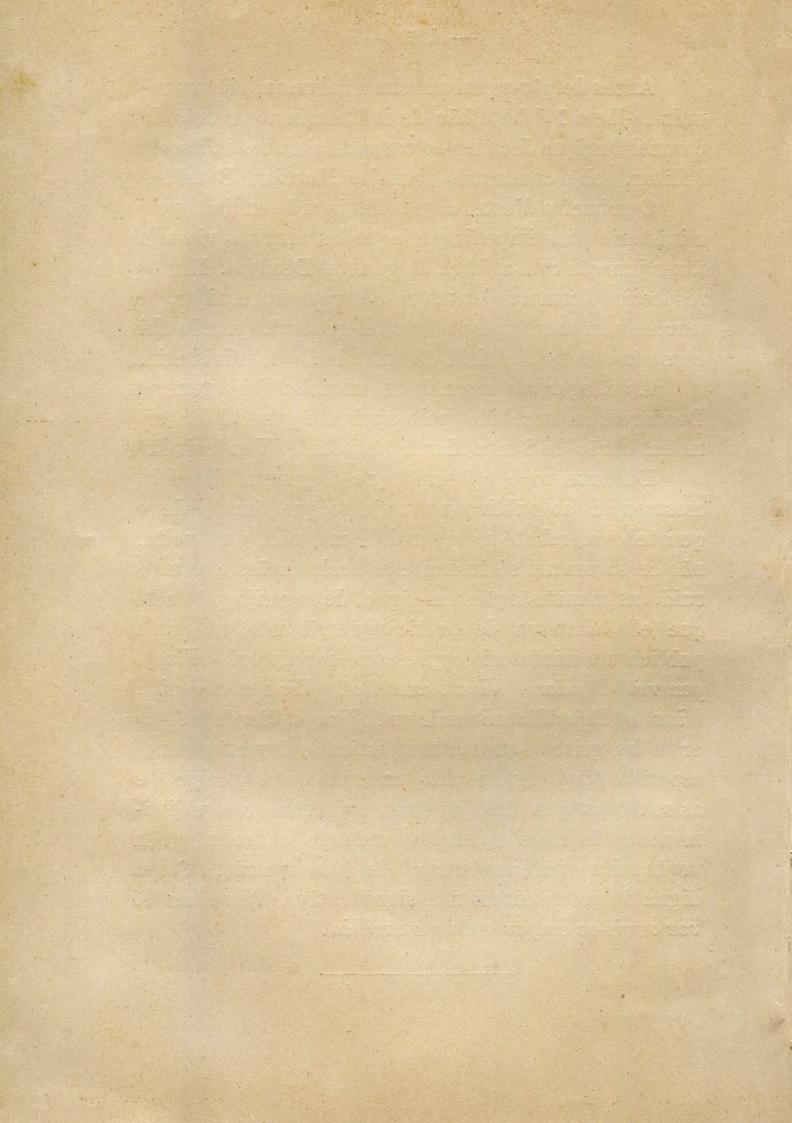
Logo depois da deposição do ministerio e ainda quando os ex-ministros se conservavam no quartelgeneral, o general Deodoro collocou-se á testa de todas as forças da revolução e desfilou pelas ruas mais frequentadas da cidade em direcção ao arsenal de marinha, afim de acabar de certificar-se quanto ás disposições da armada e tambem para sondar o espirito da população civil.

Antes de pôr-se em marcha a columna, vieram reunir-se-lhe o 10° batalhão de infantaria ao mando do coronel Ourique Jacques eo corpo de alumnos da Escola Militar, sob o commando do major Marciano Botelho.

O primeiro d'estes corpos havia sido enviado pelo ministerio para impedir que aquelles alumnos viessem fazer juncção com a força do general Deodoro. Mas os respectivos commandantes resolveram fraternisar, e marchavam todos para o quartel-general, quando ahi receberam a bóa noticia da submissão do ministerio.

Ao chegar ao arsenal de marinha foi o general Deodoro bem recebido pelo ajudante-general da armada, barão de Santa Martha e o chefe Wandenkolk.

Durante todo o tempo que o general Deodoro mostrou-se ao publico no trajecto que fez desde o quartel-general até ao arsenal de marinha, e na volta, não cessaram um só instante as acclamações e as mais ruidosas manifestações em signal de regosijo pelo acto que elle acabava de praticar derribando na praça publica um ministerio oppressor e corruptor. « Viva o general Deodoro! Viva o exercito! Viva a armada! Viva a Republica Brazileira! Viva a liberdade! -- » eram os gritos que enthusiastica e freneticamente repetia o povo agglomerado nas ruas e nas praças, e as senhoras que das janellas agitavam convulsivamente os leques e os lenços, saudando o fundador da verdadeira independencia de sua patria. digna de nota e altamente significativa; Nem uma só voz ouvio-se em favor da monarchia.



No palacio imperial

Chegada do imperador de Petropolis.—Encontro da familia imperial no palacio da cidade. —Projecto de resistencia.—Resolução final de procurar chegar a um accordo—Grande desanimo.—Inercia desesperadora.—O palacio imperial guardado pela tropa.—Proclamação do governo provisorio.—Carta do governo ao monarcha desthronado.—Resposta de D. Pedro.—Na occasião do embarque para o exilio.—Em Lisboa.

Emquanto isso se passava, chegava de Petropolis á estação de S. Francisco Xavier o imperador acompanhado da imperatriz e de uma pequena comitiva. Era 1 hora da tarde.

Na estação estavam tres carros do paço, mas sem o piquete imperial. D'ahi seguio o monarcha para o palacio da cidade passando por Mattaporcos, rua do Riachuelo e praia de Santa Luzia, dando assim uma immensa volta afim de não passar pelo centro da cidade aonde se acclamava o general libertador.

Por seu lado, a princeza imperial e seu esposo, que estavam dirigindo os preparativos para o baile que no dia seguinte iam offerecer aos officiaes chilenos no palacio Isabel, apenas tiveram noticia da revolução e da sua propria victoria deixaram o palacio e foram embarcar com seus tres filhos na enseada de Botafogo, em uma lancha a vapor que o barão do Cattete havia

mandado buscar, e d'ahi seguiram para o palacio da cidade, onde já estavam seus pais. Seus tres filhos pequenos foram primeiramente para um navio de guerra e de lá no mesmo dia para Petropolis.

Depois da chegada do imperador começaram a apparecer-lhe alguns senadores e conselheiros de Estado, que vinham provavelmente offerecer-lhe os seus serviços. Entre as pessõas estranhas á politica, que lá se apresentaram, achava-se o commandante Bannen do Almirante Cochrane. Na opinião do imperador a situação ainda não era critica, tauto que disse áquelle official chileno: « Isto não é nada; amanhã estará tudo acabado; os brasileiros são assim».

Entretanto, as horas se passavam, e não apparecia no palacio imperial o chefe da revolução, a qual parecia ser ainda considerada pela gente do paço como um pronunciamento contra o ministerio e não contra a monarchia. Mais tarde, a medida que o imperador ia suspeitando de querer o general Deodoro desthronal-o para proclamar a republica, foi tambem pensando nos meios de resistir. Para este fim mandou elle chamar o mesmo chefe do ministerio deposto, e o aconselhou a continuar no governo com o apoio da marinha, onde elle julgava ter amigos. Declarando, porém, o visconde de Ouro Preto positivamente que a tarefa era impossivel, D. Pedro resolveu dal-a a um inimigo pessoal do general Deodoro, o senador Silveira Martins, homem conhecido por seu caracter violento, autoritario e o inventor da maxima politica: O poder é o poder.

Estando ausente aquelle senador, e tendo o imperador se convencido que ninguem acceitaria a louca incumbencia de tentar arrebatar o poder das mãos do general Deodoro, deu o primeiro passo ao encontro do vencedor, mas ainda o fez disfarçadamente, isto é por intermedio de dois homens cheios de prestigio no seio de seus partidos, o senador liberal Souza Dantas e o senador conservador Manoel Francisco Correia, consentindo que elles fossem procurar o general Deodoro.

Sahiram os dous senadores, e do Hotel do Globo, que fica a poucos passos do palacio imperial, partiram dous filhos do senador Dantas para tomarem informações no centro da agitação e junto de um dos chefes da revolução, que era amigo daquelle senador. A noticia que trouxeram foi que a republica já estava feita e que apenas faltava a formalidade de sua proclamação e a constituição do novo ministerio. Os dous senadores voltaram ás 8 horas da noite ao paço imperial, onde o senador Dantas se encarregou de tudo revelar a D. Pedro. Acompanhado pela princeza imperial, entrou na sala em que se achava o imperador só e sentado em uma poltrona de braços. — « Papai, disse-lhe a princeza, o Sr. Dantas tem communicações importantes a fazer-lhe». — « Quaes são ellas, Sr. Dantas? » perguntou o velho principe. -« Senhor, disse então o senador com voz clara e pausada, a revolução está triumphante. Os revolucionarios estão de posse de tudo: dos arsenaes, das fortalezas, dos navios e telegraphos. A republica está feita; o general Deodoro

vai proclamal-a». — «Mas como sabe o senhor disto? perguntou o imperador com muita vivacidade - como o sabe? como o sabe?» — « Senhor, eu não posso dizer a Vossa Magestade por quem o sei; mas garanto a Vossa Magestade que é esta a verdade. A revolução está triumphante; eu me responsabiliso por esta noticia.» A entoação da voz do senador Dantas e a segurança com que se expressava deram ao imperador a certeza do facto, e elle revelou esta convicção deixando cahir bruscamente a cabeça sobre o peito e as mãos sobre os braços da poltrona. Nesta posição ficou elle durante alguns minutos. « Bem! - disse levantando-se subitamente e principiando a passear ao longo da sala, visivelmente agitado — isto passará; no começo do meu reinado tive tambem destas difficuldades ».

O senador Dantas deixou-o então só com a princeza e retirou-se para a sala vizinha, onde se achavam alguns conselheiros de Estado e outras pessõas.

Pouco tempo depois tambem appareceu alli o homem politico de mais prestigio n'aquella occasião, o senador Saraiva, com quem o monarcha teve uma pequena conferencia, cujo objecto ainda é desconhecido.

D. Pedro parecia esperar pelos acontecimentos, e nesta disposição de espirito tornou-se de uma inercia desesperadora para os mais interessados na conservação do throno, a princeza imperial e seu marido, que desejavam que o imperador reunisse, para deliberarem, os membros do conselho de Estado alli presentes.

Nessa occasião já o general Deodoro havia ordenado que o palacio fosse guardado por soldados e sentinellas em todas as portas, só podendo nelle penetrar quem para isso fosse especialmente autorisado. (1)

Antes de dar-se esta ordem apresentou-se ao Conde d'Eu um amigo dos tempos do Paraguay, o capitão reformado Arminio Guaraná, que naquella campanha servio de ajudante de ordens do Conde. Ao avistal-o, perguntou-lhe este:—Guaraná, quem é a alma deste movimento?

- O Deodoro e o Benjamin, respondeu-lhe o capitão Guaraná.
- —Eu quizera ter uma entrevista com o Deodoro, disse o Conde, e já quiz mesmo escrever-lhe; mas a princeza pensa que seria uma humilhação desnecessaria.
- Sr. Conde, disse o capitão, eu vou vêr se posso proporcionar a Vossa Alteza essa entrevista, e retirouse. Quando voltou para dizer-lhe que era impossivel o encontro desejado, já não pôde chegar até ao principe por causa das ordens que prohibiam a entrada no palacio.

Eram já 11 horas, quando a princeza, insistindo, conseguio que seu pai reunisse em conselho os conselheiros de Estado que se achavam no palacio. Nessa

⁽I) A guarda do imperador e da familia imperial foi confiada ao capitão Bento Thomaz Gonçalves.

reunião foi immediatamente decidido que uma nova tentativa devia ser feita para organisar um ministerio, tendo como chefe o Sr. Saraiva. O marquez de l'aranaguá, amigo deste senador, encarregou-se de ir chamal-o no hotel em que morava, no morro de Santa Thereza. Não encontrando mais na estação da ferrocarril conducção para aquelle logar, subio a pé a montanha, acompanhado de dous filhos. A's 2 horas da madrugada appareceu o Sr. Saraiva pela segunda vez no palacio imperial.

Apenas o imperador o avistou, foi ao encontro delle, e tomando-lhe as mãos, disse-lhe, com muito empenho: « Eu o encarrego de organisar um ministerio; dou-lhe carta branca e acceito tudo. »

O senador Saraiva sabia que sem o general Deodoro nada poderia fazer; mas a difficuldade estava em avistar-se com o general. Offereceu-se o capitão Trompowshy para ia entregar-lhe a carta, por meio da qual o Sr. Saraiva convidava-o para uma entrevista.

Tendo conseguido penetrar até o quarto de dormir do general, e dizendo-lhe qual era o objecto de sua missão, o chefe da revolução, depois de ler a carta de que era portador o capitão Trompowsky, respondeu-lhe laconicamente: « E' tarde, a republica já está feita e o novo governo constituido.» E accrescentou: « Os principaes culpados de tudo isso, isto é aquelles que me obrigaram a mudar a fórma de governo são o conde d'Eu e o visconde de Ouro Preto;

este, porque perseguia o exercito, aquelle porque consentia n'essa perseguição. (1)

Na tarde do mesmo dia 15, foi cumprida na camara municipal a formalidade da lei que manda que a forma de governo da nação seja proclamada pelo vereador mais moderno. (2)

Na manhã seguinte publicaram os jornaes esta proclamação, que o governo provisorio da republica dirigia ao paiz:

« Concidadãos :

O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita communhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas provincias, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial e consequentemente a extincção do systema monarchico-representativo.

Como resultado immediato d'esta revolução nacional, de caracter essencialmente patriotico, acaba de ser instituido um governo provisorio, cuja principal missão é garantir com a ordem publica a liberdade e os direitos dos cidadãos.

⁽¹⁾ A imperatriz, com o instincto caracteristico da mulher, jà tinha algum tempo antes adivinhado que a republica se faria mais cedo ou mais tarde, e ainda em vida do imperador. Com effeito, em Petropolis, durante os conflictos provocados pelo ministerio Ouro Preto, havia ella dito em mais de uma occasião: « Nós ainda havemos de ter a republica por causa de *Isabella* » (é a sim que ella chamava a sua filha, a princeza D. Isabel); e quando no dia 15 de novembro ella viu a revolução victoriosa, disse ao mesmo veador: « Eu não lhe dizia, Sr..., que nós ainda teriamos a republica por causa de *Izabella*!»

⁽²⁾ José Carlos do Patrocinio, jornalista e antigo chefe do movimento abolicionista da escravidão.

Para comporem esse governo, emquanto a nação soberana, pelos seus orgãos competentes, não proceder a escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assignados.

Concidadãos!

O governo provisorio, simples agente temporario da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.

No uso das attribuições e faculdades extraordinarias de que se acha investido, para a defesa da integridade da patria e da ordem publica, o governo provisorio por todos os meios ao seu alcance, promette e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionaes e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuaes e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da patria e pela legitima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo exercito e pela armada nacional.

Concidadãos!

As funcções da justiça ordinaria, bem como as funcções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos orgãos até aqui existentes, com relação aos actos na plenitude dos seus effeitos; com relação ás pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funccionario.

Fica, porém, abolida desde já a vitaliciedade do senado e bem assim abolido o conselho de Estado. Fica dissolvida a camara dos deputados.

Concidadãos!

O governo provisorio reconhece e acata todos os compromissos nacionaes, contrahidos durante o regimen anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, os contractos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca — chefe do governo provisorio.

Aristides da Silveira Lobo — ministro do interior.

Ruy Barbosa — ministro da fazenda e interinamente da justiça.

Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães — ministro da guerra.

Chefe de esquadra Eduardo Wandenkolk — ministro da marinha.

Quintino Bocayuva — ministro das relações exteriores e interinamente da agricultura, commercio e obras publicas.»

Participando ao imperador a sua deposição e marcando o prazo de 24 horas (que foi elevado a 48) para que elle e sua familia embarcassem para a Europa, em um vapor que seria expressamente posto á sua disposição, escreveu-lhe o general Deodoro:

« Senhor.— Os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas disputados agora pela mais nobre reacção do caracter nacional

contra o systema de violação, de corrupção, de subversão de todas as leis, exercido em um gráo incomparavel pelo ministerio 7 de Junho; a politica systematica de attentados do governo imperial, n'estes ultimos tempos, contra o exercito e a armada, politica odiosa á nação e profundamente repellida por ella; o esbulho dos direitos d'essas duas classes, que em todas as épocas têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra patria; a intenção, manifestada nos actos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolvel-as e aniquilal-as, substituindo-as por elementos de compressão official, que foram sempre, entre nós, objecto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circumstancias conheceis e cujo caracter decisivo certamente podeis avaliar.

Em face d'esta situação, peza-nos dizer-vol-o, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lhe creou a revolução irrevogavel do dia 15, seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos, que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

Obedecendo, pois, ás exigencias urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funcções publicas que acabaes de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisorio espera de vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com a vossa familia, no mais breve termo possivel.

Para esse fim se vos estabelece o praso maximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder.

O transporte vosso e dos vossos para um porto na Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisorio um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessõa e de toda a vossa familia, cuja commodidade e saude serão zelados com o maior desvelo na travessia continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre esse ponto se pronuncie a proxima Assembléa Constituinte.

Estão dadas todas as ordens, afim de que se cumpra esta deliberação.

O paiz conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador, em 7 de Abril de 1831.

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. – Manoel Deodoro da Fonseca. »

D. Pedro deu a seguinte resposta:

« A' vista da representação que me foi entregue hoje, ás 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao imperio das circumstancias, partir com toda a minha familia para a Europa, amanhã, deixando esta patria de nós estremecida, á qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quasi meio seculo, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado. Ausentando-me, pois, eu

com todas as pessõas de minha familia, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

« Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889.— D. Pedro de Alcantara. »

N'essa mesma noite mandou o governo provisorio communicar a D. Pedro que tinha resolvido fazer-lhe doação da quantia de cinco mil contos de réis (cerca de doze milhões de francos) para o seu estabelecimento na Europa, podendo elle e sua familia dispôr dos seus bens, exi tentes no paiz, pela fórma que mais conveniente lhe parecesse.

O imperador, que havia acceitado a doação da quantia acima indicada, o que provocou da parte do Conde d'Eu a manifestação de um grande contentamento, mandou, entretanto, dizer de Lisbôa que a rejeitava « porque o governo provisorió não tinha poder legal para a fazer. » E' provavel que assim tivesse procedido por temer que a acceitação d'aquella somma, dada pelo governo da republica, implicasse de sua parte o reconhecimento do novo regimen, e, portanto, a perda voluntaria de seus direitos magestaticos.

O governo provisorio ao receber a communicação da resolução de D. Pedro, annullou não só o seu acto relativo á doação, como tambem o que promettia a continuação do pagamento da lista civil até a reunião do congresso constituinte.

Foi na occasião em que a familia imperial teve de deixar o palacio, afim de ir embarcar, que fez explosão o intenso pezar que a affligia por ter de separar-se do throno e das grandezas que lhe são inherentes

O embarque devia ter logar na madrugada de 17 (Domingo). O governo havia assim decidido, afim de evitar a exhibição em publico de scenas desagradaveis, tanto para o governo como para a familia imperial. Tambem era de bôa politica não offerecer ensejo para a execução de algum plano, concebido com o fim de commover os brasileiros, sempre generosos e sensiveis ao infortunio.

O official encarregado da delicadissima operação do embarque, operação que exigia a um tempo tacto, educação, intelligencia e energia, foi o coronel Mallet, o mesmo que poucas semanas antes havia sido demittido a bem do serviço publico, do logar de director da Escola Militar do Ceará.

Quando o coronel Mallet chegou ao palacio imperial e convidou os principes a descerem para tomar assento no carro que os devia conduzir ao cáes de embarque, rompeu a princeza D. Isabel em pranto e, dirigindo-se ao coronel Mallet, pegou-o pelo braço e disse-lhe entre soluços: « Sr. Mallet, que é isto? Os senhores estão doudos? Que lhes fizemos nós? Nós não tivemos nenhuma parte nos actos do ministerio Ouro Preto. Só soubemos do embarque do batalhão 22º depois de ter elle partido, e pela leitura dos jornaes... Sr. Mallet, é aqui que tenho minhas affeições! Os senhores estão doudos? Hão de arrepender-se!...»

O coronel Mallet vio-se em serias difficuldades, porque estas lamentações tomavam-lhe um tempo precioso. Desembaraçou-se afinal como pôde da princeza e dirigio-se para o seu marido, o qual se mostrou mais razoavel e resignado.

O conde d'Eu convidou pessoalmente o imperador a deixar o palacio, e até indicou-lhe uma escada por onde podiam encurtar o caminho. Mas D. Pedro não podia resignar-se a abandonar o logar que durante meio seculo foi para elle a séde da omnipotencia terrestre, e por isso procurou ganhar tempo, obedecendo, talvez, a um plano secreto de salvação, imaginado em desespero de causa.

- Sr. Mallet, disse elle, então os senhores querem que embarquemos de noite?
 - Sim, senhor.
- E porque? Os senhores estão doudos? Quem nos manda embarcar?
- Senhor eu cumpro as ordens que recebi do governo.
 - Que governo?
- O governo provisorio, reunido no quartel-general.
- Onde está o Deodoro? Está no quartel general?
 - Está, sim, senhor.
- Mas que idéa é esta de embarcar de noite? Somos alguns malfeitores? Que mal lhes fizemos nós? Estão doudos! Estão todos doudos!
- Senhor, o dia está a apparecer e eu peço a Vossa Magestade para irmos para bordo.

- Mas embarcar de noite, Sr. Mallet? Não vou. Não sou nenhum fugido; retirar-me-hei do Brazil, porém de dia. Porque embarcar de noite?
- Para evitar algum desacato á pessõa de Vossa Magestade, disse afinal o coronel Mallet, muito contente por haver achado uma resposta para as inesperadas perguntas que lhe fazia o imperador.
 - Quem poderá desacatar-me, Sr. Mallet?
 - Algum leviano, .. um estudante... um...
- Qual estudante, Sr. Mallet? Quem é que faz caso de estudante?

O coronel Mallet já não sabia como responder a tantas perguntas repetidas. Em tão critica situação voltou-se para o barão de Jaceguay (official general da marinha reformado e dedicado ao imperador), e deulhe a entender que precisava de seu auxilio para decidir D. Pedro a embarcar. O barão, comprehendendo bem toda a situação, approximou-se de seu velho amigo, e disse-lhe com voz supplicante: « Meu Senhor, tenha Vossa Magestade paciencia, é preciso partir, é preciso... tenha paciencia... é preciso... é preciso...»

- Não sou nenhum fugido », dizia com insistencia Sua Magestade.
- De certo não é, affirmou o barão, mas a hora indicada parece a mais conveniente. Que quer dizer ficar Vossa Magestade, com sua augusta familia, sujeito á curiosidade banal de toda uma população agglomerada nos telhados, nos cáes e nos morros, para vêr a sua partida? Ou poderão dar-se violentas

manifestações afim de se obstar o embarque — e n'este caso correrá muito sangue — esse sangue brazileiro que Vossa Magestade poupou sempre tanto—sendo talvez victimas pessõas da sua affeição; ou então só apparecerão a indifferença e o pouco caso, e o seu coração ficará pungentemente ferido, ao presenciar tanto abandono e tamanho desapêgo.

O imperador, deixando cahir a cabeça sobre o peito, disse afinal com os olhos a meio cerrados e depois de uma pausa: — O Sr. tem razão; eu parto. E dando o braço á princeza D. Isabel, e o Conde d'Eu á imperatriz, desceram todos as escadas do palacio seguidos do duque D. Pedro de Saxe, neto do imperador, e de outras pessõas da comitiva imperial ou que alli se achavam, fazendo-lhes companhia.

No momento da partida Sua Magestade a Imperatriz chorava convuisamente. « Resignação, minha senhora», aconselhou o barão de Jaceguay. «Tenho-a, e muito, respondeu ella; mas a resignação não impede as lagrimas. E como deixar de vertel as, ao sahir desta minha terra que nunca mais hei-de ver?» E beijou muitas vezes as poucas senhoras que alli estavam, no rosto e no collo. O imperador fazia um grande esforço para dominar a emoção que o suffocava.

Os principes, com excepção do Conde d'eu, foram todos no mesmo carro (carro de praça); o Conde d'Eu, a comitiva e o coronel Mallet transpuzeram a pé a pequena distancia que separa o palacio imperial do caes de embarque. D'ahi, em uma lancha a vapor, foram para bordo da corveta de guerra *Parnahyba*.

Ao chegar a lancha junto da corveta houve uma nova e prolongada demora da parte do imperador em galgar a escada do navio. Houve mesm um momento, já quasi dia claro, em que o coronel Mallet vio todos os seus esforços perdidos, já pela prerspectiva de effectuar-se o embarque da familia imperial em pleno dia, já pela possibilidade de cahir o imperador ao mar, na occasião de passar da lancha a vapor para a escada da Parnalyba.

Estas angustias, que soffria o official moralmente responsonsavel pelo bom desempenho da missão que havia recebido do governo da republica, foram augmentadas pelas exclamações e supplicas que em alta voz fazia a princeza imperial, ao ver o pai embaraçado para subir pela escada do navio. «Sr. Mallet, Sr. Mallet, gritava a princeza, não deixe meu pai cahir ao mar! » — « Cuidado, Sr. Mallet muito cuidado com meu pai!—Não o deixe cahir ao mar! » E assim muitas vezes repetidas.

Afinal, ajudado pelo proprio coronel Mallet e pelos alumnos militares que haviam acompanhado este official, pôde o imperador passar para a corveta. « Experimentei um grande allivio— disse aquelle coronel ao autor d'esta brochura—quando vi o imperador no convez da Parnahyba!»

Erajá quasi dia claro. A's 9 horas da manhã chegaram de Petropolis os tres filhos dos condes d'Eu e foram reunir-se á familia imperial. A corveta Parnahyba conduziu todos elles para bordo do paquete nacional Alagôas, que os esperava fóra da barra. Uma

vez a bordo, partiu o paquete com destino à Europa sendo escoltado até o equador pelo encouraçado Riachuelo, commandado pelo capitão-tenente Alexandrino de Alencar, official que inspirava toda a confiança.

Dous officiaes de marinha foram encarregados de acompanhar, a bordo do Alagôas, a familia exilada.

A viagem fez-se com felicidade para todos, com excepção para o joven duque de Saxe. Este moço, que conta cerca de 24 annos de idade, ao ter noticia da victoria da revolução, soffreu uma tão violenta commoção, que alteraram-se-lhe as faculdades mentaes. Manifestava a mania da perseguição. A bordo do Alagôas tentou elle asphyxiar o commandante, apertando-lhe a garganta na occasião em que elle conversava com o imperador, no tombadilho do vapor.

Em Lisbôa teve D. Pedro uma recepção regia, indo o proprio rei de Portugal, D. Carlos I (sobrinho do imperador), buscal-o a bordo com todas as honras devidas a um soberano estrangeiro.

O primeiro decreto publicado pelo governo provisorio foi para proclamar a Republica Federativa como a nova fórma de governo da nação, ficando as provincias constituindo outros tantos Estados independentes.

Por um segundo decreto foram banidos do territorio nacional D. Pedro de Alcantara e sua familia.

CONCLUSÃO

Terra americana é terra republicana—Quos vult perdere Jupiter dementat prius—0 fim occulto do imperador——Adhesão unanime da nação——Patriotismo do arcebispo da Bahia e seu clero——Caracter divino da revolução——«Juste retour des choses d'ici bas»——Deodoro e Washington, Benjamin Constant e Benjamin Franklin.

A implantação da republica no Brazil era uma cousa fatal, um acontecimento inevitavel, uma questão de tempo. « A America, disse Alexandre de Tocqueville, é a terra da democracia. » Em outros termos: terra americana é terra republicana.

A monarchia constitucional ou essa forma mixta de governo entre a monarchia absoluta, governo de um só, e a republica, governo do povo; essa fórma de governo inventada para conciliar os interesses individuaes do monarcha com os da nação que elle governa, nunca passou, nem passará jámais, de uma tentativa vã; porque é da natureza humana que o interesse proprio prime o interesse alheio; e como na monarchia, qualquer que seja a sua fórma organica, o poder real, tangivel, em acção, está sempre com o monarcha, é sempre o interesse d'este que prevalecerá. A philosophia o diz e a historia o confirma.

Tocqueville exprime bem esta verdade, chamando « chimera » essa invenção dos publicistas; « porque, diz elle, um dos dous elementos, aristocratico ou popular, ha de predominar necessariamente. »

No Brazil D. Pedro II forneceu á historia as mais eloquentes provas de que no tal governo monarchico-constitucional-representativo o elemento predominante é sempre o do soberano, isto é o interesse individual, que, na phrase de J. Garnier, preside aos destinos da familia.

D. Pedro sabia-o e sentia o perfeitamente. Para conservar a corôa do Brazil em sua dynastia, elle empregou a politica mais de accôrdo com a sua natureza de homem; e teria certamente, como Augusto, conseguido lançar as bases para manter de pé durante muitos seculos « essa arvore sem raizes », como foi o imperio romano, se Deus, compadecendo-se do povo brazileiro, não tive-se tirado o juizo ao monarcha perjuro: Quos vult perdere Jupiter, dementat prius.

Se, na verdade, o imperador tivesse impedido a continuação da perseguição do exercito—a unica força do paiz que elle não pôde destruir—a monarchia ainda estaria imperando no Brasil.

Para D. Pedro governar os brazileiros consistia em enganal-os; por isso, tendo no fim de quasi meio seculo de reinado, «que elle consumiu em dar ao Brazil máos governos», resolvido abdicar para assegurar em vida a transmissão do throno sua filha impopular, recorreu mais uma vez á astucia, fingindo se incapaz de governar.

O seu fim occulto, depois da congestão hepatica que teve, era habituar os seus subditos ao governo da filha, a qual para este fim já tomava todas as exterioridades de uma soberana, emquanto elle apenas figurava ao lado d'ella nos actos officiaes. D'esta fórma, o reinado da monarchia continuaria de direito sob o imperador, mas de facto sob a direcção da futura imperatriz. Acostumados os brazileiros a ver a princeza governar, quando seu pai viesse a morrer, ou quando lhe aprouvesse abdicar a corôa, a investidura do poder magestatico não passaria de uma formalidade banal.

Muita gente, pois, acreditava, como o general Deodoro, que o imperador já não regulava; e esta crença era, ora mantida pela opposição quando lançava sobre a princeza a responsabilidade dos actos governamentaes, ora combatida pelos jornaes ministeriaes, e até o foi por toda a camara dos deputados, quando, em certa occasião, um membro da minoria interpellou o governo a respeito do estado de saude do imperador. E assim se mantinha calculadamente, astuciosamente, a duvida.

A verdade, porém, é que o monarcha estava e ainda está no mais perfeito uso e goso de suas faculdades mentaes. A sua conducta em presença dos acontecimentos de 15 de Novembro, absolutamente identica á que elle observava sempre em occasião de crise, isto é primeiramente conservando-se inerte á espera dos acontecimentos, depois querendo agir com energia; a sua phrase ao Sr. Saraiva na noite da

revolução: « O Sr. tem carta branca, acceito tudo »; a tentativa que fez para embarcar de dia claro e aos olhos d'aquelles de quem esperava soccorro: tudo isso prova de uma maneira evidente que o homem conhecia perfeitamente a situação em que se achava, e sabia que sómente por meio de muito artificio podia salvar a sua corôa. Nem mesmo uma certa diminuição da energia moral, que sempre o caracterisou, manifestou-se jámais por algum acto positivo e formal. A propria perseguição do exercito-que foi o principal facto que actuou no espirito do general Deodoro, fazendolne crer que a razão do imperador estava realmente enfraquecida - é um acto profundamente caracteristico d'essa politica imperial romana de que D. Pedro era um fiel imitador no Brasil, d'essa politica de Augusto, o qual, depois de submetter-se, no principio do seu reinado, a verdadeiras imposições dos officiaes de seu exercito (por exemplo quando, a chamado d'elles, elle comparecia à sua barra para justificar-se de accusações que lhe faziam), acabou por dominal-os e submettel-os por tal fórma que os mandava « presos e desarmados para a guarda da frente», o que era a maior humilhação que podia infligir-lhes (1).

Essa perseguição dos militares, continuada pelo visconde de Ouro Preto, era a condição da submissão do exercito, que elle, no interesse da monarchia, procurava conseguir; era « essa guerra que tres annos antes o deputado Andrade Figueira declarou

⁽¹⁾ Toulotte-Histoires des Empereurs.

que ia começar; era, em uma palavra, a continuação da questão militar que, na phrase do Sr. Affonso Celso Junior (filho do Visconde de Ouro Preto), ainda não estava morta. »

A mudança do governo effectua da nacapital do paiz teve uma immensa repercussão nas provincias, acompanhada de demonstrações da mais intensa alegria. Em todas ellas os presidentes passaram immediatamente a admnistração ao representante mais graduado do exercito ou a uma junta civil ou mixta acclamada pelo povo; e de todas vinham successivamente telegrammas annunciando ao governo provisorio que as populações haviam unanimemente adherido á nova ordem de cousas. Em toda a superficie do paiz, como havia succedido na capital, não se levantou uma só voz em favor da monarchia ou um só protesto contra o estabelecimento da republica. Mas de todas as manifestações de assentimento á queda do throno a mais agradavel para as almas verdadeiramente patrioticas foi a do venerando primaz do Brazil, que enviou ao governo provisorio este telegramma: « O arcebispo da Bahia com o seu clero saúdam na pessôa do general Deodoro o novo regimen estabelecido, e imploram as bençãos do céo sobre os esforços dos filhos de Santa-Cruz, pela prosperidade e felicidade da mesma. (Assignado) D. Luiz, arcepisbo da Bahia.»

O caracter divino dessa revolução ainda se revela por muitos outros lados; por exemplo, pela ausencia de luta fratricida. A demora do ministro da marinha em chegar ao quartel-general, ou o seu ferimento no momento em que o general Deodoro ia postando a sua gente em frente da do governo, foi um acto verdadeiramente providencial. Dotado de um temperamento impetuoso, altivo, corajoso até a temeridade, se o almirante consegue penetrar no pateo do quartelgeneral onde estavam reunidas as forças do governo, entre as quaes se achavam soldados de marinha, era provavel senão inevitavel um choque entre estas e a forças do general Deodoro; e a revolução, mesmos victoriosa, teria produzido uma republica coberta do sangue do seus filhos. Deus não a quiz assim.

Identica reflexão se poderá fazer com relação aos generaes Almeida Barreto e Floriano Peixoto. Se, com effeito, o primeiro não tivesse adherido ao projecto de revolta na vespera de sua explosão, ou se, á testa da brigada que acabava de receber do governo na manhã de 15, e que já estava formada antes do apparecimento do general Deodoro, elle tivesse querido impedir este general de desembocar no campo da Acclamação, tambem n'este caso teria havido uma mortandade horrorosa. A mesma cousa succederia se o general Floriano Peixoto, em vez de temporisar até o governo desenganar-se, se tivesse apressado a cumprir as ordens fratricidas do visconde de Ouro-Preto.

Mas de todos os indicios característicos da natureza providencial d'essa maravilhosa revolução, sem igual na historia, aquelle que, talvez, mais pre-occupará o philosopho, é a lição sublime e altamente edificante que ella encerra, mostrando como D. Pedro foi, afinal, victima de sua propria politica, d'essa

politica que tantas victimas fez no decurso de quasi meio seculo de governo.

De facto, tendo elle conseguido convencer o general Deodoro que já não «regulava», e tendo sido precisamente esta a circumstancia que determinou o generala desthronal-o, é claro que D. Pedro foi victima de sua propria astucia.

E' o caso de dizer como Molière, na sua immortal comedia Tartufe: «Juste retour des choses d'ici bas.»

Para que nessa sentença se revelasse o cunho de sua origem divina, isto é a infinita sabedoria e a infinita justiça, e ella se cumprisse sem a menor perturbação da ordem material, sem derramamento de sangue, sem outras lagrimas que não as da alegria, coube a sua execução a dous homens puros entre os mais puros da classe que possuia o poder real e que exerciam a mais legitima influencia sobre os seus companheiros e a maior consideração sobre os seus concidadãos em geral: o general Deodoro,

« Aguia sem rapacidade, Grande heróe sem ambição! »

e o tenente-coronel Benjamin Constant, de quem se pôde dizer o mesmo que Vergniaud dizia de Thiers: le meilleur des hommes.

Quanto ao general Deodoro, fallam por elle as cartas que elle escreveu ao imperador e ao seu primeiro ministro, e nas quaes revela os mais nobres sentimentos que podem honrar um soldado; ahi está a sua conducta depois da victoria, mostrando o desapêgo

mais completo das grandezas humanas; ahi está a sua bonhomia natural como antes de ser presidente da republica; ahi está a continuação de seus habitos de homem do povo, quer viajando em um bond publico no meio de quaesquer outros passageiros, quer parando aqui e acolá, na rua do Ouvidor, para conversar com os antigos amigos ou os seus camaradas do exercito e da armada.

Por outro lado a sua grande prudencia alliada a uma energia moral inexcedivel; a mais perfeita comprehensão dos seus deveres durante o periodo de transição que atravessamos, ora lembrando e advertindo amigavelmente aos seus ministros, ora dando-lhe as mais inequivocas provas de confiança a despeito de todas as instigações em contrario n'esta quadra em que as ambições individuaes e as intrigas parecem não ter limites; a mais inteira consciencia de si mesmo, quer nos salões de seu palaçio, no trato particular, quer em publico nas occasiões em que comparece como chefe do Estado: tudo isso concorre para mostrar n'elle um homem superior, o homem talhado para a situação que Deus creou, the rigth man in the rigth place, o homem competente para o cargo que exerce.

No dia em que elle, por effeito da lei, tiver de ceder o seu logar de presidente ao eleito da nação, hão de vel-o, a semelhança do general Cavaignac (chefe do governo executivo da França em 1848), « descer com calma e dignidade os degráos do poder » (1).

⁽¹⁾ Lamartine.

Não foi, pois, por ambição pessoal que o general Deodoro fez a republica; foi por dignidade propria, por dignidade de seus concidadãos do exercito e da armada, por dignidade e interesse de todos os brazileiros, os quaes no dominio da monarchia não passavam de « escravos livres »; finalmente foi por estar convencido que o imperador já não tinha capacidade para governar e que a sua filha era inimiga do exercito e não faria a felicidade da patria brazileira. E se alguma duvida pudesse ter-lhe annuviado a consciencia no momento em que montou a cavallo e mandou por um official intimar ao ministerio Ouro Preto para demittir-se, as ovações unanimes, estrondosas, freneticas, delirantes, de que foi alvo da parte da população da capital quando desfilava no meio d'ella, deviam ter-lh'a dissipado para convencel-o de que a revolução que elle acabava de fazer correspondia a uma necessidade imperiosa, inadiavel, a uma aspiração verdadeiramente nacional.

Se o general Deodoro fosse um ambicioso teria feito a revolução muito antes, por exemplo na primeira phase da questão militar quando a monarchia lutava a um tempo contra os abolicionistas, os militares e os republicanos reunidos. Se elle tivesse mais amor ao poder do que á sua reputação de soldado leal á sua patria, elle teria prolongado a sua dictadura; não a teria abreviado, como fez, o mais que lhe foi possivel fazer.

A revolução está plenamente victoriosa em todo o Brazil, e a unanimidade republicana que se manifestou nas eleições de 15 de setembro ultimo para o congresso nacional com poderes constituintes, prova que ninguem mais pensa ou espera a restauração da monarchia.

A monarchia não deixou no Brazil raizes de especie alguma, e D. Pedro sabe melhor que ninguem que elle nada fez para fundar o seu throno no coração dos brazileiros, o que, no conceito do mestre (Machiavel) importaria edificar sobre a areia.

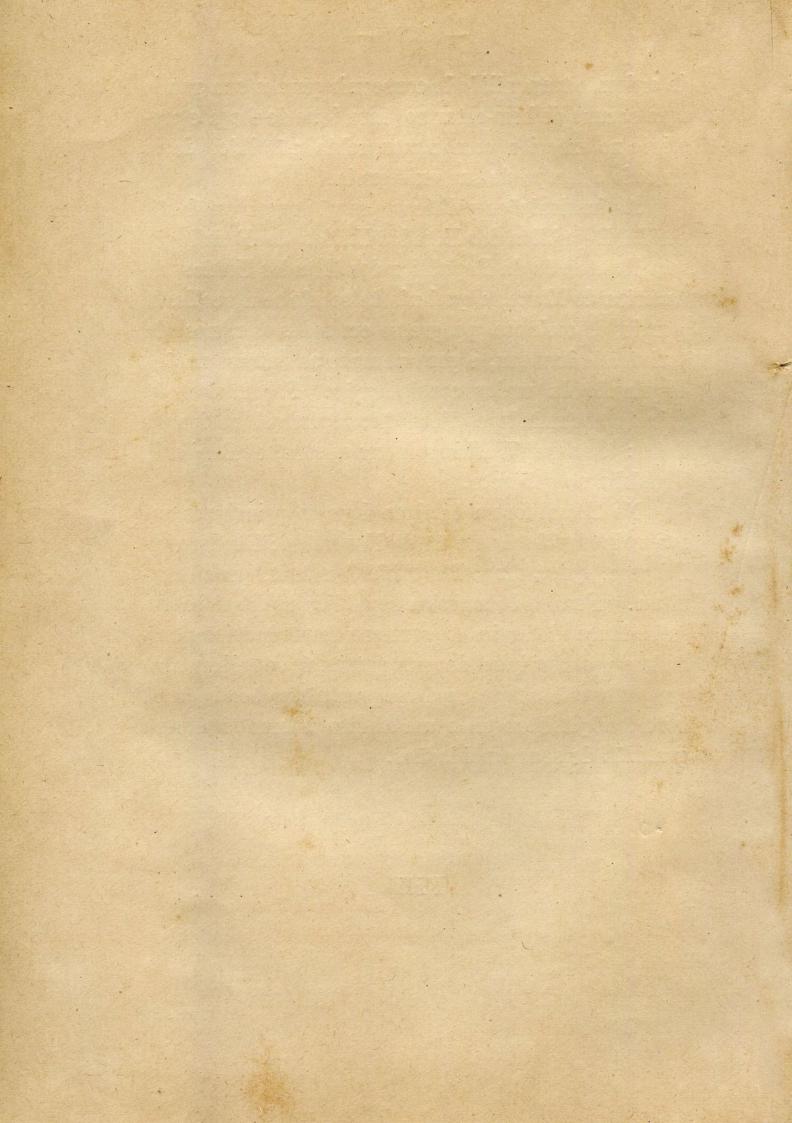
Considerada pelo lado dos interesses ou vantagens que a revolução trouxe aos homens do trabalho, os quaes no tempo da monarchia não podiam dar livre expansão a seu genio emprehendedor, ahi está essa febre de empresas industriaes em todos os sentidos não só para provar a confiança irrefragavel que a republica inspira, como tambem para condemnar com a maior eloquencia a politica imperial, que tirava da inercia governamental e da escravidão enervante a sua maior força, e impedia por mil modos differentes o espirito de associação e a iniciativa particular de se manifestarem.

Não havendo mais no governo do paiz uma autoridade omnipotente interessada em estorvar o progresso nacional e em dominar, pela miseria, os seus subditos, é fóra de toda a duvida que a felicidade dos brazileiros só depende d'elles mesmos; e a julgar pelo movimento industrial que se tem operado desde a fundação da republica— movimento pelo menos igual ao que se fez durante o meio seculo de reinado de D. Pedro II— deverão elles em 10 annos

de ordem e tranquilidade conseguir para a sua patria uma somma de bem-estar no interior e de força e prestigio no exterior como a monarchia não lh'os daria em todo o tempo de sua existencia.

As instituições politicas que vão reger os destinos da Republica dos Estados Unidos do Brazil são semelhantes ás da Republica dos Estados Unidos da America do Norte, a qual n'este seculo tem realisado o mais assombroso progresso em todos os ramos da actividade humana, e goza perante as outras nações do mundo da maior consideração. Foram dous os principaes fundadores d'essa incomparavel nacionalidade: George Washington na guerra, e Benjamin Franklin no gabinete.

No Brazil foram também dous os principaes autores da revolução de 15 de Novembro: Deodoro da Fonseca, que a fez, e Benjamin Constant, que a organisou. Fundando ambos a republica no hemispherio sul, e lançando assim os germens da verdadeira liberdade e prosperidade de sua patria, á semelhança do que fizeram aquelles grandes vultos no hemispherio norte, adquiriram elles um direito eterno á eterna gratidão de seus concidadãos.



INDICE

Dedicatoria.....

PAGS.

11 15
17
33

SEGUNDA PARTE

A questão militar

0	desprezo com que era tratada a classe militar. — Um
	major mettido no xadrez de policia. — Officiaes de um
	regimento obrigados a fazerem justiça por si mesmos
	matando um especulador dojornalismo. — « Humilhação
	da corôa perante a rebelião militar victoriosa». —
	Origem da questão militar

Primeira phase da questão militar

Segunda phase da questão militar

« E' sómente agora que vai começar a guerra ». ——Prisão arbitraria e máo trato infiigido ao capitão-tenente Leite Lobo, que é mettido em um xadrez de policia. ——Chicana do governo. ——O governo só cede em presença da attitude ameaçadora dos clubs militar e naval. ——Alijamento do ministerio como um instrumento que tornou-se inutil..

Terceira phase da questão militar

93

39

45

89

INTERREGNO

-		
0	chefe de gabinete visconde de Ouro-Preto — Programma	
	de « abafar o movimento republicano ». — Effeito das de-	
	clarações ministeriaes. — Attentado fingido contra o im-	
	perador. — Provocações ministeriaes. — A manifestação	
	das laranjas. — Victoria eleitoral do governo. — Jura-	
	mento dos republicanos. — Projecto de execução do	
	plano da monarchia 9	9

Quarta phase da questão militar

Prisão e reprehensão a officiaes de marinha. — Volta do general Deodoro de Matto-Grosso. — Prisão do tenento Carolino. — Conflicto entre o chefe de policia de Minas-Geraes e o 9° regimento de cavallaria. — Demissão do coronel Mallet a bem do serviço pubtico. — Nobre protesto do tenente-coronel Benjamin Constant. — Ordem de partida ao 22° batalhão de infantaria; — Memoravel sessão do club militar.

113

Phase aguda da questão militar

197

TERCEIRA PARTE

A jornada de 15 de Novembro

A noite da vespera. — O major Solon. — Aprestos para a luta de ambos os lados. — O movimento psychologico. — Ferimento do ministro da marinha. — Ordens fratricidas do presidente do conselho. — Patriotica resolução do

No palacio imperial

Chegada do imperador de Petropolis. — Encontro da familia imperial no palacio da cidade. — Projecto de resistencia. — Resolução final de procurar chegar a um accôrdo com o chefe da revolução. — Grande desanimo do imperador. — O palacio imperial guardado pela tropa. — Proclamação do governo provisorio. — Carta do general Deodoro e resposta de D. Pedro. — Na occasião do embarque para o exilio — Em Lisbôa...

CONCLUSÃO

155

Terra americana é terra republicana. — Quos vult perdere Jupiter dementat prius. — 0 fim occulto do imperador. — Adhesão unanime da nação. — Patriotismo do arcebispo da Bahia e seu clero. — Caracter divino da revolução. — « Juste retour des choses d'ici bas ». — Deodoro e Washington, Benjamin Constant e Benjamin Franklin. 173

OBRAS DO MESMO AUTOR:

Le Maréchal Bazaine défendu contre ses détracteurs (Bruxelles, 1874).

Don Pedro II, Empereur du Brésil. Notice biographique (Bruxelles, 1876).

Collecção Fialho:

Processo da Monarchia Brazileira.

Recordações.

A Conferencia dos Divinos (pelo Dr. Ferreira Vianna), commentada O Libello do Povo (por Timandro), commentado.

Brevemente será publicado:

Como carreguei a minha pedrinha para o edificio da Republica.

Em esboço:

Reinado de D. Pedro II, imperador do Brazil. A Guerra do Paraguay.







Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro 69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil Tel.: 55 [92] 3131-2450 www.cultura.am.gov.br Secretaria de **Cultura**

